

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

O SINDICALISMO NO MERCOSUL:
As propostas das centrais sindicais

VLADIMIR MURILLO ORTEGA

**Florianópolis/SC
2010**

VLADIMIR MURILLO ORTEGA

O SINDICALISMO NO MERCOSUL:
As propostas das centrais sindicais

Dissertação submetida ao Programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Professora Dra. Ivete Simionatto.

Florianópolis/SC
2010

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus irmãos, a minha mãe e em especial ao meu pai por ser eles a principal fonte de inspiração e exemplo de vida. Agradeço também por ter me ensinado que a acérrima convicção no que se acredita, experimenta e estuda, não é uma tragédia.

Aos meus amigos que têm colaborado, direta ou indiretamente, na conclusão desta etapa da minha vida.

E por fim um agradecimento a minha orientadora Professora Dra. Ivete Simionatto que me soube conduzir durante o desenvolvimento do trabalho, e por ter colaborado substancialmente ao lado do Doutor Professor Helder Boska na construção de meu pensamento e de meu caminho intelectual.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a trajetória e a atuação sindical no âmbito do MERCOSUL, tendo como referência a Coordenadora Central Sindical do Cone Sul (CCSCS), principal órgão representante dos trabalhadores nas comissões e grupos de debate no interior do Conselho do Mercado Comum (CMC). Busca identificar as principais propostas encaminhadas pela CCSCS e sua relação com os interesses de classe e a forma na qual tem defendido os trabalhadores. A análise foi realizada a partir de pesquisa documental no período compreendido entre 1998-2008, nas declarações emitidas pela CCSCS a propósito das reuniões anuais realizadas pelos presidentes das nações integrantes do MERCOSUL. Os eixos analisados foram: As políticas econômicas, os direitos sociais e trabalhistas e as propostas de ação política e ampliação da participação. Estes eixos são analisados a partir das transformações societárias em face da transição em direção a um novo padrão de acumulação conhecido como acumulação flexível – rompendo com o modelo do *Welfare State* Keynesiano- e as novas variáveis estratégicas ocorridas no grande cenário econômico mundial. Nesse contexto, a necessidade de associar-se tornou-se a melhor alternativa como mecanismo de proteção frente ao mundo globalizado e, em consequência, os países viram-se na obrigação de estabelecer alianças comerciais com seus vizinhos mais próximos. A América Latina não foi alheia a esta tendência, e ergueu-se o MERCOSUL como a associação de nações mais visível da região, que posterior a um período de crise ainda consegue manter-se em nível regional e mundial. Todas estas mudanças afetaram sensivelmente o emprego e os direitos sociais e trabalhistas, deteriorando as condições vigentes de contratação laboral e pondo em evidência a fragilidade do poder negociador conquistado pelas organizações sindicais até esse momento. Isto originou a chamada crise sindical referenciada por diversos autores, a qual se caracterizou por atitudes mais defensivas que ofensivas frente ao poder avassalador do capital. A pesquisa evidenciou os rumos da luta sindical no âmbito do Mercosul frente ao novo contexto, concluindo-se que a mesma, embora tenha buscado defender alguns interesses da classe trabalhadora, ainda se mantém mais vinculada ao próprio capital. A partir deste novo panorama se faz necessário uma exaustiva revisão dos procedimentos teórico-práticos utilizados pelos sindicatos, tendo em

conta as contingências próprias introduzidas pelas crises cíclicas do capital.

Palavras-chave: Mercosul. Sindicatos. Ação política.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar la trayectoria y la actuación sindical en el ámbito del MERCOSUR, teniendo como referencia la Coordinadora Central Sindical del Cono Sur (CCSCS), principal órgano representante de los trabajadores en las comisiones y grupos de debate en el interior del Consejo de Mercado Común (CMC). Busca identificar las principales propuestas realizadas por la CCSCS y su relación con los intereses de clase y la forma en la cual han defendido los trabajadores. El análisis fue realizado a partir de una investigación documental en el período comprendido entre 1998-2008, en las declaraciones emitidas por la CCSCS a propósito de las reuniones anuales efectuadas por los presidentes de las naciones integrantes del MERCOSUR. Los ejes analizados fueron: Las políticas económicas, los derechos sociales y del trabajo, y las propuestas de acción política y la ampliación de la participación. Estos ejes son analizados a partir de transformaciones de la sociedad frente a la transición en la dirección de un nuevo patrón de acumulación conocido como acumulación flexible - rompiendo con el modelo del *Welfare State Keynesiano*- y las nuevas variables estratégicas ocurridas en el gran escenario mundial. En este contexto, la necesidad de asociarse se tornó la mejor alternativa como mecanismo de protección frente al mundo globalizado y, en consecuencia, los países se vieron en la necesidad de establecer alianzas comerciales con sus vecinos más cercanos. América Latina no fue ajena a esta tendencia, el MERCOSUR se constituyó la asociación de naciones más representativa de la región, que posterior al período de crisis aun se mantiene a nivel regional y mundial. Todos estos cambios afectaron sensiblemente el empleo y los derechos sociales y de trabajo, deteriorando las condiciones vigentes de contratación laboral y colocando en evidencia la fragilidad del poder negociador conquistado por las organizaciones sindicales hasta ese momento. Esto originó la llamada crisis sindical referenciada por diversos autores, la cual se caracterizó por actitudes más defensivas que ofensivas frente al poder avasallador del capital. La investigación evidenció los rumbos de la lucha sindical en el ámbito del MERCOSUR frente al nuevo contexto, llegando a la conclusión que esta, aunque haya buscado defender algunos intereses de la clase trabajadora, aun se mantiene mas vinculada al propio capital. A partir de este nuevo panorama se hace necesaria una

exhaustiva revisión de los procedimientos teórico-prácticos utilizados por los sindicatos, teniendo en cuenta las contingencias propias introducidas por las crisis cíclicas del capital.

Palabras-llave: Mercosur. Sindicatos. Acción Política.

ABSTRACT

The actual work analyzes how syndicates have taken different path and actions in the MERCOSUR environment. The south cone syndical central coordination (CCSCS for its acronym in Spanish) must be considered as the principal organism representing laborers in the common market advising's commissions and groups. This organization seeks to identify the principal proposes claimed by CCSCS, and the relationship between its interests and how the commission has defend laborer's rights. The analysis was based on a documental investigation in a time frame of ten years from 1998 to 2008. The CCSCS' declarations made on every annual meeting where the presidents of the participant nations were about: the economic policies, human and labor rights, and the proposes of politic action with an incremented participation. this focus points are analyzed from the social transformation and transition in the direction of the new accumulation patron known as the flexible accumulation; breaking out the Keynesian welfare state model- and new strategic variable brought out in a global scene. On this context, association becomes the best alternative as a tool of protection against the globalized world. Therefore, countries of the south cone found the necessity of build strongest bonds with closer neighbors. Latin America was also part of this tendency. As an example, MERCOSUR is the most important association of nations of the region which after the economic crisis still has a global participation. All of this changes affected sensible topics such as employment and labor social rights, diminishing the actual conditions of labor hiring and putting on the spot the fragile negotiation power conquered by the syndical organizations so far. This effect originated the syndical crisis referred by several authors. This theory was described as a much more defensive rather than offensive set of tactics against the imminent power of capital. The investigation made evident the path taken by the syndical fight inside MERCOSUR. Moreover, those measurements in a new context could conclude as a main point that although the syndicates defended a few laborers' interests, still is partially attached to the capital itself. Following this new landscape, it is compulsory a tireless review of theory and hands-on procedures used by syndicates evaluated based on own capital crisis contingents.

Keywords: Mercosur. Trade Unions. Political Action.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Taxa de lucro **(%).	37
Gráfico 2	Taxa de desemprego**(%).	38
Gráfico 3	Produtividade do capital**.	38
Gráfico 4	Produtividade do trabalho**(dólares de 1990 por hora).	39
Gráfico 5	Taxa de acumulação e taxa de autofinanciamento: EEUU sociedades não financeiras.	40
Gráfico 6	Parte do ingresso disponível das famílias com a posse do 1% dos ingressos mais elevados (%): Estados Unidos	41
Gráfico 7	Investimento Estrangeiro Direto (IED) (stock) no MERCOSUL	76
Gráfico 8	IED- Brasil.	77
Gráfico 9	IED- Argentina.	77

LISTA DE SIGLAS

- (ALBA) - Alianza Bolivariana para los pueblos de nuestra América
- (APEC) - Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico
- (ASEAN) - Associação das Nações do Sudeste Asiático
- (BM) - Banco Mundial
- (CAN) - Comunidade Andina de nações
- (CAT) - Central Autônoma dos Trabalhadores – Brasil
- (CCM) - Comissão de Comércio do MERCOSUL
- (CCSCS) - Coordenadora Central Sindical do Cone Sul
- (CEE) - Comunidade Econômica Européia
- (CEPAL) - Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
- (CGT) - Confederação Geral dos Trabalhadores – Brasil
- (CMC) - Conselho do Mercado Comum
- (CNT) - Central Nacional de Trabajadores – Paraguai
- (COB) - Central Obrera Bolivariana - Bolívia
- (CONCLAT) - Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
- (CPT) - Confederación Paraguaya de Trabajadores
- (CTA) - Central de Trabajadores Argentina
- (CUT) - Central única de Trabalhadores – Brasil
- (CUT) - Central Unitária de Trabajadores – Chile
- (CUT) - Central Unitária de Trabajadores – Paraguai
- (EU) - União Européia
- (FCES) Fórum Consultivo Econômico-Social
- (FMI) - Fundo Monetário Internacional
- (FS) - Força Sindical – Brasil
- (GATT) General Agreement on Tariffs and Trade
- (GMC) - Grupo Mercado Comum
- (IED) - Investimento Estrangeiro Direto
- (ISI) - Industrialização por substituição de importações
- (MERCOSUL) - Mercado Comum do Sul
- (NAFTA) - Acordo de Livre Comércio da América do Norte
- (NESPP) - Núcleo de Estudos Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social
- (OIT) - Organização Internacional do Trabalho
- (ORIT) – Organização Regional Interamericana de trabalhadores

(PIN-CNT) - Plenário Intersindical de Trabajadores-Convención Nacional de Trabajadores

(SAM) - Secretaria Administrativa do MERCOSUL

(SGT) - Sub-grupo de trabalho

(TLC) - Tratados de Livre Comércio

(UNASUL) – União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	METODOLOGIA	22
	SEÇÃO I	23
I.1	A ORGANIZAÇÃO E AS LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA	23
I.2	TAYLORISMO - FORDISMO E A ORGANIZAÇÃO SINDICAL	27
I.3	DO FORDISMO À ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL	36
I.4	A CRISE DO SINDICALISMO	47
	SEÇÃO II	54
II.1	A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA E A FORMAÇÃO DE BLOCOS ECONÔMICOS	54
II.2	A CRIAÇÃO DO MERCOSUL E A PRESENÇA DOS SINDICATOS	58
II.2.1	ANTECEDENTES HISTÓRICOS E ESTATUTO ORGÂNICO DO MERCOSUL.....	58
II.3	MERCOSUL: OS ATORES SOCIAIS.....	61
	SEÇÃO III	70
III.1	A ATUAÇÃO SINDICAL NO MERCOSUL: As Propostas da CCSC	70
III.2	AS POLÍTICAS ECONÔMICAS	71
III.3	DIREITOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	83
III.4	PROPOSTAS DE AÇÃO POLÍTICA E AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO	94
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação decorre de um recorte do projeto de pesquisa *Sociedade civil, classes subalternas e construção democrática - cenários e desafios para o Serviço Social no âmbito do Mercosul*, desenvolvido junto ao Núcleo de Estudos Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social (NESPP), do Departamento de Serviço Social da UFSC. Tal projeto, centrou-se no estudo da diversidade de organizações da sociedade civil envolvidas na discussão da “agenda social para o Mercosul”, e de outras propostas para contrapor-se às preocupações meramente econômicas e comerciais presentes desde a criação deste bloco regional.

Neste trabalho partimos do conceito de sociedade civil proposto por Gramsci que compreende, o conjunto de organismos coletivos ditos “privados” como associações, organizações, sindicatos, partidos, atividades culturais, meios de comunicação etc. O conceito de sociedade civil em Gramsci apresenta-se dialeticamente relacionado ao Estado e ao papel dos intelectuais:

O estudo que realizei sobre os intelectuais é muito vasto [...] Este estudo remete também a certas determinações do conceito de Estado, que comumente é entendido como Sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para moldar a massa popular ao tipo de produção e à economia de dado momento) e não como um equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a sociedade nacional inteira exercida através das chamadas organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas etc.), e justamente na sociedade civil em particular operam os intelectuais (GRAMSCI, 2005, p. 84).

Ao falar de organizações privadas, Gramsci não se refere ao sentido privatista tout court, mas objetiva diferenciá-las do Estado, posto que a elas as pessoas aderem voluntariamente, por interesse. Se interpretadas no sentido literal, do que é “privado”, corre-se o risco de uma leitura culturalista, idealista, liberal e ingênua de democracia (COUTINHO, 1999 E LIGUORI 2003). Cabe ressaltar que, embora na sua obra Gramsci realiza uma forte crítica aos sindicatos, o faz em confronto com Georges Sorel que via nestes apenas um papel

corporativo vinculado à estratégia da greve geral como forma de luta, sem vinculação à outros sujeitos coletivos.

A partir desse conceito gramsciano entendemos os sindicatos como sujeitos coletivos, pois representam à classe trabalhadora nas suas individualidades, senão também abarcam debates da própria sociedade. Assim, o conceito de sindicato não deve ser simplesmente relacionado com o assalariado, ou com o ambiente de trabalho. Na atualidade as múltiplas transformações em nível mundial, principalmente a partir dos anos 1970 obrigam a revisar este conceito.

O trabalhador é trabalhador em parte do dia, mas depois, logo é cidadão, isto faz com que os sindicatos devam pensar sua estrutura em relação às novas formas e facetas do capital contemporâneo.

Mesmo considerando o refluxo das lutas sindicais, os sindicatos têm começado a compreender seu importante papel no caminho das mudanças sociais, como assinala Mello e Vella (2005, p. 264) em entrevista com Geraldino Santos¹:

Hoje com a modernidade [...] eu diria que os sindicatos têm uma função um pouco (ou pelo menos terá que ter) mais abrangente e que não se restrinja apenas à reivindicação daquilo que diz respeito somente à fábrica. Os sindicatos têm uma função mais social.

Outro aspecto que vem à tona tem a ver com o método e forma como os sindicatos vêm estudando o complexo social. Ao falar de sindicato neste trabalho se fala de marxismo, vasto campo que na atualidade levanta inúmeros debates e controvérsias, embora, se em algo existe certa concordância no âmbito acadêmico marxista, esta tem a ver com o método: Materialismo Dialético ou a Concepção materialista da História. Neste sentido Luckács (1992, p.60) nos fornece uma conclusão interessante:

[...] A ortodoxia, em matéria de Marxismo, refere-se ao contrario e exclusivo, ao método. Ela implica a convicção científica de que, com o marxismo dialético, encontrou-se o método correto de investigação e de que este método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado e aprofundado no sentido indicado por seus

¹ Dirigente do Sindicato Força Sindical em entrevista feita por Leonardo Mello y Silva e William Vella Nozaki.

fundadores; mais ainda: implica na convicção de que todas as tentativas de “superar” ou “melhorar” este método conduziram- e necessariamente deveriam fazê-lo – à sua trivialização, transformando-o num ecletismo.

Entretanto, o método não é uma simples receita de observação e aplicação. Ao contrário difere muito do método científico tradicional. A dificuldade radica no fato de interpretar a realidade como uma totalidade em movimento, sempre se enriquecendo com novas mediações agindo e fazendo mais complexa a apreensão.

A relação materialismo- interesse de classe é sensivelmente importante para as organizações sindicais:

[...] o materialismo histórico tinha para o proletariado um valor muito maior do que simplesmente o de um método de pesquisa científica. Ele era um dos mais importantes dentre todos os seus instrumentos de luta. Pois a luta de classes do proletariado significava, ao mesmo tempo, o despertar de sua consciência de classe. Mas o despertar dessa consciência apresentava-se por toda parte ao proletariado como consequência do conhecimento da verdadeira situação, do contexto histórico efetivamente existente. É isso justamente o que dá à luta de classe do proletariado sua posição peculiar entre todas as lutas de classes, ou seja, a possibilidade de ele receber de fato sua arma mais eficaz das mãos da verdadeira ciência, do discernimento claro da realidade (LUKÁCS, 2003, p.415).

Em outras palavras o conhecimento da realidade, via materialismo histórico, vai ser o motor criador da consciência de classe. Esta condição é necessária para os processos de estudo da realidade moderna dos movimentos sindicais.

Porém a questão importante a seguir é saber que fatos da realidade nos levam a pensar que, se de algum um jeito, estas associações de trabalhadores têm errado na definição e fixação dos procedimentos que virtualmente levariam à concepção e identificação de classe.

Só para começar existe um grande debate em torno à definição de classe. Ao menos em Marx, não existe uma definição clara de classe que Lucáks (2003, p.133) coloca assim:

De uma maneira funesta, tanto para a teoria como para o proletariado, a principal obra de Marx interrompe-se justamente no momento em que aborda a definição das classes.

Embora poder-se-ia assinalar em um contexto puramente marxiano, que a história é a história da luta de classes presentes em grande parte da história humana, que só se torna o tema central no modo de produção capitalista. Contudo isso, uma definição básica de classe operária seria:

A essência “proletária” não reside, portanto, em algo que seria inerente a esse gênero de indivíduo, mas simplesmente a um certo gênero de relação social, precisamente aquele que $D - M - Ft$ define. A “classe operária” não é outra coisa que o conjunto dos laços que ligam os indivíduos que estão envolvidos nesse tipo de ligação $D - M - Ft$. (COLLIN, 2008, p.190).

Se uma relação é quem define a classe, esta relação vai mudar obrigatoriamente em termos dialéticos, o que esta classe seja a cada vez mais complexa, e em decorrência, a possibilidade de ela se identificar e reconhecer como tal adquira um maior grau de complexidade.

Por ser uma relação a definição de classe, ela se torna imaterial, abstrata, e com alguma probabilidade também o processo que a leva a ter consciência de si mesma. Esta circunstância é, em nosso entender, um ponto vital que inicialmente poderia ter alguma incidência no momento atual no sindicalismo.

A realidade tem demonstrado, em alguns aspectos, a crescente heterogeneidade da classe trabalhadora, que de vez em vez, incorpora elementos característicos e únicos à sua condição particular no posto de trabalho, e que logo exprime na sua subjetividade.

Ao falar da crise sindical (RODRIGEZ, 1999, p.176) apresenta uma conclusão que pode nos ajudar a entender a importância deste conceito:

[...] o efeito das novas tecnologias integra o campo dos fatores que vêm levando ao que tem sido denominado de fragmentação de interesses das classes trabalhadoras'. Na realidade, a fragmentação não vem apenas de mutações tecnológicas, mas de um conjunto de alterações na

área produtiva e no mercado de trabalho que aumentam as diferenciações no interior das classes trabalhadoras, dificultam a unificação de suas demandas e, conseqüentemente, diminuem sua coesão e solidariedade e fazem com que os sindicatos encontrem muita dificuldade para exercer o seu papel tradicional de representação.

Quando falamos de crise ou de declínio sindical, aborda-se o tema das posições estratégicas das organizações sindicais. No entanto, poder-se-ia pensar que isso se explica pelas características do assalariado à luz dos movimentos sindicais.

Sintomas reais da situação são as quedas nas taxas de sindicalização e nos índices de greve, mesmo que deve ser muito cuidado ao tentar lançar generalidades sobre esta situação, pois a priori poderia depender de:

- Tipos de sindicato: Parece ser que não todos os sindicatos estão em crise.

- As condições específicas dos países que se tornam bastante diferentes, quanto à organização das relações de trabalho-capital, sistema político e à própria organização sindical.

É evidente que no período pós-desenvolvimentista e de forma mais exacerbada nos últimos vinte anos as mudanças profundas nas cadeias produtivas e na produção mundial têm minado os alcances sociais do sindicalismo. Hoje as condições sócio- históricas são muito diferentes, o desenvolvimento capitalista levou as lutas sociais a um novo patamar. Em decorrência, os sindicatos estão em uma perspectiva mais partidista que de movimento social.

As últimas décadas do século XX foram marcadas por inúmeras transformações econômicas, políticas e sociais. A crise econômica desencadeada desde os anos 1970 trouxe mudanças na estrutura da economia mundial alterando não só o cenário econômico, mas também as estruturas geopolítica, social e cultural.

A substituição do modelo fordista-keynesiano pelo modelo toyotista de produção, as novas formas das relações entre o Estado e o mercado e as formas de enfrentamento da crise pelo capital na busca de recuperação das taxas de lucro levaram os grandes conglomerados econômicos a formar os blocos econômicos regionais, como parte complementar do processo de globalização dos mercados. Assim, o mundo econômico atual passou a ser organizado pela formação desses blocos, ou pela assinatura de tratados multilaterais. No mapa econômico

mundial encontram-se os tradicionais gigantes hegemônicos como: Os Estados Unidos, o Japão e a China; não obstante a Comunidade Econômica Européia (CEE) é o principal bloco em termos de equilíbrio de poderes. Os países Cingapura e Taiwan conhecidos como os tigres Asiáticos estão neste processo. Entre os principais acordos de livre comércio firmados pode-se identificar: o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC).

Em relação aos Blocos Econômicos, o caso mais elaborado que existe atualmente é o da União Européia (EU). Como exemplo de blocos tem ainda a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN); e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) que se inspirou na experiência da EU.

A aspiração de construir e consolidar um bloco comum de tipo econômico na América do Sul atingiu sua realização no dia 26 de março de 1991 no Tratado de Assunção assinado pela República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, tornando-se historicamente um dos projetos de associação mais importantes para a região.

Este tratado foi assinado em um contexto no qual a liberalização econômica, quanto a fluxos de capitais e ao desmonte de tarifas alfandegárias para as importações e exportações, foram as principais políticas comerciais no plano mundial, adotadas e impulsionadas pela grande maioria dos países pertencentes ao Fundo Monetário Internacional (FMI). No plano nacional optava-se pela diminuição do aparelho estatal e do controle das principais variáveis macroeconômicas: taxa de câmbio, inflação e taxa de juros. Neste panorama o projeto de associação e de criação de um bloco comercial teve o espaço e o apoio necessários para se manter definitivamente.

Os movimentos sindicais têm acompanhado de perto o nascimento e a consolidação do MERCOSUL, com a formação da Coordenadora Central Sindical do Cone Sul (CCSCS), criada no ano 1986 como órgão mediador e regulador que articula as centrais sindicais da região. A CCSCS, atualmente é composta por 12 centrais sindicais: Plenário Intersindical de Trabajadores-Convención Nacional de Trabajadores (PIN-CNT²), do Uruguai; Confederación General de

² Centro sindical nacional no Uruguai. Em 1964, vários sindicatos do Uruguai se uniram para formar a CNT - Convención Nacional de tendência esquerdista após o golpe de 1973, o grupo foi dissolvido. Durante os anos seguintes ele foi proibido de organizar sindicatos, mas um grupo nova federação de sindicatos de trabalhadores foi formada: o PIT - plenários

Trabajo (CGT3) e a Central de Trabajadores (CTA4), da Argentina; Central única de Trabalhadores (CUT5), Força Sindical (FS6),

Intersindical de Trabajadores- (Inter-sindical Assembléia dos Trabalhadores). Após o restabelecimento do governo civil em 1985, os sindicatos iniciaram a sua atividade normal. O PIT mudou seu nome para PIT-CNT, como antigos membros da CNT se juntou ao PIT, e, como uma espécie de homenagem ao grupo mais velho (Plenário Intersindical de Trabajadores - Convención Nacional de Trabajadores, 2005).

³ La Confederación General del Trabajo fue fundada el 27 de septiembre de 1930, apenas tres semanas después del derrocamiento del radical Hipólito Irigoyen. El Congreso General Constituyente sesionó cinco años y seis meses después, durante los 31 días de Marzo, 1 y 2 de Abril de 1936. La aspiración inicial de darse un estatuto se había postergado prácticamente simedie. Después de muchas dificultades y de la crisis de la década del treinta se generó la readaptación mas trascendente de los trabajadores por sus futuras implicaciones, especialmente en la década del cuarenta. El desplazamiento de obreros rurales hacia los centros urbanos en busca de un puesto de trabajo en las fabricas y emprendimientos emergentes de la crisis, modifico el paisaje laboral. Este proceso, supuestamente de transición, se afianzo sin embargo y produjo un cambio inédito en las relaciones laborales, cambio que también indujo a una vuelta de tuerca por parte de la dirigencia sindical (Confederación General de Trabajo, 2010).

⁴ La CTA es una nueva central de trabajadores, ocupados y desocupados, fundada sobre tres conceptos esenciales: la afiliación directa, una democracia plena y la autonomía política. El 14 de noviembre de 1992, frente a la entrega y la traición del sindicalismo empresario argentino, los integrantes de diversos sindicatos y nuevas organizaciones territoriales y gremiales formaron esta central con la idea de instrumentar un nuevo modelo sindical basado en éstos tres preceptos, fundamentales para la construcción cotidiana de la fuerza de los trabajadores. Desde hace una década la CTA trabaja para cambiar la sociedad y hacer realidad esa Argentina con trabajo, salud, educación y justicia para todos. Autonomía es el único interés al que obedece la CTA es al de la clase trabajadora. La central es autónoma de los grupos económicos, los Gobiernos y los partidos políticos (Central de Trabajadores da Argentina, 2010).

⁵ A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma organização sindical brasileira de massas, em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Baseada em princípios de igualdade e solidariedade, seus objetivos são organizar, representar sindicalmente e dirigir a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos e inativos, por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade justa e democrática. Presente em todos os ramos de atividade econômica do país, a CUT se consolida como a maior central sindical do Brasil, da América Latina e a 5ª maior do mundo, com 3.299 entidades filiadas, 7.116.278 trabalhadoras e trabalhadores associados e 21.092.160 trabalhadoras e trabalhadores na base. Foi fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). A CUT defende a liberdade e autonomia sindical com o compromisso e o entendimento de que os trabalhadores têm o direito de decidir livremente sobre suas formas de organização, filiação e sustentação financeira, com total independência frente ao Estado, governos, patronato, partidos e agrupamentos políticos, credos e instituições religiosas e a quaisquer organismos de caráter programático ou institucional. Para a Central, as lutas da classe trabalhadora são sustentadas pela unidade a partir da vontade e da consciência política dos trabalhadores (Central única de Trabalhadores do Brasil, 2010).

Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), do Brasil; Central Unitária de Trabalhadores (CUT7), Central Nacional de Trabajadores (CNT8) e Confederación Paraguaya de Trabajadores (CPT9), do Paraguai; Central Obrera

⁶ A Força Sindical nasceu em 1991 com a presença de líderes dos mais diversos setores do movimento de luta dos trabalhadores no Congresso Memorial da América Latina, em São Paulo. A nova bandeira que surgia era o de lançar o movimento dos trabalhadores brasileiros à modernidade, para construir uma central forte, capaz de endurecer quando preciso mas também de saber negociar, autônoma, livre, pluralista, aberta ao debate interno e com a sociedade. E, principalmente, com um projeto bem definido por um Brasil melhor, mais justo, solidário e que saiba promover o bem estar social entre seus filhos. De lá partiram as grandes lutas por conquistas reais para os trabalhadores. Essas lutas materializaram-se em grandes projetos, como o Centro de Solidariedade ao Trabalhador, a Qualificação Profissional ampla e intensiva, o 1º de Maio de 98 e 99, que marcaram para sempre a história do sindicalismo no Brasil (Força Sindical do Brasil, 2010).

⁷ A Central Unitária de Trabalhadores (CUT) é uma central sindical nacional do comércio no Paraguai. Foi fundada em 1989 e é afiliada à Confederação Internacional de Sindicatos. A la CPT se agregaron la Central Unitaria de Trabajadores (CUT), fundada en agosto de 1989 a partir del MIT, que tiene el mayor número de asociados y la Central Nacional de Trabajadores (CNT), afiliada a la CLAT, de orientación socialcristiana, con el mayor porcentaje de mujeres. La participación femenina en los sindicatos no se refleja en las directivas de las centrales, en las que están claramente subrepresentadas. En la CUT y en la CPT las únicas mujeres que integran sus comités ejecutivos lo hacen como secretarías de la mujer, en tanto en la CNT son mujeres la encargada de asuntos sociales y la primera vocal (Central Unitária de Trabalhadores do Paraguai, 2010).

⁸ La Central Nacional de Trabajadores C.N.T. es una organización Sindical y un Movimiento de Trabajadores, cuya misión fundamental es: El mejoramiento de las condiciones de vida y de trabajo de los trabajadores y trabajadoras del Paraguay. La Construcción del Poder Organizado de los Trabajadores y Trabajadoras, y La construcción de una nueva sociedad autogestionada en la cual tenga plena vigencia los principios y valores proclamados por la organización en su Declaración de Principios. Es heredera y continuadora histórica del Movimiento Sindicalista Paraguayo (M.S.P.), Y DE LA Central Cristiana de Trabajadores (C.C.T.), de las Ligas Agrarias Cristianas (L.A.C.) y de la Coordinación Nacional de Trabajadores y sus Organizaciones Urbanas y Campesinas. Es una Organización Gremial de Tercer Grado, sin fines de lucro, que asocia a Sindicatos, Federaciones, Comités, Asociaciones de Trabajadores activos y pasivos, Cooperativas, Pobladores y Organizaciones Campesinas. Sus principales fines son: Servir y representar a los trabajadores y trabajadoras que formen parte de las Organizaciones afiliadas, en sus intereses laborales y sociales; y promover la organización mediante la formación teórica – práctica de los trabajadores y trabajadoras, para su desarrollo personal – colectivo y la convivencia fraterna y solidaria (Central Nacional de Trabajadores do Paraguai, 2010).

⁹ La Confederación Paraguaya de Trabajadores (CPT), fundada en 1951, tras una huelga general en 1958 fue intervenida y manejada policialmente, transformándose en correa transmisora del gobierno con los pocos trabajadores organizados. En 1985 se creó el Movimiento Intersindical de Trabajadores (MIT) como ente autónomo de los partidos, que sufrió la represión gubernamental. El panorama sindical ha variado sustancialmente entre 1987 y 1990. En 1987 había 215 sindicatos con 20.838 asociados solamente y en 1990 eran 402, de

Bolivariana (COB10), da Bolívia e Central Unitária de Trabajadores (CUT11), do Chile.

A CCSCS aparece como órgão principal de suporte social e laboral no âmbito do MERCOSUL. No entanto, sua origem não foi a

los cuales 295 estaban afiliados a las tres centrales existentes y 107 eran independientes, con 75.136 asociados, el 21,6% mujeres. Tras la persecución sufrida bajo la dictadura de Stroessner vino la legalización de todos los sindicatos y la posibilidad efectiva de ejercicio de los derechos de asociación y huelga (Confederación Paraguaya de Trabajadores, 2010).

¹⁰ A Central Obrera Boliviana, a COB é chefe da federação do comércio na Bolívia. Foi fundada em 1952 na sequência da revolução nacional que levou o Movimento Revolucionário Nacionalista ao poder. A filial mais importante do COB foi a Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB). De 1952 a 1987, o COB foi liderada pelo lendário Juan LECHIN, que também era chefe do FSTMB. Tradicionalmente exigente, a organização de confronto, o COB teve uma relação difícil com todos os presidentes da Bolívia desde a década de 1950. Mais recentemente, desempenhou um importante papel na série de manifestações que derrubaram o presidente Carlos Mesa (2005). O COB apoia actualmente nacionalização de reservas de gás natural boliviano e contra a privatização da água durante os protestos de 2000 Cochabamba. O COB representa cerca de dois milhões de trabalhadores bolivianos, reunindo trabalhadores de vários ramos da indústria e dos serviços públicos, bem como a consulta com muitos camponeses e lideranças indígenas, como Felipe Quispe. O atual Secretário Executivo do COB é Pedro Montes, um mineiro (Central Obrera Bolivariana, 2010).

¹¹ Entre los días 12 y 16 de febrero de 1953 se realiza el Congreso Constituyente de la Central Única de Trabajadores CUT, y Clotario Blest es elegido su Presidente. La fundación de la CUT es el hito más importante de la historia del movimiento sindical chileno y entrega la dirección política única a un movimiento sindical que se encontraba en ese momento en una fase de desunión. El 4 de septiembre de 1970, triunfa en la elecciones presidenciales el candidato de la Unidad Popular, Salvador Allende, cuyo objetivo es la vía chilena al socialismo, la CUT durante ese período, logra mayor presencia nacional y su base sindical se amplía a más de un millón de afiliados. Está presente a lo largo y ancho del país y obtiene importantes logros políticos como la participación de los trabajadores en la conducción de las empresas. Paulatinamente la CUT se transforma en un importante soporte social del Gobierno. Es a través de la Central que se enfrenta a la fuerte reacción empresarial y de la derecha política que se resiste tenazmente a los cambios que el país requiere. El 1º de mayo de 1978, la Coordinadora Nacional Sindical, hace su primera aparición pública desencadenándose una fuerte represión de los agentes del régimen. Por esa época la Dictadura comienza a desarrollar su proyecto de refundación neoliberal. El 25 de febrero de 1982, agentes del Estado asesinan brutalmente a Tucapel Jiménez, Presidente de la ANEF. Queda así en evidencia que la unidad de los trabajadores, representa un riesgo para la supervivencia del régimen dictatorial, encabezado por Pinochet. Hacia el año 1985, el movimiento de protestas está claramente fortalecido y la Dictadura acorralada, echa mano nuevamente a la represión, son miles los trabajadores y pobladores, que son amedrentados, maltratados y vejados. En medio del camino de la derrota definitiva de la Dictadura, avanza la reconstrucción de la unidad de los trabajadores. El 20 y 21 de agosto de 1988 se funda la Central Unitaria de Trabajadores, heredera de la antigua CUT. Manuel Bustos es electo Presidente y Clotario Blest nombrado Presidente Hoorario. Con la Fundación de la CUT culminan 15 años de trabajo por la reconstrucción y rearticulación del sindicalismo y búsqueda de la unidad sindical (Central Unitária de Trabajadores, 2010).

defesa dos direitos laborais em cenários econômicos de liberalização, o principal objetivo no momento da sua fundação foi o de defender a democracia e os direitos humanos contra os regimes autoritários, que ainda subsistiam na região (Chile e Paraguai). Também articulavam a ação conjunta contra a dívida externa e seus efeitos sob as economias dos países.

No decorrer dos anos 1990, as medidas tomadas nas áreas comerciais e aduaneiras motivaram as Centrais Sindicais à formulação de estratégias para intervir no processo de integração e influenciar no seu curso. Sob o lema “a integração que necessitamos”, as centrais sindicais tinham como proposta a construção de um projeto alternativo, de inspiração bolivariana, pautado na integração econômica, social e cultural e na busca de respostas autônomas para a América Latina (VIGEVANI, 1997).

Se, num primeiro momento, a perspectiva bolivariana apresentou-se como um suporte ideológico e incentivo simbólico à participação do movimento sindical, as preocupações com a garantia de um espaço institucional de influência privilegiaram a ampliação da estratégia trabalhista e da defesa de interesses mais imediatos dos trabalhadores. A ratificação dos convênios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a formulação de uma Carta Social dos Direitos Fundamentais, inspirada na Carta Social da União Européia (EU), foram medidas importantes e necessárias à homogeneização das condições mínimas de proteção ao trabalhador e instrumentos de pressão de governos e entidades empresariais, no sentido da busca da consolidação e da ampliação dos direitos trabalhistas. Isso ocorreu em 1994 com a criação do Sub-Grupo de Trabalho sobre Relações Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social SGT-11 (atualmente 10) (VIGEVANI, 1997; SIMIONATTO, 2009).

A CCSCS participa institucionalmente em diferentes âmbitos de discussão no interior do MERCOSUL, principalmente onde os aspectos sócio-laborais da integração e da participação da sociedade civil têm maior importância.

Atualmente representa os interesses de grande parte da classe trabalhadora dos países do MERCOSUL, e tem a responsabilidade de reivindicar e manter os direitos laborais que foram conseguidos em épocas anteriores, bem como debater os rumos do processo integracionista. Desempenha assim, um importante papel na luta dos trabalhadores no contexto dos blocos econômicos, neste caso do MERCOSUL e sua relação com a América Latina. Face ao exposto a questão de pesquisa que norteia este estudo pode ser assim sintetizada:

quais as propostas apresentadas pela CCSCS no âmbito do MERCOSUL desde a sua constituição e, em que medida, estão voltadas à defesa dos interesses dos trabalhadores?

1.1 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa exploratória, qualitativa e documental. Exploratória porque visa através do processo de investigação identificar os principais traços do objeto de estudo, desvendando suas características centrais. O enfoque qualitativo privilegia o resgate do conteúdo das propostas da CCSCS que serão analisadas a partir de suas múltiplas determinações. E, por fim, documental na medida em que busca identificar nos documentos oficiais as propostas da CCSCS com um mapeamento dos principais temas e propostas. Além do mapeamento, a análise qualitativa, através da perspectiva crítico-dialética, buscará garantir o tratamento do objeto numa visão de totalidade – ou seja – situar as propostas sindicais no movimento mais amplo da sociedade, captando suas determinações sociais, econômicas, políticas e culturais.

A escolha dos documentos para a análise abrange um espaço temporal de 10 anos 1998 - 2008. No entanto, o resgate da constituição histórica da CCSS se remete a 1991 quando ocorre a proposição para a criação do sub-grupo de trabalho (SGT) de Emprego e Ralações de trabalho.

Esta dissertação constituída de três seções. A primeira seção aborda a organização e as lutas da classe trabalhadora a partir da conformação do modo de produção capitalista, passando pelo Taylorismo-Fordismo até chegar à acumulação flexível e a posterior crise de sindicalismo.

A segunda seção contém a internacionalização da economia e a formação de blocos econômicos, em particular o MERCOSUL e a presença dos sindicatos como atores sociais.

A terceira seção, trata sobre a atuação sindical no MERCOSUL fazendo uma abordagem das propostas da CCSCS, em temas como as políticas econômicas, direitos sociais e trabalhistas, e as propostas de ação políticas e a ampliação da participação dos sindicatos no bloco. E, finalmente as conclusões finais e as referencias bibliográficas.

SEÇÃO I

I.1 A ORGANIZAÇÃO E AS LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista significou o surgimento, no interior da sociedade, de duas classes opostas: A burguesia e o proletariado. Foi a partir deste novo modo de produção que surgiram os sindicatos como organização política em defesa dos interesses desta última.

Tendo como objetivo principal a tomada do poder e a apropriação do capital, é a partir da Inglaterra, berço do capitalismo, que se encontram as primeiras expressões de organização e luta dos trabalhadores, conforme Marx e Engels debatem e escrevem ao longo do século XIX.

Na época anterior à revolução industrial a produção estava a cargo dos artesãos, dos donos de ateliers e dos camponeses que viram a compor as primeiras formas de associação.

Como assinala De la Garza (2004, p. 6):

Se trataba de organizaciones de ayuda mutua de los trabajadores en casos de enfermedad y muerte y frente al naciente maquinismo. Las mutualidades coexistían con cooperativas de consumo o de producción, que también apuntaban hacia un mitológico pasado gremial precapitalista. Pero los gremios eran diferentes a estas primeras organizaciones de asalariados del capital: aquéllos agrupaban a aprendices y maestros, propietarios y dependientes, en defensa del oficio y su reproducción.

Assim as primeiras associações de trabalhadores tinham como fim colaborar entre seus membros e interesses comuns. Não aparecia aqui a luta de classes no contexto capitalista. No decorrer da história, as associações sofreram mudanças na sua centralidade e no seu campo de ação, fato que propiciaria mudanças na concepção do deste tipo de organização.

Os sindicatos nasceram na Inglaterra e na França. Sua primeira etapa, chamada por alguns autores como sindicatos de ofício vai até a Comuna de Paris na Europa, e na América até o começo do século XX.

Foi uma época, na qual o movimento sindical era muito precário e ainda não tinha as características de massa.

Esta etapa esteve marcada por:

Se trata de un período del sindicalismo en el que aún es limitada la presencia del maquinismo en la producción, aunque éste se extienda en las ramas de punta de la época: los textiles y los ferrocarriles. Sin embargo, en algunos sectores amplios todavía era importante la producción como sistema de hombres y no de máquinas. Los obreros de oficio agrupados en los sindicatos no eran los artesanos de la Edad Media, y aunque las características del producto estaban en función de su destreza manual, no poseían el conocimiento completo de todas las actividades del proceso productivo (DE LA GARZA, 2004, p. 7).

Num primeiro momento, a organização se centrava nos operários das oficinas e das fábricas, e posteriormente, com o desenvolvimento do capitalismo, se generaliza, atingindo outros setores econômicos. Não se deve desconhecer a importância que teve para a classe operária o surgimento deste sindicalismo. É neste sentido que Lenin (2010, p.21) salienta: “Os sindicatos representaram um progresso gigantesco da classe operária nos primeiros tempos do desenvolvimento do capitalismo, visto que significavam a passagem da dispersão e da impotência dos operários aos rudimentos da união de classe”.

Posteriormente foi Marx em parceria com Engels o responsável por desenhar o caminho em direção à passagem da época pré-histórica à histórica, segundo ele época marcada pela emancipação humana como resultado de condições históricas objetivas nunca antes vistas.

Depois de uma extensa produção científica, Marx e Engels redigiram o Manifesto Comunista, o qual vai caracterizar o papel do proletariado na difícil tarefa da mudança societária. Segundo Marx e Engels (1983, p. 9) no começo o movimento dos trabalhadores não teria grande força:

Los obreros arrancan algún triunfo que otro, pero transitorio siempre. El verdadero objetivo de estas luchas no es conseguir un resultado inmediato, sino ir extendiendo y consolidando la unión obrera. Coadyuvan a ello los medios cada vez más fáciles de comunicación, creados por la gran industria y que sirven para poner en contacto a los

obreros de las diversas regiones y localidades. Gracias a este contacto, las múltiples acciones locales, que en todas partes presentan idéntico carácter, se convierten en un movimiento nacional, en una lucha de clases. Y toda lucha de clases es una acción política.

O processo organizativo seria beneficiado pelo avanço tecnológico da indústria e, assim gradualmente, iria se fortalecendo o movimento. Porém, a concorrência entre os próprios trabalhadores se contrapõe a esta tendência (MARX E ENGELS, 1983).

A organização apropriada das formas de luta levaria obrigatoriamente à tomada do poder por parte da classe trabalhadora:

El objetivo inmediato de los comunistas es idéntico al que persiguen los demás partidos proletarios en general: formar la conciencia de clase del proletariado, derrocar el régimen de la burguesía, llevar al proletariado a la conquista del Poder (MARX E ENGELS, 1983, p. 13).

Ainda no Manifesto Marx e Engels (1983, p.15) referem-se aos comunistas como:

Aquellos que se destacan y reivindican siempre, en todas y cada una de las acciones nacionales proletarias, los intereses comunes y peculiares de todo el proletariado, independientes de su nacionalidad, y en que, cualquiera que sea la etapa histórica en que se mueva la lucha entre el proletariado y la burguesía, mantienen siempre el interés del movimiento enfocado en su conjunto.

No entanto, as formas de luta devem desenvolver-se em um plano material - ontológico, quer dizer, é preciso ter as condições materiais para a mudança. Nos termos de Marx (1982, p.24-25) é:

[...] Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas

relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social.

Estas contradições são uma tendência do modo de produção capitalista, se nós entendermos a história como resultado da ação do homem, o processo dialético entre o capitalismo e os homens é mutável no tempo. O homem tem a capacidade de adiantar ou adiar o percurso revolucionário. Está na classe trabalhadora a faculdade transformadora da sociedade (LÊNIN, 1987).

A supressão da forma de propriedade capitalista servira ao proletariado:

[...] El proletariado se valdrá del poder para ir despojando paulatinamente a la burguesía de todo el capital, de todos los instrumentos de la producción, centralizándolos en manos del Estado, es decir, del proletariado organizado como clase gobernante, y procurando fomentar por todos los medios y con la mayor rapidez posible las energías productivas.

Claro está que, al principio, esto sólo podrá llevarse a cabo mediante una acción despótica sobre la propiedad y el régimen burgués de producción, por medio de medidas que, aunque de momento parezcan económicamente insuficientes e insostenibles, en el transcurso del movimiento serán un gran resorte propulsor y de las que no puede prescindirse como medio para transformar todo el régimen de producción vigente (MARX e ENGELS, 1983, p. 25).

Assim, ao decorrer da história, a sociedade passou do movimento luddista às greves na França, passando pelas “trade-unions”, pelo movimento cartista, a classe operária buscou organizar formas de lutas para se contrapor ao poder do patronato e às condições de exploração a que eram submetidos. Será, no entanto, no século XIX, através do próprio Marx, que os trabalhadores apresentam uma das principais formas de luta e organização mais concreta: a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), representando um grande salto na unidade dos assalariados.

Com a expansão do capitalismo e as crescentes lutas operárias, os sindicatos deixam de ser um fenômeno inglês e vão se espalhar pelo mundo todo. A pressão organizada dos trabalhadores representa a

história da luta de classes e os sindicatos tiveram um papel importante nesse processo especialmente na primeira metade do século XX, no contexto do período fordista.

I.2 TAYLORISMO - FORDISMO E A ORGANIZAÇÃO SINDICAL

O capitalismo tem passado por várias fases caracterizadas por períodos de liberalização econômica e conquista de novos mercados. Para isto a economia política tem lhe servido como base teórica e, às vezes, como bandeira ideológica. Após a publicação dos primeiros tratados de economia clássica de Adam Smith e David Ricardo, no século XVIII, para Marx, a economia vulgar ocupou o centro dos debates.

No final do século XIX e começo do XX, o engenheiro Frederic W. Taylor divulgou suas investigações acadêmicas em “Principles of Scientific Management” (1912), discussão que já vinha anteriormente. Tratava-se de novas formas de organização do trabalho com o objetivo de ampliar os lucros. Isto consistia na divisão sistemática das distintas tarefas no processo de produção e, assim, seria possível aumentar a produtividade e evitar o controle que o trabalhador possuía sob os tempos da produção (CORIAT, 1991).

O procedimento começava com o planejamento teórico dos processos produtivos por meio de uma metodologia própria e particular, mas era preciso ter o controle das atividades. Em consequência nasceu uma nova categoria de trabalhador cuja tarefa era a verificação das operações nos tempos programados (Coriat, 1992).

A nova divisão do trabalho, antes assinalada por Adam Smith, tinha uma redução efetiva de custos além de organizar cientificamente o trabalho, mas deparou-se com o proletariado e com as dificuldades da expansão do mercado. Portanto, isto levou a uma reavaliação prática no século XX com a introdução do Fordismo, cuja origem vincula-se às propostas do norte americano Henry Ford.

Algumas das suas inovações foram extensões de tendências mais antigas, como por exemplo, as formas corporativas de organização de negócios, aperfeiçoadas pelas estradas de ferro no decurso do século XIX. As racionalizações de velhas tecnologias e as detalhadas divisões do trabalho foram produto, não só dos avanços do Taylorismo - que exerceu extensa influência -, mas também de escritores da metade do século como Ure e Babbage (HARVEY, 2001).

Segundo Harvey (2001, p. 121):

[...] O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o Taylorismo do Fordismo) era sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

Portanto, a ideia de Ford tinha como pressuposto a construção de um novo homem, de um novo ser. Para ele, em um sentido empírico, o novo trabalhador era condicionado tanto no processo produtivo quanto nos padrões de consumo.

Gramsci foi um dos pensadores que dedicou parte de sua obra na discussão do modo de produção Fordista. No caderno 22 sob o título Americanismo e Fordismo discute como a racionalização da produção exige um novo tipo de homem:

Dado que existiam essas condições preliminares, já racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política) e conseguindo centrar toda a vida do país na produção. A hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia (GRAMSCI, 2001, p. 247-248).

As ideias Fordistas/Tayloristas não tiveram um percurso fácil. Com efeito, a fragilidade social em épocas de guerra, a difícil aceitação das organizações de trabalhadores, a rotatividade da força de trabalho e, principalmente, a dificuldade de contar com mecanismos de intervenção estatal para atender as necessidades destes modelos, representaram as maiores dificuldades para a sua implementação (HARVEY, 2001) 12.

¹² Neste sentido, Harvey faz referência à difícil aceitação do trabalhador de uma forma de produção de longas jornadas de trabalho rotinizado exigindo pouco das habilidades

Na América Latina o proletariado industrial era quase inexistente, a população era camponesa na sua maioria, e a economia era basicamente agrícola. Embora alguns setores como o exploração petroleira, minera, têxtil tiveram alguma importância, situação que vai se manter até o primeiro terço do século.

Enquanto isto acontecia, na Europa o movimento operário ganhava força:

La época de la Segunda Internacional, fue la que reivindicó al marxismo como su doctrina oficial, a pesar de que muy pronto en su seno disputaron las corrientes revolucionarias con las reformistas. Se trata de una fase de crecimiento de los sindicatos y de creación de grandes confederaciones nacionales en relación muy estrecha con los partidos obreros. Este crecimiento organizacional trajo aparejada la burocratización de los sindicatos (DE LA GARZA, 2004, p. 11).

A euforia democrática dos anos vinte não conseguiu dar conta da crise do final da década. Se o Fordismo se baseava no estímulo à demanda agregada, a democracia viu-se incapaz de garantir níveis aceitáveis de consumo. Neste contexto os países Europeus tiveram duas opções: 1. O fascismo, garantindo as formas de produção e de acumulação capitalista intervindo na economia e destruindo toda forma de organização sindical ou; 2. Um Estado intervindo ativamente no nível de investimentos, na reprodução da força de trabalho, e também encobrendo o capital das conseqüências do processo produtivo mediante programas sociais (NETTO, 2007).

A primeira opção foi exercida em países como Alemanha, Itália e Espanha, e a segunda na França como frente popular e com menos vigor o New deal de Roosevelt recebeu apoio tanto nos EEUU quanto na Europa.

Como conseqüência, no período entre 1890 – 1940, se presenciou uma transição do capitalismo competitivo ao capitalismo monopolista (MANDEL, 1976) e isto obedeceu à necessidade de aumentar os ganhos por meio do controle do mercado (NETTO, 1992). Neste processo de transformação o capitalismo se caracterizou por fenômenos como:

tradicionais. Além disso, a constante imigração forneceu ao capital nova força de trabalho e permitiu a constante rotatividade do trabalho.

a) Precios de mercancías y servicios con tendencia a subir; b) tasas de ganancia con tendencia más alta en los sectores monopolizados, c) tasa de acumulación elevada acentuando la tendencia decreciente de la tasa media de ganancia; d) la inversión se concentra en sectores de mayor competencia, una vez que la inversión en los monopolizados se vuelve progresivamente más difícil (NETTO, 1992, p. 46).

Estes sintomas podem ser explicados pelo fato da relação existente entre produção e consumo:

[...] a produção é intermediária do consumo, cuja matéria cria; sem esta, aquele ficaria privado do seu objeto; por sua vez, o consumo é intermediário da produção, pois proporciona aos seus produtos o sujeito para o qual eles o são (produtos). O produto só atinge o seu final no consumo [...]

[...] sem produção não há consumo; mas sem consumo, também não há produção, pois, nesse caso, a produção seria inútil.

O consumo produz a produção de duas maneiras:

- 1) na medida em que só no consumo o produto se torna produto.
- 2) na medida em que o consumo cria a necessidade de uma nova produção e, por conseguinte, a condição subjetiva e o móbil interno da produção.

Pelo lado da produção, o problema caracteriza-se assim:

- 1) A produção fornece ao consumo a sua matéria, o seu objeto. Consumo sem objeto não é consumo; neste sentido, a produção cria, produz o consumo.
- 2) Porém, a produção não fornece apenas um objeto de consumo; dá-lhe também o seu caráter específico e determinado, dá-lhe o toque final - tal como o consumo dá ao produto o toque final que converte uma vez por todas em produto.
- 3) A produção proporciona não só um objeto material à necessidade, mas também uma

necessidade ao objeto material (MARX,1982,p. 209-210).

A identidade entre produção e consumo, a influência da primeira no segundo e vice-versa permite-nos inferir que em um sistema, no qual o objetivo é a procura do lucro como resultado do fetiche da mercadoria, os fenômenos assinalados por Netto representam o resultado objetivo da concorrência capitalista inerente ao processo de produção. Cabe assinalar que entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX houve vários fatores que estiveram na contramão desta tendência, não obstante, operam como tendências características do capitalismo tardío (MANDEL, 1976).

Neste panorama o movimento operário estava se consolidando, além de ter adquirido novas características produto da evolução econômica. A base operária:

[...] de los sindicatos ya no estaba en los trabajadores de oficio sino en una masa de origen reciente de campesinos, especialistas en una máquina o descalificados por el maquinismo y los métodos tayloristas y fordistas. Esto contribuyó a afianzar entre los trabajadores el sentimiento de ser una clase opuesta al capital que sólo podría adquirir derechos –los políticos incluidos– mediante la lucha y la creación de sus propias organizaciones y partidos, pensados principalmente no para la negociación colectiva, ni mucho menos para recrear el oficio, sino para la lucha política al nivel del Estado. Tanto la corriente reformista como la revolucionaria en los sindicatos vieron en el Estado su espacio principal de acción, unos para derrocarlo y construir otro proletario, o bien para reformarlo y crear desde ahí instituciones protectoras de los trabajadores (DE LA GARZA, 2004, p. 11).

A partir da segunda metade do século XX, novas relações de classe surgiram e os sindicatos ganharam poder de negociação coletiva. Preservaram certa influência sob as especificações de tarefas e conseguiram ganhos referentes à seguridade social e salário mínimo (HARVEY, 2001). Mas, todas essas transformações foram em troca de posições mais condizentes com as necessidades do capital e por ganhos reais no salário.

Assim, três grandes concepções teóricas marcam as concepções dos movimentos sindicais até a década dos anos setenta:

- A marxista – leninista caracterizada por Touraine (1970) como sindicalismo de oposição.

- Laborismo e socialdemocracia correspondem ao que Touraine (1970) chama de “sindicatos de integração”.

- Sindicalismo de negociação coletiva.

Por enquanto a preocupação do Estado passava pela manutenção do Fordismo mediante políticas redistributivas em massa. E para esta tarefa John M. Keynes foi decisivo, erigindo-se como um dos economistas mais influentes no decorrer do século XX. Porém sua importância deveu-se, principalmente, a sua acertada interpretação das contradições do processo de produção capitalista, centrados no binômio consumo-emprego.

Na primeira Guerra Mundial ele achava um absurdo que a Alemanha tivesse que indenizar a Inglaterra e a França pelos prejuízos ocasionados pelo confronto. A seu ver pelo fato de perder a guerra e ter o país destruído, a Alemanha não tinha as condições econômicas para assumir uma dívida tão expressiva. Porém suas considerações não foram aceitas e ele emigrou para os Estados Unidos.

Posteriormente com a crise de 1920 evidenciou-se que:

[...] para os dirigentes mais lúcidos da burguesia dos países imperialistas a necessidade de formas de intervenção do Estado na economia capitalista. Registramos que o Estado burguês sempre interveio na dinâmica econômica, garantindo as condições externas para a produção e acumulação capitalista; mas a crise de 1929 revelou que novas modalidades interventivas tornavam-se necessárias: fazia-se imperativa uma intervenção que envolvesse as condições gerais da produção e da acumulação. (NETTO, 2007, p. 192-193).

Desta forma as teorias de Keynes foram aplicadas como única medida para tentar salvar o capitalismo do colapso, e também inspiraram as políticas econômicas da grande maioria dos países democráticos na Europa.

Na década de 1930 o nazismo ascende ao poder na Alemanha - em parte graças à acelerada inflação da economia - e começa a se gestar mais um conflito que acabaria com a vida de mais de sessenta bilhões de pessoas e custaria um quadrilhão de dólares.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, o desafio era a reconstrução da Europa e principalmente, dos países devastados - a Alemanha e seus aliados -. As ideias demarcadas por Keynes na reunião do Tratado de Versaille, de 28 de junho 1919, revelaram a importância das ajudas econômicas como um processo necessário para a recuperação destes países, para assim eliminar qualquer situação que resultasse em novos conflitos.

Para Hobsbawm (1999, p. 101) a doutrina Keynesiana:

[...] propugnaba la eliminación permanente del desempleo generalizado por razones tanto de beneficio económico como político. Los keynesianos sostenían, acertadamente, que la demanda que generan los ingresos de los trabajadores ocupados tendría un efecto estimulante sobre las economías deprimidas. Sin embargo, la razón por la que se dio la máxima prioridad a ese sistema de estímulo de la demanda —el gobierno británico asumió ese objetivo antes incluso de que estallara la segunda guerra mundial— fue la consideración de que el desempleo generalizado era social y políticamente explosivo, tal como había quedado demostrado durante la Depresión.

O programa de reconstrução foi chamado plano Marshall anunciado pelo secretário de Estado estadunidense George Marshall em 1947. Além de ser um plano de ajuda, significou a expansão econômica dos Estados Unidos, a manutenção da democracia, além de ter impedido o avanço comunista pela Europa.

Para esta tarefa o Estado passou a:

[...] Se inserir como empresário nos setores básicos não-rentáveis (especialmente os que fornecem aos monopólios, a baixo custo, insumos e matérias-primas fundamentais), a assumir o controle de empresas capitalistas em dificuldades, a oferecer subsídios diretos aos monopólios e a lhes assegurar expressamente taxas de lucro. Suas funções indiretas, além das encomendas/compras aos monopólios, residem nos subsídios mascarados (a renúncia fiscal), nos maciços investimentos em meios de transporte e infra-

estrutura, nos gastos com investigação e pesquisa, mas residem, sobretudo, no plano estratégico: aqui através de planos e projetos de médio prazo, o Estado sinaliza a direção do desenvolvimento, indicando aos monopólios áreas de investimentos com retorno garantido no futuro. (NETTO, 2007, p. 204).

Neste contexto a recuperação da Europa e do Japão foi extremamente acelerada, o que rapidamente saturou os mercados locais, que procuravam novos mercados e aumentaram suas exportações para os Estados Unidos. Em consequência, cresceu em volume o comércio internacional (HARVEY, 2001). Como reflexo houve um deslocamento do capital para o setor financeiro, ocasionado pela incapacidade do setor manufatureiro e da economia real de fornecer altas taxas de lucro (BRENNER, 1999).

Do período pós-guerra, até 1973, o Fordismo atingiu sua maturidade, com elevadas taxas de crescimento e altos níveis de qualidade de vida. Porém, nesse período, o delicado equilíbrio entre Estado-Nação, capital corporativo e força de trabalho foi resultado de longas lutas dos trabalhadores. (HARVEY, 2001). Neste cenário, os movimentos operários que renasceram após a Segunda Guerra, em parte pela infiltração comunista, sofreriam duras derrotas frente ao capital destruindo as formas básicas de organização.

A responsabilidade pelo crescimento era papel das forças corporativas, o rumo dos processos produtivos foi resultado da administração científica sobre uma racionalidade capitalista. Com efeito, o crescente poder corporativo hegemônico delinearía os caminhos do crescimento e, sobretudo, acompanhado do consumo em massa. O crescimento econômico baseado no incentivo ao consumo e na demanda agregada, implica o aumento do número de trabalhadores. Quanto mais trabalhadores maiores são as probabilidades de organização sindical, e maior é o clima favorável para tal atividade. O que ocorreu é que os sindicalistas mais radicais foram alvo de ataques políticos (HARVEY, 2001).

Esta situação é descrita por Hobsbawm (1999, p. 96) assim:

Ciertamente, la bonanza inmediatamente posterior a la guerra, al menos en los países que no sufrieron los efectos de la revolución y de la guerra civil, parecía un signo prometedor, aunque tanto las empresas como los gobiernos veían con

recelo el enorme fortalecimiento del poder de la clase obrera y de sus sindicatos, porque haría que aumentaran los costes de producción al exigir mayores salarios y menos horas de trabajo.

Portanto, o capital sempre vê como uma ameaça qualquer tipo de organização trabalhista, porém, quando as condições exógenas exigem alguma tolerância (como foi o caso dos anos entre guerras) com a força de trabalho, ele aceita a contragosto. Mas é a taxa de lucro e a procura de um ciclo produtivo que determina o grau de tolerância do capital.

O Fordismo se caracterizou pela atitude corporativa do capital em relação às formas produtivas. O Estado tinha o papel de investir em infra-estrutura e diminuir os efeitos dos ciclos econômicos por meio das políticas fiscais e monetárias.

Porém, a inclusão do padrão de produção Fordista não trouxe consequências positivas para todos os países não comunistas que o adotaram. A partir do final da Segunda Guerra, os Estados Unidos constituíram-se como o maior poderio econômico do mundo. O acordo de Bretton Woods, a consequente criação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional e, sobretudo, a institucionalização do dólar como moeda hegemônica unido ao domínio militar, fizeram das políticas comerciais e econômicas estadunidenses as predominantes para o resto do mundo. Isso gerou uma insatisfação nos países periféricos excluídos dos grandes lucros do comércio internacional. Além disso, nem todos os setores da economia contaram com altos salários e seguridade social. Alguns setores de produção de alto risco contavam, ainda, com fracas garantias de emprego o que provocou conflitos sociais no interior da força de trabalho¹³ (HARVEY, 2001).

A visão imediatista e exclusivista, o desconhecimento dos setores excluídos (movimentos de mulheres e outros setores de trabalhadores), a limitação da luta de classes para melhorias de salário que os sindicatos adotaram, afetou sua imagem política frente à sociedade sendo alvo de críticas constantes.

A forte crise e recessão iniciada nos anos 1970, expressa pelo “esgotamento da onda longa expansiva que começou nos EEUU em 1940, e na Europa e no Japão em 1948” (MANDEL, 1990, p.13), atingiu significativamente os trabalhadores, especialmente os institutos coletivos da classe.

¹³ Força de trabalho, não como trabalhador possuidor de força de trabalho.

I.3 DO FORDISMO À ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

O período que compreende de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do Fordismo e do Keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Isso se deveu à rigidez nos investimentos e nos contratos de trabalho. Toda a tentativa de modificá-los encontrava a rejeição e força aparente dos sindicatos e dos trabalhadores (HARVEY, 2001).

Isso expressa que o rigor na intervenção do Estado e de suas políticas não permitiu o deslocamento dos investimentos em setores com taxas de lucro maiores. Assim o capitalismo viu-se impedido de atingir níveis de lucro estáveis, e para manter a legitimidade e os compromissos, o Estado¹⁴ optou pela emissão de moeda criando uma alta na inflação. Contudo, não se deve esquecer a dificuldade que tinha a economia de encontrar áreas produtivas para investimento (HARVEY, 2001).

No começo dos anos 1970, a economia mundial estava sufocada pela inflação por causa das políticas Keynesianas. Paul Volcker (Secretário do Tesouro Americano), em 1979, elevou as taxas de juros como uma medida para controlar a inflação. Esta medida significou, para a burguesia internacional (que manteve seus investimentos em títulos e ações), a recuperação da taxa de lucro via inflação em cinco pontos percentuais reais na acumulação. Contudo, isto vai influenciar as novas relações centro-periferia tendo como particularidade a crise da dívida na América Latina.

Depois de um acelerado crescimento as economias dos países do primeiro mundo experimentaram um rápido crescimento dos níveis inflacionários e a uma queda de quase oito pontos percentuais na taxa de lucro (ver gráfico 1).

¹⁴ O Estado como genérico em razão que, a grande maioria de países seguia as políticas do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), as quais consistiam em suprir o déficit orçamentário e a dívida pública com: Emissão de moeda o empréstimos de órgãos multilaterais.

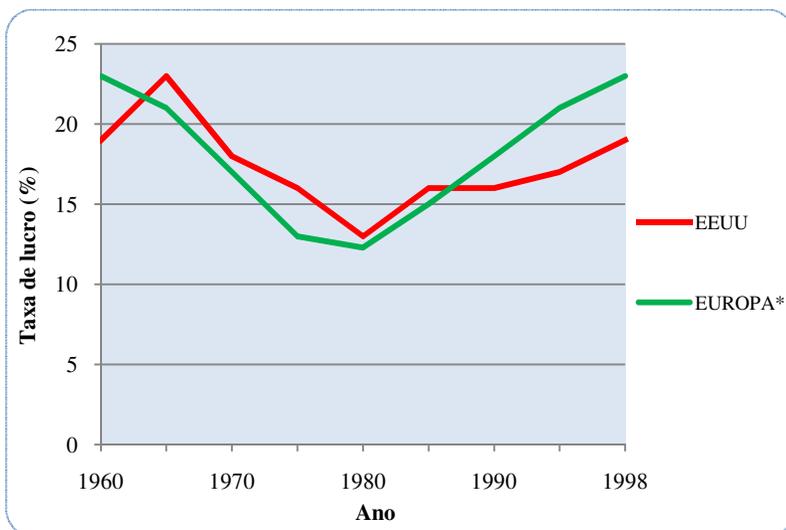


Gráfico 1- Taxa de lucro **(%)

Fonte: Dumenil e Levy (2004).

*Media de três países europeus, Alemanha, França e Reino Unido.

**A unidade de análise é o conjunto das empresas privadas. A taxa de lucro relaciona uma medida ampla dos lucros (a produção neta menos o custo do trabalho) com o estoque de capital fixo, neto da depreciação. De esta forma, os impostos, os juros benéficos continuam sendo incluídos nos lucros.

O mundo estaria em face de uma iminente crise sistêmica da economia e como conseqüência inerente a estes fatos, ocorreu o aumento da taxa de desemprego (ver gráfico 2), embora sua causa principal fosse a desaceleração na acumulação de capital, do investimento, e do crescimento da produção (DUMÉNIL Y LEVY, 2004).

Porém, não foi só o desemprego que evidenciou esta tendência. O capital também apresentou fortes desequilíbrios. Dumenil e Levy (2004) demonstram a diminuição da produtividade do capital, medido pelo cociente entre produção anual e estoque de capital necessário para sua produção, o qual é uma novidade por que permite observar como, a cada ano, menos produto foi obtido pelo mesmo estoque de capital, ou de maneira equivalente, a cada ano se obteve mais capital pelo mesmo produto (ver gráfico 3).

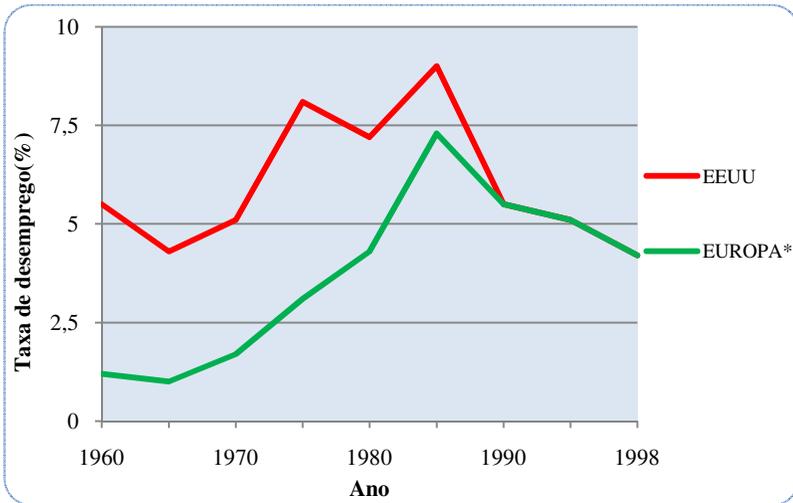


Gráfico 2 – Taxa de desemprego(%)**

Fonte: Dumenil y Levy (2004)

*Media de três países europeus, Alemanha, França e Reino Unido.

**A taxa de desemprego é o cociente entre o número de pessoas sem emprego, dispostas a trabalhar e em busca de emprego e a população civil.

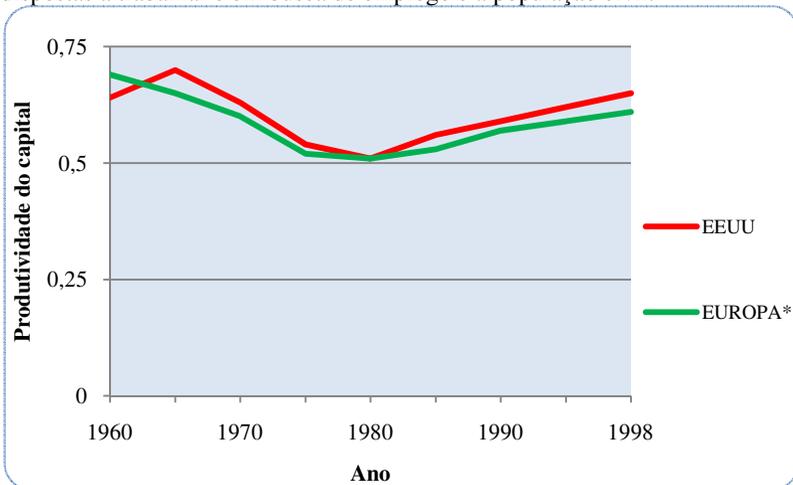


Gráfico 3 – Produtividade do capital**

Fonte: Dumenil y Levy (2004).

*Média de três países europeus, Alemanha, França e Reino Unido.

**A produtividade do capital é o cociente entre a produção e o estoque de capital fixo. Os dois agregados se medem em termos de preços com inflação.

O fato paralelo tem a ver com a produtividade do trabalho, que no mesmo período cresceu a uma taxa cada vez menor (ver gráfico 4). Isso foi resultado da queda da taxa de investimento em capital fixo.

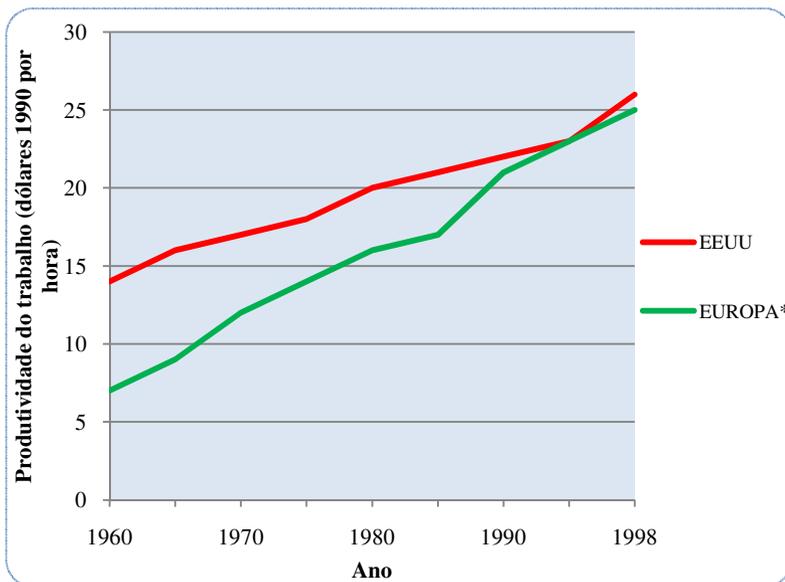


Gráfico 4 – Produtividade do trabalho**(dólares de 1990 por hora)

Fonte: Dumenil y Levy (2004).

*Média de três países europeus, Alemanha, França e Reino Unido.

**O sector é o conjunto das empresas. A produtividade do trabalho é o cociente entre a produção, corrigida da inflação, e o número de horas trabalhadas. A pendente das curvas é proporcional à taxa de crescimento das variáveis. Devido à utilização dos índices de poder de compra, os níveis absolutos podem se comparar.

O setor produtivo¹⁵ sofreu da mesma tendência à queda, corroborado com a taxa de acumulação das sociedades não financeiras nos EEUU¹⁶ (ver gráfico 5). Eis a prova de que a rentabilidade ficava no setor financeiro e especulativo de *Wall Street*.

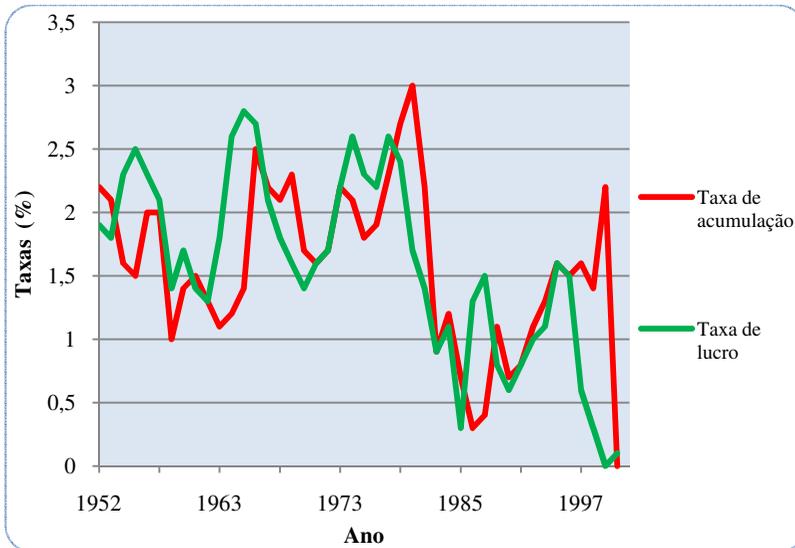


Gráfico 5 - Taxa de acumulação e taxa de autofinanciamento: EEUU sociedades não financeiras

Fonte: Flow of Funds (Federal Reserve); National Income and Product Accounts, NIPA (Bureau of Economic Analysis, BEA).

A queda da lucratividade e produtividade do setor corporativo, além de gerarem problemas fiscais e de crescimento da inflação, colocaram em risco a credibilidade do dólar como moeda de reserva internacional, o que se acentuou pela adoção do modelo ISII¹⁷ na América Latina, e o movimento das multinacionais para novas regiões com contratos de trabalho quase inexistentes (HARVEY, 2001). O que Antunes (1999) apresentou como “a Hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que já era expressão da própria crise estrutural do sistema de produção”.

¹⁵ Setores que no processo produtivo geram valor (mais-valia) em cada uma das fases, e que estão ligados à economia real como agricultura, indústria, comércio; em contraposição estão a setores financeiros.

¹⁶ Na França a taxa de acumulação das sociedades não financeiras atingia 8% em 1970.

¹⁷ Termo cunhado pela CEPAL para definir o modelo de substituição de importações.

Outro fator que caracterizou a crise sistêmica do capitalismo foi a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolísticas e oligopolistas (ANTUNES, 1999). No gráfico (6) é possível conferir a evolução da concentração de capital nos Estados Unidos ao longo do século XX, o que ratifica as tendências de concentração dos meios e da produção no sentido apontado por Marx.

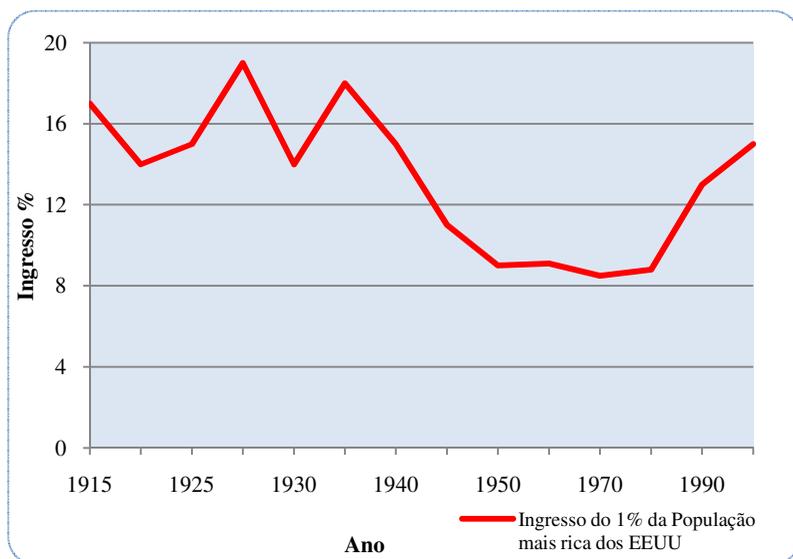


Gráfico 6 - Parte do ingresso disponível das famílias com a posse do 1% dos ingressos mais elevados (%): Estados Unidos

Fonte: Piketty T., Saez E., 2003.

Nos Estados Unidos a participação de 1% da população mais rica antes da crise dos 1930 foi de 16% do PIB, no período de pós-guerra/Keynesiano caiu para 8% e a partir da metade da década dos 1970 experimenta uma ascensão significativa. Este processo, chamado por Chesnais (1996a) de financeirização, constitui-se no suporte para criar uma nova burguesia internacional.

Segundo Chesnais (1996b, p. 69 e 84.) citado por Antunes (1999), outros sintomas da crise apresentaram sinais do quadro crítico do modelo do pós-guerra:

- A incapacidade do modelo de responder a retração do consumo [...]
- Incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à

flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força do trabalho.

Ao explicar a crise sistêmica do capitalismo (ANTUNES, 1999) indica que na realidade, o que ocorreu foi uma manifestação tanto do sentido destrutivo da lógica do capital, presente na intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, quanto da incontrolabilidade do sistema de metabolismo social do capital.

Para completar o quadro clínico da economia na época, o estado deflacionário ocasionado pelo excedente inutilizável confirmaria os fatores sistêmicos do capitalismo (HARVEY, 2001), que em uma ótica marxista, é a demonstração de: concentração do capital, rápido crescimento do capital fixo ou morto e uma disparidade no aumento da capacidade produtiva e da força de trabalho. Contudo, isso conduz a uma diminuição da demanda agregada e, por conseqüência, uma queda nos preços.

A concorrência capitalista, o fato de o capitalismo ser um jogo não cooperativo e sua constante procura de mais-valia extraordinária, pulando de setor em setor, não permitem encontrar um estado estacionário da produção.

Qualquer que seja a iniciativa para manter o ciclo econômico em uma tendência crescente (exemplo: política monetária expansionista para minimizar o déficit orçamentário), não vai esconder de modo algum suas falhas estruturais, indicando que:

[...] a resposta capitalista a essa crise procurou enfrentá-la tão-somente na sua superfície, na sua dimensão fenomênica, isto é, reestruturá-la sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista (ANTUNES, 1999, p.36).

As respostas do capital foram “a reestruturação e o controle do trabalho, mudança tecnológica, a busca de novas linhas de produto e novos mercados, e em um ambiente de alta competitividade a deslocação a zonas com formas de trabalho mais flexível” (HARVEY, 2001).

Ao lado da reestruturação produtiva, ocorreu uma forte ofensiva do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e contra as condições e ganhos obtidos no Fordismo (ANTUNES, 1999). A crise também foi atribuída ao Estado, principalmente ao Welfare State. Proclamou-se a

crise fiscal do Estado e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado (ANTUNES, 1999).

Em resumo, a partir da década de 1970 vive-se um período conturbado econômica e socialmente, o que originou novas experiências, não só produtivas, mas também sociais. Estas experiências abririam caminho a novas formas mais sofisticadas de acumulação com a respectiva adequação do Estado à acumulação flexível.

O que Harvey (2001, p.140) assim define:

A acumulação flexível [...] se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas.

A acumulação flexível significou, principalmente, mudanças simples no plano organizacional corporativo, sem desconhecer que contou com fatores econômicos e com avanços nas áreas das telecomunicações. Embora, ela implicou o surgimento de novos setores de produção, o tempo demonstrou que seu efêmero progresso seria a expressão real das contradições próprias do sistema.

Em relação à força de trabalho, as novas formas de produção e de organização industrial permitiram exercer pressões e controle sobre a mesma. O aumento do exército industrial de reserva agravou a concorrência pelo trabalho e pressionou os preços à queda, implicando também na destruição e no desenvolvimento imediato de técnicas e habilidades em troca de simples ganhos em termos reais. Finalmente, o mundo do trabalho, neste cenário, começaria a experimentar o crescente desemprego estrutural, unido ao retrocesso do poder sindical (HARVEY, 2001).

A ruptura da rigidez do Fordismo facilitou o emprego e a utilização não só dos fatores de produção, mas também da força de

trabalho ligada às demandas do mercado. Ao mesmo tempo, ocorria a volatilidade entre oferta e procura na economia. Na realidade tratou-se de um cenário de desregulamentação e expansão dos capitais, do comércio, da tecnologia e das condições de trabalho e de emprego (ANTUNES, 1999). A tendência da queda da taxa de lucro obrigou o uso do trabalho em formas mais flexíveis, ocasionando perdas na estabilidade do trabalhador e nos seus salários reais.

A acumulação flexível, as modernizadas formas organizacionais e o modelo alternativo do toyotismo transformaram o processo produtivo (ANTUNES, 1999). Isto significou a emergência de um novo programa de dominação social em todas as esferas, que no plano econômico intitulou-se como neoliberalismo e no plano social foi associado ao pós-modernismo. Afastando-se da polêmica suscitada em relação à disputa teórica desta passagem, as mutações respondem à urgência em atingir padrões de acumulação e conquista de todos os mercados do planeta (ANTUNES, 1999).

Na realidade, as mudanças se deram no campo organizacional e tecnológico, sendo este o produto do binômio taylorista / fordista; embora, o objetivo fosse restaurar os níveis de acumulação anteriores.

Antunes (1999, p.52) descreve este processo como:

[...] Resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo freqüentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, [...] além de requerer, ao menos no plano discursivo, o envolvimento participativo” dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado.

À luz do modo de produção capitalista se tem: procedimentos de ajuste na maximização dos lucros em um ambiente voraz de concorrência, no qual, o elemento mais fraco é a força de trabalho, dada sua condição criadora de valor no sentido marxista, o que Antunes (1999) define como: uma intensificação das condições de exploração da força de trabalho. O termo flexibilidade - em um sentido subjetivo -

exprime com especial exatidão os espaços de manobrabilidade que precisam as firmas, em uma situação, na qual, as velozes dinâmicas da produção fruto dos avanços tecnológicos requerem ajustes imediatos.

Em outros termos:

O que o complexo da reestruturação produtiva sob a mundialização do capital faz é incorporar - e impulsionar com maior aceleração histórica - as perversidades da lei geral de acumulação capitalista, na direção do enfraquecimento do mundo do trabalho (e da perspectiva de classe) (ALVES, 2000, p.65).

Portanto, a flexibilidade é uma condição per sé da conjuntura capitalista na incapacidade desta para encontrar novos setores produtivos com taxas aceitáveis de lucro. Em decorrência, as mutações nos processos produtivos ocasionaram repercussões no mundo do trabalho como: desregulamentação dos direitos de trabalho, fragmentação da classe trabalhadora, precarização da força humana que trabalha¹⁸, destruição do sindicalismo de classe (ANTUNES, 1999). Outras novas características são: intensificação do trabalho e novas políticas de subcontratação e terceirização (ALVES, 2000).

De acordo com Mota (1995, p.65-66), o enfrentamento da crise e a “recomposição do processo global de acumulação” se expressam tanto na reestruturação produtiva, quanto na “reordenação geoeconômica das fases do ciclo da mercadoria”, com intervenções em:

- a) no âmbito do reordenamento do quadro hierárquico das nações, em função de sua riqueza e poder, como é o caso da relação entre os países que formam o centro hegemônico e deles com os países periféricos;
- b) no mundo do trabalho, seja em função das mudanças requeridas pela divisão sociotécnica do trabalho, produto da reordenação das fases do processo de produção e realização de mais-valia, em nível mundial, seja por força de necessidades inerentes ao processo técnico de trabalho, determinado pelas transformações requeridas na reestruturação da produção e, ainda, pelo

¹⁸ Classe que, em decorrência da nova dinâmica organizacional entrou em uma tendência à redução (Alves, 2000).

surgimento de novas exigências que afetam a constituição e reprodução do trabalhador coletivo.

É importante retomar as reflexões de Mota (1995, p.66) a respeito do segundo movimento uma vez que diz respeito:

[...] aos mecanismos sócio-políticos e institucionais, necessários à manutenção do processo de reprodução social, incidindo prioritariamente no âmbito da luta de classes e na relação entre ordem econômica e projeto político. Situados no nível superestrutural, eles são mediados pela ação política das classes e das instituições, na qual se inclui o Estado. Isto é, dependem dos modos e das formas como as classes enfrentam politicamente as mudanças requeridas pelo processo de reorganização da produção, no contexto mais geral das relações sociais. Fato que demonstra não ser esta apenas uma reforma econômica, mas um movimento que interfere na organização social.

O trabalho, nestas circunstâncias, apresenta uma situação de mal-estar. O assalariado vive com medo de perder os postos de trabalho, de não poder ter uma vida com dignidade, vive com angústia e medo dos avanços tecnológicos que não resolvem suas necessidades. É na realidade um processo que precariza a totalidade do viver social (VASAPOLLO, 2006).

Porém, a consequência mais evidente da conjuntura econômica é o aumento inercial das taxas de desemprego, e incapacidade do próprio sistema de se manter sob a exploração do trabalhador:

Atingimos uma fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista em que o desemprego é a sua característica dominante. Nessa nova configuração, o sistema capitalista é constituído por uma rede fechada de inter-relações e de inter-determinações por meio da qual agora é impossível encontrar paliativos e soluções parciais ao desemprego em áreas limitadas, em agudo contraste com o período desenvolvimentista do pós-guerra, em que políticos liberais de alguns países privilegiados afirmavam a possibilidade de

pleno emprego em uma sociedade livre.
(MÉSZÁROS, 2006, p. 31)

Estas transformações pegaram de surpresa as organizações sindicais que estavam em um estado de letargia burocrática e aguçaram a sua situação, o que acentuou a crise do sindicalismo moderno.

I.4 A CRISE DO SINDICALISMO

Com o auge do pós-modernismo, a centralidade do trabalho na vida social¹⁹ perdeu espaço e novas teorias sociais se tornaram o centro do debate nos claustros acadêmicos. No entanto, falar de crise sindical implica salientar a diversidade de elementos que tem a ver com a categoria trabalho.

De acordo com Antunes (1999, p.187):

Nas últimas décadas, particularmente depois de meados dos anos 70, o mundo do trabalho vivenciou uma situação fortemente crítica, talvez a maior desde o nascimento da classe trabalhadora e do próprio movimento operário. O entendimento dos elementos constitutivos dessa crise é de grande complexidade, uma vez que nesse mesmo período, ocorreram mutações intensas, de diferentes ordens e que, no seu conjunto acabaram por acarretar conseqüências muito fortes no mundo do trabalho e, em particular, no âmbito do movimento operário e sindical. O entendimento desse quadro, portanto, supõe uma análise da totalidade dos elementos constitutivos desse cenário, empreendimento ao mesmo tempo difícil e imprescindível, que não poder ser tratado de modo ligeiro.

Assim, deve-se avaliar com muito cuidado o peso ontológico de cada uma das variáveis causais, que permitem estabelecer e apreender as características da situação atual do movimento sindical.

Segundo Alves (2000, p.84-85):

¹⁹ Em contraposição às ideias Habermasianas, que exaltam a intersubjetividade da linguagem como a nova centralidade, outros autores defendem o trabalho como definidor das relações sociais. (Cf. Offe, 1985; Oliveira, 2006)

[...] é preciso hierarquizar o peso ontológico das diversas variáveis na determinação estrutural da crise do sindicalismo [...] desse modo, a mera enumeração empírica de uma série de variáveis capazes de explicar a crise do sindicalismo tende a diluir a centralidade ontológica do complexo de reestruturação produtiva enquanto determinação estrutural da crise do sindicalismo, num mero fator econômico ou social.

Para além da discussão do trabalho como categoria ontológica fundante do ser social, a crise sindical responde a dois fatores destacando-se duas dimensões históricas: A socioinstitucional, e a político – ideológica (Alves, 2000).

A análise da categoria sindicato enquanto instituição social pode ser avaliada à luz da ótica marxiana. Segundo Marx os sindicatos não devem ter relação alguma com qualquer forma de associação, como aponta Rodrigues (2001, p. 91) em relação à entrevista feita a Marx por Joseph Haman sobre os sindicatos:

Se quiser que os sindicatos cumpram a sua missão, nunca se deve ligá-los a uma associação política nem submetê-los a ela; se isso acontecer, aplica-se-lhes um golpe mortal. Os sindicatos são escolas para o socialismo. Neles os operários recebem a preparação para se tornar socialistas, dado que ali observam diariamente a luta contra o capital. Todos os partidos políticos, quais quer que sejam, só passageiramente são capazes de entusiasmar, enquanto os sindicatos cativam a grande massa dos operários de forma duradoura; só eles são capazes de representar um autêntico partido operário e opor um baluarte ao poder do capital. A massa maioritária dos operários, por muito diversos que sejam os partidos em que esteja filiada, chegou à conclusão de que sua situação material deve ser melhorada. Portanto, se a situação material do operário melhorar, este poderá dedicar-se mais à educação dos filhos; a esposa e filhos já não necessitarão de ir para as fábricas, e ele mesmo poderá promover o seu espírito e cuidar melhor do seu corpo; então transformar-se-á em socialista sem que se dê conta disso.

Para Marx, a luta que o operário trava na sua vida deve ser contra os efeitos e não contra as causas da relação capital – trabalho. É por isso que conquistar maiores salários não representa uma vitória senão apenas a continuidade da exploração. Aliás, para Engels a luta sindical é puramente defensiva contra o embate do capital.

Segundo (França, 2010) as conquistas sindicais:

Não podem iludir a classe trabalhadora a ponto desta minimizar o fato de que não houve mudanças no rumo do sistema de trabalho assalariado e que em pouco tempo essas conquistas já não serão percebidas e novas lutas deverão acontecer para buscar se obter as mesmas vitórias. A importância das organizações sindicais era destacada por Marx, como já salientamos, por impedir o avanço devastador da sanha do capital, porém, enquanto continuassem a lutar somente contra os efeitos do sistema e não efetivamente contra as suas causas, estariam caminhando em círculo e se omitiriam de apresentar uma contribuição mais relevante para a superação do trabalho assalariado.

Em resumo, a luta salarial ou econômica é apenas um paliativo. Não se trata de negociar determinado nível de salário, mas se trata de acabar com o trabalho assalariado subordinado ao capital.

Vale a pena salientar que este fato vai ser fator decisivo do reformismo e da crise sindical, e segundo (França, 2010) isto acontece:

Ao separar a luta econômica, e meramente sindical, da luta política mais geral, a maioria dos sindicatos, ao longo do século XX no Brasil e no mundo, deixaram de cumprir um papel, que apesar de limitado, era e é imprescindível para a luta socialista. A partir da leitura do marxismo clássico, é tarefa dos sindicalistas revolucionários atuais fazer esse balanço e encaminhar ações que procurem pôr em xeque o sistema capitalista como um todo, sem se limitar a lutar meramente contra os seus efeitos, mesmo que estes sejam bastante nefastos.

Por sua parte, Lênin achava que o problema era que a disposição do capital em negociar estava condicionada pelos ciclos econômicos, fato que se comprovou no final da década de oitenta. Portanto, para Lênin uma das tentativas burguesas era afastar o proletariado do movimento sindical e os revolucionários deveriam ir contra esta tendência. Finalmente a consciência social-democrata tinha que vir de fora, quer dizer com a influência do partido revolucionário.

Para um dos teóricos do sindicalismo como foi Trotsky, o papel principal era do partido revolucionário e o movimento sindical cumpria uma função apenas secundária devido às limitações organizacionais, aos objetivos e a sua capacidade de abrangência.

No decorrer da história da luta de classes, as organizações sindicais atravessaram momentos críticos e decisivos. A nova crise do movimento operário²⁰ e, por consequência, a crise do sindicalismo, tem a ver principalmente com o desenvolvimento sócio- histórico do modo de produção capitalista no final do século XX.

Este desenvolvimento esteve caracterizado por uma racionalização na produção provocada pelos ajustes neoliberais, que levaram às empresas a dispensar uma grande camada de trabalhadores sindicalizados.

Outro fator determinante foi a nova divisão internacional do trabalho que fez migrar a trabalhadores de setores altamente sindicalizados para o setor de serviços, no qual a sindicalização tem sido mais difícil.

Finalmente, o crescimento da uma camada de trabalhadores por tempo parcial ou temporário, também contribuiu à diminuição das taxas de sindicalização pela baixa propensão a se associar (Alves, 2000).

Neste contexto os governos não ficaram isentos das possibilidades de intervir no mercado do trabalho. Determinações de ordem político-institucional particulares a cada país contribuem, sensivelmente, à redução das taxas de sindicalização, provocando sérias diferenças ao interior do mundo do trabalho.

A diminuição das taxas de sindicalização nos países desenvolvidos não é expressa manifestação²¹ de todos os fatores anteriores, e a carência de representatividade dos órgãos sindicais destaca sua dificuldade e ambigüidade.

²⁰ Nova não só pelo caráter temporal, senão também com objetivo de apontar as características distintas em face de outras crises já vivenciadas pelo sindicalismo.

²¹ Segundo De Oliveira (2006), estes indicadores não refletem obrigatoriamente um poder sindical mais combativo, ainda menos uma organização maior.

Diferenças que aparecem sob os seguintes aspectos principais, correspondentes a divisões objetivas de interesse significativamente diferentes, que fragmentam e causam uma divisão hierárquica do trabalho:

Dentro de um grupo particular ou de um setor do trabalho.

Entre diferentes grupos de trabalhadores pertencentes à mesma comunidade nacional.

Entre corpos de trabalho de nações diferentes, opostos um ao outro no contexto da competição capitalista internacional, desde a escala mínima até a mais abrangente, inclusive a potencial colisão de interesses sob forma de guerras.

A força de trabalho dos países capitalistas avançados – os beneficiários relativos da divisão capitalista global do trabalho- em oposição à força de trabalho relativamente bem mais explorada do “Terceiro Mundo”

O trabalho no emprego, separado e oposto aos interesses objetivamente diferentes- e em geral político-organizacionalmente não-articulados- dos “não assalariados” e dos desempregados, inclusive as vítimas sempre muito numerosas da “segunda revolução industrial” (MÉSZÁROS, 2002, P. 1058).

Em resumo, a reestruturação produtiva, a precarização do mundo do trabalho provocou mutações nos movimentos sindicais, fragmentando e complexificando a classe operária. A insegurança e a incerteza envolveram os trabalhadores, e assim os sindicatos se tornaram mais defensivos e paradoxalmente foram os trabalhadores que deveriam se considerar abençoados por estarem empregados.

A outra causa da crise, além do político institucional, tem a ver com a dimensão político - ideológica caracterizado por (ALVES, 2000, p. 88-89):

Não apenas pelo declínio da sindicalização, mas, particularmente, pela intensificação das estratégias sindicais neocorporativas, de cariz setorial, em que a dimensão classista é abandonada em prol de práticas sindicais voltadas para a mera preservação de interesses de

segmentos organizados do proletariado industrial (ou de serviços).

Trata-se de um neocorporativismo herança do Welfare-State sustentado pelo binômio Estado – capital com o objetivo de maximizar o lucro e a acumulação. Isto produziu uma elite assalariada que se burocratizou, fato inerente às formas corporativas de luta.

A mundialização do capital representou a concorrência entre trabalhadores, que no plano político se materializou no neocorporativismo setorial carregado de traços de fragmentação ideológica.

Assim, os sindicatos optam por articulações verticais, de categoria assalariadas, muito bem organizadas, fortes e ativas, mas cuja força organizacional está associada ao peso e à importância dos setores da indústria (ALVES, 2000).

Também conforme verificamos, a chamada crise do capitalismo contemporâneo provocou amplas mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais no mundo todo, com fortes impactos sobre Estados e nações. A mundialização do capital e as suas formas de expansão constituíram, segundo Netto (2007), “a terceira fase do estágio imperialista”. A transnacionalização do capital e de seu sistema produtivo provocou uma ampliação do mesmo, e uma interdependência entre os elos das cadeias produtivas, em decorrência o mundo do trabalho sofreu as consequências.

A principal razão para esta situação é a mundialização do capital, que na esfera produtiva tem causado fraturas, seja na dimensão objetiva ou subjetiva, na classe tornando-a mais alheia à ação sindical (Alves, 2000).

Para (ALVES, 2000, p. 83): “O cerne essencial e determinante da crise do sindicalismo moderno no limiar do século XXI é a instauração do complexo de reestruturação produtiva, capaz de impulsionar e desenvolver o novo (e precário) mundo do trabalho”.

Esta fase do capitalismo, com as profundas transformações no mundo do trabalho, mediante a terceirização de atividades e serviços, baixos salários, garantias reduzidas, redução dos operários industriais, trouxe consigo a crise do movimento sindical. O mundo globalizado permitiu ao capital se deslocar rapidamente a economias que representassem vantagens e maiores lucros graças às novas relações industriais estabelecidas pelos Estados, que permitem às empresas negociar diretamente com os funcionários as condições de trabalho enfraquecendo os sindicatos.

No entanto, as mudanças a também ocorreram no tipo de trabalho, que se voltou mais para o setor de serviços, produto da decadência do setor industrial, no qual, o nível de sindicalização era maior.

Segundo De la Garza (2004, p, 19) outra das razões da crise foi: “La reestructuración productiva, que combina una revolución tecnológica con otra organizacional, y que impacta las relaciones laborales en las empresas”. Assim, muda o perfil do trabalhador sendo mais especializado e técnico e menos propenso à sindicalização.

De acordo com Netto (2006, p.219) “a diminuição dos sindicalizados e a perda de força do sindicalismo [...] afetam a capacidade de resistência dos trabalhadores”. Mas mesmo neste cenário negativo “não há elementos consistentes para desenhar projeções que descartem a importância do movimento sindical no futuro próximo”.

É necessário refletir, contudo, que se os desafios do mundo do trabalho passaram a ser transnacionais devido aos padrões de produção. A internacionalização não gerou respostas transnacionais por parte da classe trabalhadora. As estruturas da classe trabalhadora, especialmente os sindicatos, se mantêm ainda no plano nacional, o que limita sua ação (ANTUNES, 1999).

O sindicalismo moderno sobrepõe a lógica do capital à subjetividade do trabalhador, evidenciando a necessidade de novas estratégias de classe. As posturas sindicais optaram por posições neo-corporativas com tendência a representar interesses setoriais e não de classe (ALVES, 2000).

A nova situação sindical não só caracteriza-se por questões econômicas de emprego e salário. Ao contrário, representa uma crise ideológica, prática, política, cultural e institucional.

SEÇÃO II

II.1 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA E A FORMAÇÃO DE BLOCOS ECONÔMICOS

A categoria comércio internacional se remete principalmente a Adam Smith e a David Ricardo. O primeiro assinalava que a riqueza de uma nação se dava no aumento das exportações e restrição às importações. Enquanto o segundo apontava mediante teoria das vantagens comparativas que o comércio internacional, sem restrições, significaria benefícios para as nações.

Embora para Marx no Manifesto Comunista - em uma perspectiva histórica²² assinala o surgimento do conceito do comércio internacional:

A descoberta da América e a circunavegação da África abriram um novo campo de ação para a burguesia nascente. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio com as colônias, o aumento dos meios de troca e do volume das mercadorias em geral trouxeram uma prosperidade até então desconhecida para o comércio (MARX, 1983, p. 19).

²² Marx vai ser o primeiro o pensador clássico em apreender a categoria: comércio internacional em uma perspectiva histórica. Portanto a importância de suas teses radica no movimento histórico da categoria mesma, e que vai nós fornecer uma visão de *totalidade* do modo de produção capitalista. Assim, a história para Marx, segundo (NETTO, 2007, p.37-38): é o processo pelo qual, sem perder sua base orgânico-natural, uma espécie da natureza constitui-se como espécie humana assim, a história aparece como a história do desenvolvimento do ser social, como processo de humanização, como processo da produção da humanidade através da sua auto-atividade; o desenvolvimento histórico é o desenvolvimento do ser social. Portanto o capitalismo é uma relação social, um sistema social histórico (WALLERSTEIN, 2001); que pode se entender pelas exigências e peculiaridades colocadas pelo trabalho tornando-las cada vez mais complexas, e que também fazem, ao mesmo tempo, mais complexas as objetivações dos sujeitos e suas interações com outros sujeitos (NETTO, 2007). O capitalismo para sua reprodução precisa de fatores como: propriedade (bem como estoque de bens, bem na forma dinheiro), trabalho (entendido como pessoas em liberdade no mercado dispostas a vender sua força em troca de bens ou dinheiro), distribuição e comercialização (a disponibilidade de meios de troca-dinheiro ou outras mercadorias-, da existência de pré-mercados, da existência do lucro ou mais valia, todos eles junto representam uma *Condicio sine qua non* teria se desenvolvido o capitalismo. Mas em todos os modos de produção anteriores, estes fatores sempre foram truncados e sua não disponibilidade de, de um ou mais fatores, impossibilitou o livre desenvolvimento do modo de produção capitalista (WALLERSTEIN, 2001).

O relevante enquanto a origem dos blocos econômicos diz respeito à disputa pela hegemonia e como, historicamente, os Estados mais avançados se impuseram em relação aos demais. A diferença da Espanha, da Inglaterra e dos países baixos, os Estados Unidos sobrepuseram-se com o uso condicionado do livre comércio e com a imposição da moeda (DUPAS, 1998).

Na segunda metade do século XX o volume do comércio internacional multiplicou-se quase que exponencialmente²³. Fenômenos como o toyotismo e a transição à acumulação flexível representaram um retrocesso das políticas protecionistas comerciais. A pressão das empresas assentadas nos EEUU quanto na Europa para a liberalização da economia explica esta tendência geral (DUPAS, 1998,).

Mas o interessante da adesão da Europa ao modelo de acumulação flexível, como resultado das mesmas pressões feitas em nível interno, permite inferir que tratava-se, na realidade, das mesmas empresas em processo de consolidação no mercado mundial, as quais estavam se tornando multinacionais.

A consolidação desse processo ficou conhecida como globalização, e se caracterizou, entre outros, pelo progresso técnico materializado nas facilidades de comunicação e da informática. Isto permitiu acesso a uma informação mais completa que, com o desenvolvimento dos meios de transporte impulsionou os processos produtivos a um patamar de extrema interdependência.

Segundo Ferreira e Zeetano (1998, p.229):

Em decorrência dessas mudanças nos processos de produção dos rápidos movimentos de capitais, inclusive especulativos, e, principalmente nos fluxos de comércio, as nações passam cada vez mais a depender de mercados externos, fazendo com que as importações e as exportações passem a representar uma fatia cada vez mais expressiva do seu Produto Interno Bruto (PIB).

Portanto, as conseqüências mais evidentes deste processo são a associação e regionalização dos diferentes países e a conformação de blocos econômicos, embora, é claro que a participação de cada um deles é muito diferente. O resultado para os países não hegemônicos foi um

²³ Segundo dados da OCDE as corporações globais controlam o comércio internacional através das transações intrafirmas em um 40% a 50%.

crescimento econômico caracterizado por direcionamento da produção para o setor exportador (DUPAS, 1998).

Os fatores que desencadearam a formação de blocos econômicos e de integração regional estão vinculados, assim, tanto a fatores socioeconômicos quanto geopolíticos. De acordo com Behring (2004), se de um lado, verifica-se uma reação dos diferentes países à política econômica norte-americana de criar, desde o pós-guerra, um megamercado único, de outro, esse processo vincula-se à reação burguesa à crise do capital e à queda das taxas de lucro, ocorrida na transição dos anos 1960 para 1970, conforme indicamos anteriormente. A resultante desse processo de reação aparece na conjugação de três grandes blocos econômicos regionais, representados pela tríade: Estados Unidos, Alemanha e Japão.

A origem na formação de blocos econômicos foi um processo que:

Respondendo às demandas geopolíticas e econômicas específicas, tem ocorrido nessas últimas décadas uma enorme proliferação e acordos regionais. É o caso da união Européia, da APEC, da ASEAN, do NAFTA e do MERCOSUL, entre muitos outros (DUPAS, 1998, p.38).

É evidente que não todos os tratados têm o mesmo peso no comércio internacional. Eles se caracterizam pela hegemonia do poder econômico de cada um dos participantes e, em consequência, se identificam numa luta pela submissão por parte daqueles com mais domínio econômico sobre aqueles em condições desvantajosas.

A rivalidade entre a Europa e os EEUU pela hegemonia na América do Sul manifesta-se no investimento feito pela Espanha em setores como o financeiro, telecomunicações e energia. Embora os benefícios para a América Latina não sejam melhores que com os EEUU, sendo que ao contrário representam duras imposições em matéria de políticas protecionistas e propriedade intelectual (KATZ, 2006).

Os processos de livre comércio incitados pelos EEUU com a América Latina, em princípio, não foram aceitos na sua forma geral para a região, mas com as negociações particulares o Peru e o Chile têm assinado tratados chamados de Tratados de Livre Comércio (TLC).

Isso ratifica a perda de poder dos EEUU na região, com a participação das lutas sociais e as crises sociais, cujo resultado é o

aumento da presença militar na área (KATZ, 2006). A diferença de outros tratados, o MERCOSUL se caracterizou por induzir simples políticas de tarifas comuns e questões mais complexas como a de integração foram deixadas de fora (DUPAS, 1999). Se caracteriza pela “prática do regionalismo” dadas as particularidades dos países membros (BEHRING, 2004; KATZ, 2006).

A quase inexistente integração, a precária solidariedade, as diferenças de produtividade no interior do MERCOSUL podem ser explicadas pelo contexto no qual foi concretizado. Este se deu em um marco de euforia neoliberal, que beneficiou principalmente às empresas transnacionais favorecidas por: diminuição dos custos laborais, de transporte e dos inputs traduzidos em ganhos reais. Enquanto os industriais da região ressarciram-se na conquista de negócios alternativos (KATZ, 2006). Assimetrias econômicas tanto em nível internacional, quanto nacional explicam os processos de desenvolvimento social diferenciados para cada um dos países pertencentes ao MERCOSUL.

A internacionalização da economia trouxe à tona o caráter também internacional dos sindicatos. Esta transnacionalização sugere a busca de respostas ao embate do capital (CÂNDIA, 1999).

Se no passado as demandas dos trabalhadores eram dirigidas aos governos nacionais e seus parlamentos, hoje as práticas sindicais estão encaminhadas também às exigências mais internacionais, condicionadas, por parte do capital, aos seus interesses.

Segundo Cândia (1999, p.174):

Dessa forma, os acordos preferenciais de comércio parecem se constituir em espaços privilegiados de atuação, dando forma e conteúdo às preocupações sociais e trabalhistas que o processo enseja. Criar mecanismos para minorar os seus efeitos negativos e reivindicar políticas de harmonização no campo social e trabalhista são as tarefas do movimento sindical.

Os processos de consolidação econômicos obedeceram aos interesses de países hegemônicos, a interesses capitalistas no qual o setor do trabalho teve que se adaptar e em decorrência também as organizações sindicais.

II.2 A CRIAÇÃO DO MERCOSUL E A PRESENÇA DOS SINDICATOS

II. 2.1 Antecedentes históricos e estatuto orgânico do MERCOSUL

A consolidação do MERCOSUL responde a diversas tentativas de processos integracionistas na América Latina. A primeira experiência (Brasil-Argentina) durante a Segunda Guerra Mundial viu-se afetada, pelas políticas contrapostas em referência ao ataque de Pearl Harbor (DE ALMEIDA E CHALOULT, 1999).

Depois em 1948 com a criação da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), criaram-se espaços para defender a ideia de uma união aduaneira para região. Mas a pouca disponibilidade de divisas estrangeiras fortes no mercado afetou o volume do comércio entre os países da região, o que impossibilitou a viabilidade da iniciativa. Porém, a assinatura do tratado de Roma e a pouca reciprocidade do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) repercutiu na América Latina acentuando a necessidade de uma zona de preferências tarifária.

O ano 1960 seria a primeira tentativa real:

“[...] a assinatura do tratado de Montevideú, criando a Associação Latino-Americana de livre comércio (ALALC), baseado fundamentalmente em projeto dos quatro países do cone sul e com o objetivo último de construir um mercado comum regional, a partir da conformação de uma Zona de Livre Comércio, num prazo de 12 anos, de conformidade com as regras do GATT (DE ALMEIDA E CHALOULT, 1999, p. 251).

Os anos seguintes foram marcados por regimes militares na América Latina, e a adoção de políticas econômicas mais conservadoras restringindo o comércio exterior, e afetando a integração econômica.

Posteriormente, as fraturas apresentadas pelo tratado de Bretton Woods em matéria de política monetária, o rompimento do padrão dólar-ouro, a crise do petróleo levariam à emergência de uma integração, materializada na assinatura do tratado de Montevideú que instituiu a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

A constituição do Mercado Comum esteve marcada por dois momentos:

[...] O primeiro se inicia com a assinatura em 1986, pelos presidentes do Brasil e da Argentina, José Sarney e Raúl Alfonsín, do programa de integração e cooperação econômica (PICE); (...) teve uma forte motivação política. Brasil e Argentina, recém democratizados, buscaram se aproximar, visando garantir uma complementação de suas economias e uma inserção competitiva no mercado internacional.

[...] O segundo momento inaugurou uma tendência de liberalização econômica que se consolidou na América Latina no final da década de oitenta, e o MERCOSUL passou a ser visto pelos novos governos como veículo privilegiado para a realização desta mesma liberalização. A integração regional foi utilizada pelos governos Menem e Collor de Melo com o objetivo de acelerar suas estratégias de liberalização econômica, de abertura comercial, de estabilização macroeconômica e de combate à inflação. É nesse sentido que se deve compreender a aceleração dos prazos para a constituição do mercado comum (VIGEVANI, 1997, p.7).

Somente no ano 1990 a integração começa se concretizar com a criação do Grupo do Mercado Comum de caráter binacional com a assinatura da Ata de Buenos Aires no mês de julho, e com a participação do Uruguai e do Paraguai como observadores (DE ALMEIDA E CHALOULT, 1999).

Com o Tratado de Assunção assinado o 26 de março de 1991, com vistas a criar o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai consolidaram o projeto de integração mais importante na região.

O Tratado diz no seu protocolo que:

Considerando que a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social.

[...]

Convencidos da necessidade de promover o desenvolvimento científico e tecnológico dos

Estados Partes e de modernizar suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens de serviço disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes; reafirmando sua vontade política de deixar estabelecidas as bases para uma união cada vez mais estreita entre seus povos, com a finalidade de alcançar os objetivos supramencionados; acordam:

Artigo 1:

Os Estados Partes decidem constituir um mercado comum, que deverá estar estabelecido o 31 de dezembro de 1994, e que se denominará “Mercado Comum do Sul”

Este mercado implica:

A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países através entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente (MERCOSUL, 1991, p. 1-2).

É assim que se começa a definir a hierarquia no interior do MERCOSUL e as respectivas tarefas:

Artigo 10: O conselho é o órgão superior do Mercado Comum, correspondendo-lhe a condução política do mesmo e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a constituição definitiva do Mercado comum.

Artigo 11: O conselho estará integrado pelos Ministros de Relações Exteriores e os Ministros de Economia dos Estados partes.

Artigo 12: O grupo Mercado Comum é o órgão executivo do mercado Comum e será coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores. (MERCOSUL, 1991, p.5-6)

Durante os três anos seguintes o MERCOSUL foi regido pelo Tratado de Assunção e seria com o Protocolo de Ouro Preto de 1994, que se efetivaria “a regulamentação jurídica de integração regional, proporcionando o avanço das políticas comerciais aduaneiras e agrícolas” (SIMIONATTO, 2007, p.1).

Mas também enfatizou os órgãos decisivos da sua estrutura:

A estrutura institucional do Mercosul contará com os seguintes órgãos:

I – O Conselho do Mercado Comum (CMC);

II – O Grupo Mercado Comum (GMC);

III – A Comissão de Comercio do Mercosul (CCM);

IV – A Comissão Parlamentar Conjunta (CPC);

V – O Foro Consultivo Econômico-Social (FCES)

VI – A secretaria administrativa do Mercosul (SAM)

O CMC o GMC e a CCM, são órgãos com capacidade decisória, de natureza intergovernamental (MERCOSUL, 1994, p.2). Em decorrência, o órgão no qual vai se discutir os direitos trabalhistas e as políticas de emprego fica submetido, no mesmo patamar do Fórum Consultivo Econômico-Social (FCES), ao grupo do mercado comum e sua função é de simples emissão de recomendações.

II.3 MERCOSUL: OS ATORES SOCIAIS

No início do processo de constituição do MERCOSUL as formas operativas foram reduzidas e funcionais, mas com o desenvolvimento do Tratado se fez necessário a criação de novos órgãos que facilitassem os vínculos político-institucionais do projeto e que permitissem o intercâmbio social e cultural das populações.

Até o ano de 2004 as instituições do MERCOSUL se distinguiam em:

[...] Duas categorias de órgãos (titulares e auxiliares), com capacidade de decisão ou não. Os órgãos titulares são: o Conselho do Mercado Comum (CMC), o Grupo Mercado Comum (GMC), a Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM) – os três de natureza intergovernamental – além da Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), o Fórum Consultivo Econômico - Social (FCES) e a Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM) (...) Os órgãos auxiliares na órbita da condução política são as reuniões de ministros e os que o Conselho Mercado Comum considerar oportuno criar. No âmbito executivo, entre outros, os órgãos auxiliares estão constituídos pelos Subgrupos de

trabalho (SGT), as reuniões especializadas, as comissões, os comitês Ad Hoc, etc. (AGERRE, BALBIS E SARACHU, 2004, p. 15).

Nesta divisão, o CMC e GMC são as instâncias que possuem voto deliberativo na tomada de decisões. Nesta estrutura destaca-se o CMC, como o órgão superior o qual abrange a parte política do processo de integração e a tomada de decisões para garantir o normal cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção e para atingir a constituição final do Mercado Comum. Em conseqüência, a questão trabalhista perde relevância nos debates das políticas econômicas. Assim, o papel dos movimentos sociais no âmbito das lutas políticas representa um grande e constante desafio.

A nova fase do capitalismo - mundialização e internacionalização- obrigou os sindicatos a percorrer novos caminhos. Como organizações da sociedade civil anterior às mudanças em favor da acumulação flexível, eram o ícone da luta de classes. Hoje, no entanto, com os desafios postos pelas transformações em curso, especialmente no mundo do trabalho e o surgimento de múltiplos movimentos sociais se discute a perda de sua centralidade nas lutas sociais.

A partir da assinatura do Tratado de Assunção e da constituição do Mercosul, muitas preocupações surgiram aos sindicatos, especialmente em matéria de emprego. Sendo o MERCOSUL uma realidade irreversível, o caminho a tomar era a procura de uma estratégia que conseguisse influenciar e modificar os lineamentos em favor dos trabalhadores (VIGEVANI, 1997). Portanto, a plataforma política das centrais sindicais integrantes da CCSCS, na última década do século passado, se constituía em resposta às preocupações para encaminhar:

-Uma carta de direitos fundamentais a ser parte do acordo. Esta é mais ampla que a cláusula social na OMC, pois também inclui demandas relativas ao meio ambiente, direitos de trabalhadores migrantes etc.;

-A criação de fundos de reconversão produtiva e formação profissional;

-Democratização do processo, visando constituir espaços de influência dos trabalhadores e da sociedade (JAKOBSEN, 1998, p.107).

Em 1990, a CCSCS aprovou como uma das suas prioridades de trabalho, a necessidade do papel que as centrais sindicais deveriam ter

na integração econômica e social do Cone Sul. Nessa data, apenas começavam a entrar em vigência os acordos bilaterais entre a Argentina, o Uruguai e o Brasil. Paralelo a assinatura do Tratado de Assunção em março de 1991, a CCSCS já tinha começado a formulação das propostas para o MERCOSUL acompanhando desde o começo o processo de integração.

Desde a sua fundação a CCSCS têm realizado algumas mudanças em relação a seus objetivos e prioridades. No ano 1990 seus objetivos se voltaram para questões de integração:

La CCSCS aprobó, como una de sus prioridades de trabajo, la necesidad del rol protagónico que las centrales sindicales debían tener en la integración económica y social del cono sur. En esa fecha, apenas comenzaban a entrar en vigencia los acuerdos bilaterales que involucraban a Argentina, Uruguay y Brasil. Cuando los gobiernos realizaron el Tratado de Asunción, en marzo de 1991, la CCSCS ya había empezado a formular propuestas para el MERCOSUR acompañando desde el inicio el proceso de integración (CCSCS, 2003, p. 1).

A partir deste momento vários encontros foram realizados, sempre com uma declaração escrita advertindo a necessidade da criação de grupos de trabalho em matéria laboral como:

Diciembre de 1991: la CCSCS realiza un encuentro en Foz de Iguazú, en donde aprueba un documento haciendo públicas sus primeras consideraciones sobre el proceso de integración y proponiendo la constitución de un Subgrupo de Empleo y Relaciones Laborales.

Diciembre de 1994: la CCSCS elabora y aprueba un nuevo documento, con una serie de propuestas sobre cuestiones laborales, sociales, económicas y productivas y también sobre la estructura Institucional del MERCOSUR. En el mismo, se defiende la creación de un foro de representación de la sociedad civil, con el objeto de reforzar la participación de la misma en el proceso de

negociación y construcción del MERCOSUR (CCSCS, 2003, p. 2).

Em 1994 com a criação do FCES é considerada pela primeira vez a possibilidade da representação sindical no GMC na mesma proporção que a representação empresarial, assinalando que a coordenadora participa na formulação de projetos e temas de discussão, embora, não tenha voto deliberativo. Em consequência, os temas colocados pela sociedade civil estão sujeitos à revisão do GMC.

O FCES fue creado oficialmente en Buenos Aires, con la activa participación de la CCSCS. Entre las muchas contribuciones de Coordinadora al régimen de funcionamiento del FCES, se destaca la inclusión al derecho de iniciativa. Es decir que el Foro puede emitir su opinión al Grupo Mercado Común, (GMC - el organismo rector del MERCOSUR) no sólo cuando es consultado sino también por propia iniciativa. También fue una propuesta sindical la igualdad de representación entre organizaciones de representación sindical y empresarial en la plenaria de los organismos de coordinación del Foro (CCSCS, 2003, p.2-3).

Neste sentido o SGT-11, criado em 1994, apresentava-se como o espaço institucional para levar a cabo as pretensões e discussões sobre o trabalho, e também para influenciar as atividades dos outros subgrupos em relação ao projeto de integração defendido pela CCSCS (VIGEVANI, 1997).

A CCSCS criticava as iniciativas de integração, na perspectiva do capital, orientadas na nivelção por baixo do custo do trabalho graças à maior mobilidade potencial de fatores da qual dispõe. Portanto, a inclusão de normas e leis que fixassem um topo mínimo de direitos trabalhistas foi a principal bandeira tomado-se como exemplo as convenções de OIT.

Ao longo do tempo a luta pelos direitos e a ideia Bolivariana de união dos povos perdeu importância e os sindicatos passaram a se preocupar mais com a defesa de interesses concretos. Para os governos isso significava o “amadurecimento dos sindicatos” (VIGEVANI, 1997).

O discurso sindical com o tempo mudou em direção a uma união empresarial mais do que dos povos (VIGEVANI, 1998). Portanto, mais

uma vez é o capital quem decide e quem domina as decisões dos atores nas negociações.

A necessidade de uma Carta Social de direitos fundamentais foi aceita pelos governos (na reunião de Las Leñas), mas isto deveria acontecer antes de 1994, prévio ao estabelecimento do Mercado Comum.

Durante o período anterior a 1994 as centrais trabalharam na formulação da Carta, mas a reunião com os governos nunca aconteceu antes da data programada. As diferenças políticas e econômicas nos quatro países, e baixa mobilização dos atores sociais impediram o consenso para aceitação da Carta Social (VIGEVANI, 1997). A mesma sorte teve a ratificação das 35 convenções da OIT (o único resultado concreto na época do SGT-11), e também o acordo multilateral de previdência social.

Em 1995 o SGT -11 é transformado no SGT-10 - Assuntos trabalhistas, Emprego e Previdência Social sendo:

O SGT 10 é de integração tripartite e debate aspectos relativos às políticas de emprego, legislações trabalhistas e aplicação das convenções da OIT no Mercosul. Faz levantamentos, através do Observatório do Mercado de Trabalho, a evolução do mercado de trabalho no Mercosul. Faz pesquisas sobre a situação dos trabalhadores migrantes e fronteiriços no Mercosul. Promove ações sobre qualificação e formação profissional, bem como sobre saúde, segurança no trabalho, inspeção do trabalho e seguridade social (CCSCS, 2003, p.3).

Assim com a criação do SGT-10 a CCSCS viu a possibilidade de participar diretamente na discussão e na tomada de decisões:

En 1996, cuando fueron retomadas las discusiones del Subgrupo 10 la CCSCS presentó el proyecto de un instrumento de protección a los derechos laborales, el cual fue discutido en forma tripartita y aprobada en 1998, con la denominación de Declaración Socio laboral del Mercosur.

En 1997, la CCSCS propone la creación de un Observatorio sobre el Mercado de Trabajo, organismo técnico de gestión tripartita el cual fue aprobado en ese mismo año y tiene como

principal objetivo el acompañamiento de los indicadores macroeconómicos y sectoriales, constituyéndose en un espacio de negociación de soluciones y medidas para problemas emergentes de desempleo y/o bregando por la generación de empleos (CCSCS, 2003, p.3).

Embora, outros temas eram também motivo de debate, como por exemplo, a necessidade de ter normas gerais em matéria de seguridade social para a região. Assim no ano 1997, os países membros vão assinar o ACORDO MULTILATERAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO MERCADO COMUM DO SUL (1997) tendo como eixos centrais:

Âmbito de aplicação pessoal

1. Os direitos à Seguridade Social serão reconhecidos aos trabalhadores que prestem ou tenham prestado serviços em quaisquer dos Estados Partes, sendo-lhes reconhecidos, assim como a seus familiares e assemelhados, os mesmos direitos e estando sujeitos às mesmas obrigações que os nacionais de tais Estados Partes com respeito aos especificamente mencionados no presente Acordo.
2. O presente Acordo também será aplicado aos trabalhadores de qualquer outra nacionalidade residentes no território de um dos Estados Partes, desde que prestem ou tenham prestado serviços em tais Estados Partes.

Âmbito de aplicação material

1. O presente Acordo será aplicado em conformidade com a legislação de seguridade social referente às prestações contributivas pecuniárias e de saúde existentes nos Estados Partes, na forma, condições e extensão aqui estabelecidas.
2. Cada Estado Parte concederá as prestações pecuniárias e de saúde de acordo com sua própria legislação.

Determinação da legislação aplicável

O trabalhador estará submetido à legislação do Estado Parte em cujo território exerça a atividade laboral.

E em matéria de aposentadoria e saúde o acordo inclui:

Disposições sobre prestações de saúde

1. As prestações de saúde serão outorgadas ao trabalhador deslocado temporariamente para o território de outro Estado, assim como para seus familiares e assemelhados, desde que a Entidade Gestora do Estado de origem autorize a sua outorga.

2. Os custos que se originem de acordo com o previsto no parágrafo anterior correrão a cargo da Entidade Gestora que tenha autorizado a prestação.

Disposições aplicáveis a regimes de aposentadoria e pensões de capitalização individual

1. O presente Acordo será aplicável também aos trabalhadores filiados a um regime de aposentadoria e pensões de capitalização individual estabelecido por algum dos Estados Partes para a obtenção das prestações por velhice, idade avançada, invalidez ou morte.

2. Os Estados Partes e os que venham a aderir, no futuro, ao presente Acordo que possuírem regimes de aposentadoria e pensões de capitalização individual poderão estabelecer mecanismos de transferências de fundos para os fins de obtenção das prestações por velhice, idade avançada, invalidez ou morte. Tais transferências efetuar-se-ão na oportunidade em que o interessado comprovar direito à obtenção das respectivas prestações. A informação aos afiliados deverá ser proporcionada de acordo com a legislação de cada um dos Estados Partes.

A inclusão de várias convenções da OIT em um pacote de exigências estipuladas na Carta Social dos Direitos Fundamentais, se tornaria o principal tema de discussão nos debates até 2001, porém, com o tempo estes aspectos foram perdendo espaço devido a interesses mais imediatistas.

As próprias políticas recorrentes do CMC se encaminhavam para o estabelecimento de uma zona alfandegária e na consolidação de uma zona de livre comércio, relegando a um segundo plano a implantação da livre mobilidade de pessoas. Portanto, a discussão da unificação de direitos trabalhistas para a região inteira perdeu relevância no debate.

A estratégia da CCSCS se baseou em dois eixos importantes: a questão trabalhista, e um mais geral e macro que discutia políticas sociais nos rumos do MERCOSUL. Este seria um programa mais estrutural de discussão que Portela (2007, p.69-70) define:

La CCSCS pasó a discutir propuestas para la implementación de una política productiva regional (industrial y agrícola) y respecto de las relaciones externas del Mercosur, principalmente con los países desarrollados. En ese sentido, sostuvo que las negociaciones por el ALCA y la posibilidad de asociación con la UE seguramente impedirán que el Mercosur pudiera construir una economía regional complementaria.

A partir de 2003 com as mudanças políticas no Brasil, Argentina e Paraguai, a CCSCS assumiu uma maior relevância em âmbito local. Aliás, a carta entregue aos presidentes salientava o otimismo pelas novas perspectivas abertas na Cúpula realizada neste ano.

Porém, nos anos seguintes os avanços sociais foram poucos e não houve reformas institucionais de fundo. No período 2005-2006 a CCSCS participou em alguns encontros destinados a aumentar a participação dos movimentos sociais juntamente com outras organizações da sociedade civil como o Somos Mercosur²⁴ e alguns setores dos governos.

Na atual de conjuntura econômica mundial em que a estabilidade macroeconômica vê-se ameaçada em nível global a causa da especulação financeira no setor hipotecário dos EEUU, que também afetou grande parte dos mercados no mundo inteiro, torna-se importante chamar a atenção da importância dos sindicatos e dos movimentos

²⁴ ONG creada por a organizaciones sociales do Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai e Chile en respuesta a la nueva dinámica regional, en junio de 2006, el gobierno de Uruguay, a través del Ministerio de Relaciones Exteriores y de la Presidencia de la República Oriental del Uruguay tomó la iniciativa de fortalecer y repositionar el Centro de Formación para la Integración Regional (CEFIR) como instrumento para una política activa de integración, a disposición de los gobiernos del Mercosur y de la sociedad civil.

En el CEFIR se encuentra instalada la Secretaria Técnica de Somos Mercosur, que respalda a las presidencias pro t mpore del bloque, para fortalecer el Mercosur ciudadano en todas sus dimensiones, avanzar en la agenda participativa y responder a las demandas de los actores sociales del bloque por una nueva cultura de la integración. La coordinación está compuesta por cinco Puntos Focales en cada gobierno que delinear conjuntamente la agenda de acción y d logo para cada semestre.

sociais em geral em face às novas reformas e ajustes econômicos no curto e no longo prazo.

As organizações sindicais e suas atividades, historicamente, têm se constituído como veículos transformadores na transição em direção a uma sociedade mais igualitária, mesmo em períodos de dissenso. Seu principal campo de luta ainda se radica originaria e historicamente na forma de produção capitalista. Assim, a apropriação dos meios de produção e a distribuição da riqueza socialmente produzida, continuam sendo o principal objeto da disputa.

Em consequência, conhecer de que forma os sindicatos tem apresentado propostas para enfrentar a relação capital-trabalho na atual conjuntura econômica, em especial no MERCOSUL, pode trazer contribuições significativas, para o aprofundando do debate e os desafios do sindicalismo na contemporaneidade. À diferença de outros tratados comerciais o MERCOSUL se mantém em construção o qual representa uma oportunidade importante para os sindicatos. A dimensão da participação social será o resultado da intervenção e o espaço atingido no debate (CÂNDIA, 1999).

SEÇÃO III

III.1 A ATUAÇÃO SINDICAL NO MERCOSUL: As Propostas da CCSC

Esta seção tem por objetivo identificar as principais propostas da CCSCS a partir da análise documental abrangendo a Declaração Sócio-Laboral e as seguintes cúpulas sindicais: Declaración Cumbre do Rio de Janeiro, 1998; Declaração Cúpula de Florianópolis, 2000; Declaração Cúpula de Brasília, 2002; Declaração Cúpula de Montevideú, 2003; Declaração Cúpula de Córdoba, 2006; Declaração Cúpula de Salvador, 2008.

Os eixos analisados a partir desses documentos englobam: as Políticas econômicas; os direitos sociais e trabalhistas e as propostas de ação política e ampliação da participação. Vale a pena salientar que alguns documentos não foram encontrados tornando difícil a análise pretendida na pesquisa. Mesmo assim, foi possível, através de artigos publicados em relação às posições da CCSCS, trazer em cena dados relativos aos anos faltantes.

As primeiras ações da CCSCS no MERCOSUL tinham a ver com temas trabalhistas, emprego e seguridade social, mas entendendo que deveriam ter uma posição menos defensiva passaram a discutir questões mais estruturais, como as de implementação de políticas produtivas inter-setoriais, e também as de relações exteriores.

Segundo Portela (2005, p. 44):

La estrategia de acción de la CCSCS fue respaldar la participación en algunos de los espacios de negociación institucional con su organización y movilización autónoma e independiente. En casi 20 años de historia la CCSCS realizó muchas movilizaciones importantes y constantemente ha avanzado en su organización (además de la coordinación entre las centrales sindicales, la CCSCS creó comisiones sindicales por rama, la comisión de mujeres y de jóvenes y las comisiones de erradicación del trabajo infantil y de desarrollo productivo.

Em 2003 com as mudanças políticas na região e em meio ao otimismo, a CCSCS aprovou as negociações com outros blocos econômicos. Também sugeriu:

Medidas de corrección. “creemos que el Mercosur es un proyecto viable y necesario y que puede ayudar a invertir la pesada herencia de años de neoliberalismo, que generó la desarticulación de los aparatos productivos, el incremento del desempleo y el aumento de la miseria y exclusión social (PORTELA DE CASTRO, 2005, p. 44).

Outras ações de relevância na atuação da CCSCS podem ser identificadas:

- Outubro de 1998: Junto com a Organização Regional Interamericana de trabalhadores (ORIT) e redes sociais antiglobalização se realiza a Cúpula dos Povos no Chile;
- Dezembro de 1998: a aprovação da Declaração Sócio-Laboral;
- Dezembro de 1999: realiza-se a primeira Cúpula Sindical em Montevidéu;
- Dezembro de 2001: a Cúpula realizada em Buenos Aires conta com mais de 500 sindicalistas;
- Maio de 2004: realiza um ato do primeiro de Maio na região de Santa do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai) com a presença de mais de 7 mil trabalhadores;
- Julho de 2005: primeiro encontro com a Aliança Social Continental para discutir o MERCOSUL.

Passaremos a seguir a análise das propostas e discussões da CCSCS no que se refere às políticas econômicas.

III.2 AS POLÍTICAS ECONÔMICAS

A partir do ano 2000 as denúncias da CCSCS contra as políticas econômicas adotadas em alguns dos países do MERCOSUL e da Comunidade Andina de nações (CAN) são o tema central. Mesmo que o sentido do MERCOSUL seja principalmente de caráter econômico, outros eixos cobram certa importância como o social e o político.

Na declaração do ano 2000 em Florianópolis, a CCSCS centrou sua discussão no campo econômico e enfatizou as conseqüências do novo modelo para a integração:

O MERCOSUL atravessa um dos seus momentos mais críticos. Este é conseqüência das políticas econômicas implementadas pelos governos de nossos países que deixam expostas nossas economias aos ataques do capital financeiro e condicionam as políticas internas e sociais às imposições das grandes multinacionais e as condições impostas pelas instituições financeiras multilaterais (como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial). Esse receituário tem não só aumentado nossa dependência comercial e financeira externa, como também ampliado a dependência de nossos países em relação ao dólar norte-americano (Declaração Cúpula 2000 Florianópolis,p.1).

A consolidação do MERCOSUL coincide com a crise do Welfare State nos países europeus e a transição do novo padrão de acumulação (flexível) ou neoliberalismo, o qual representou um obstáculo significativo a um processo mais democrático. Portela de Castro (2007, p.68) diz:

La hegemonía liberal conservadora de los 90 promovió la estabilización monetaria sobre la base del ajuste fiscal y la sobrevaloración cambiaria, lo que debilitó las economías de los países del Mercosur y aumentó su vulnerabilidad externa y el desequilibrio de sus balanzas comerciales. Como resultado de las opciones políticas adoptadas por los cuatro socios, no hubo, hasta fines de los 90, condiciones para que el proceso de integración alcanzara la meta de completar una unión aduanera, además de generar otros avances para la construcción de un verdadero mercado común. Un proceso apoyado en políticas conservadoras de estabilización monetaria solo logró restringir los flujos comerciales intrazona, lo que ha generado dificultades para la integración.

A CCSCS apontou as contradições nos discursos dos governos, em relação às iniciativas para fortalecer as relações intra-bloco:

A posição dos governos do MERCOSUL vai se tornando cada vez mais retórica e contraditória. Os fatos falam por si. Em agosto passado os Presidentes da América do Sul reafirmaram em Brasília que não cederiam em prazos e condições de negociação dentro da ALCA e, para reforçar o regionalismo decidiram avançar num acordo entre MERCOSUL e Comunidade Andina de Nações envolvendo depois toda a América do Sul. No entanto neste ano o Equador mantém a dolarização (somando-se aos que já tinham a paridade cambial), o Plano Colômbia vai avançando, o Chile voltou a negociar um acordo com o Nafta e retornou ao cenário a de antecipação dos prazos para a liberalização comercial, só que desta vez apoiada pelo governo chileno e por altos funcionários da Argentina, Brasil e Uruguai (Declaração cúpula 2000 Florianópolis,p.1).

Mas esta tendência ambígua no MERCOSUL não foi uma particularidade só dos governos, mas também da própria CCSCS, em relação às medidas macroeconômicas aplicadas pelo Brasil à crise de 1999:

[...] Cuando Brasil anunció abruptamente la devaluación del real en 1999, con serias consecuencias para los demás integrantes del Mercosur, la CCSCS no condenó el hecho en sí, sino la ausencia de mecanismos institucionales que propició la adopción de decisiones unilaterales (PORTELA DE CASTRO, 2007, p. 67).

Uma medida unilateral como a desvalorização, afeta diretamente a competitividade das exportações dos países membros e, em decorrência, diminui o emprego nos setores mais dinâmicos e produtivos da economia. Portanto, se a CCSCS é um órgão que defende os interesses dos trabalhadores deveria opor-se radicalmente a qualquer tipo de medidas contrárias aos interesses de seus membros.

Em decorrência, na declaração do ano 2000 a CCSCS salienta como orientações programáticas:

[...] A alteração das políticas econômicas dos países, rejeitando o receituário e as pressões do FMI e do Tesouro Norte-americano, reduzindo a dependência de nossos países em relação ao capital especulativo internacional e recriando as condições para uma política econômica soberana orientada ao desenvolvimento nacional e regional.
[...] Priorizar na agenda do MERCOSUL de médio e curto prazo a adoção de políticas de desenvolvimento integradas nos campos produtivo, fiscal e social.
[...] Realização de plebiscitos nos nossos países para que seja a própria população decida se aceita ou não a decisão governamental de aderir à ALCA (Declaração cúpula 2000 Florianópolis, p.2).

Neste sentido as propostas, ao menos teoricamente, estão encaminhadas para deter os avanços da liberalização financeira, com uma forte ênfase na autodeterminação dos países em temas referentes às suas economias e às relações com seus vizinhos.

Paradoxalmente, estes tipos de demandas estão presentes em quase a totalidade das declarações da CCSCS, evidenciando-se assim: - a incapacidade e a falta de instrumentos políticos organizacionais realmente eficientes contrários às determinações do MERCOSUL; - o desconhecimento do movimento sindical por parte do CMC; - o controle das decisões por parte dos grupos econômicos locais e estrangeiros em temas de comércio.

É difícil estabelecer que as ações posteriores no MERCOSUL, no que se refere a política econômica, têm uma relação direta com as novas diretrizes do sindicalismo, mas a realidade mostra que os posicionamentos e lutas sindicais em nada têm conseguido impedir o avanço globalizador da economia e a precarização do emprego na região.

Assim, no ano 2002 na cúpula de Brasília, as demandas e requerimentos em matéria econômica continuavam a ser as mesmas, se destacando as referentes ao financiamento, ao investimento estrangeiro e às políticas de crescimento:

[...] O Mercosul continuará dependente do financiamento externo, dos investimentos estrangeiros e sem autonomia para definir em que bases quer estabelecer suas relações econômicas e comerciais com o mercado internacional.

[...] Medidas tomadas para atração de investimentos externos - vendas de estatais, ganhos especulativos, etc. Entre 1993 e 1998 houve uma entrada maciça de investimentos, mas apenas 15% desses dirigiu-se a novos empreendimentos, a maior parte foi atraída pela compra de estatais e ou empresas locais.

[...] Entre 1998 e 2001 os investimentos externos do Mercosul caíram mais de 64% (Declaração Cúpula 2002 Brasília, p.1).

A CCSCS, nestes documentos identifica como as premissas da nova forma de acumulação flexível, as quais, na época de estabilidade econômica e política acrescentam seus investimentos em setores como o de serviços (setores que representam uma quantidade de valor acrescentado mínimo, ou quase inexistente, para as economias locais).

No gráfico7, a variabilidade do Investimento Estrangeiro Direto (IED) (stock) no MERCOSUL não tem sido muito significativa, apenas 50.000 milhões de dólares (25%) no período 1998-2002, porém em termos IED (fluxo) tem sofrido uma diminuição de mais 20.000 milhões de dólares (50%) no mesmo período.

É evidente que nestas circunstâncias o setor mais afetado é o dos serviços que, cada vez mais, é quem acolhe a grande oferta da força de trabalho. Portanto, estes tipos de demandas aparecem com frequência nas declarações da CCSCS, sendo evidente a incapacidade do MERCOSUL na adoção de políticas de controle de investimento de longo prazo que estabilize as condições do trabalho.

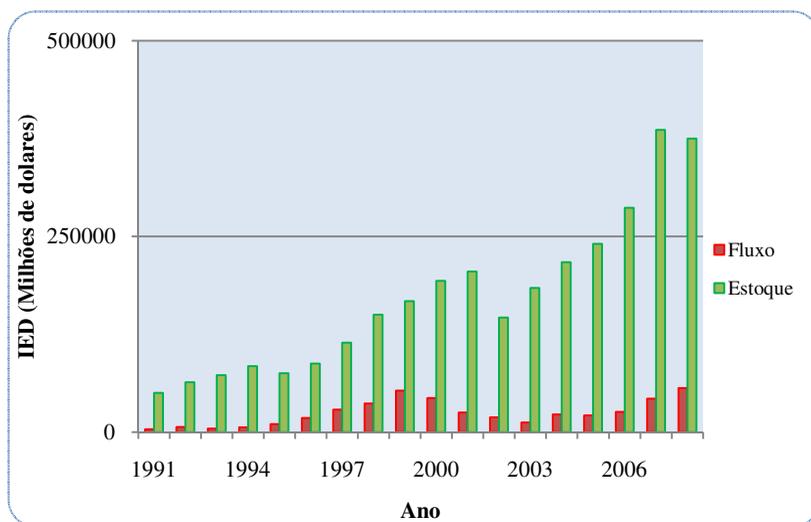


Gráfico 7 - Investimento Estrangeiro Direto (IED) (stock) no MERCOSUL.

Fonte: OCDE, construção do autor.

Serie: Investissement direct dans l'économie déclarante (IDE entrant)

Mesure: Dollars des États-Unis aux prix courants et taux de change courants en millions.

A IED no interior do MERCOSUL apresenta números muito diferentes para cada um dos países membros, em razão do seu poder econômico e ao tamanho da economia. Assim, no gráfico 8, a economia brasileira no período assinalado representa mais de 60% do total da IED, e a economia Argentina representa, com exceção de 2001, quase 30% da IED. Mesmo assim, os dois países recebem quase 90% da IED fator que facilita a adoção de políticas mais lucrativas para as empresas mais poderosas dos dois países.

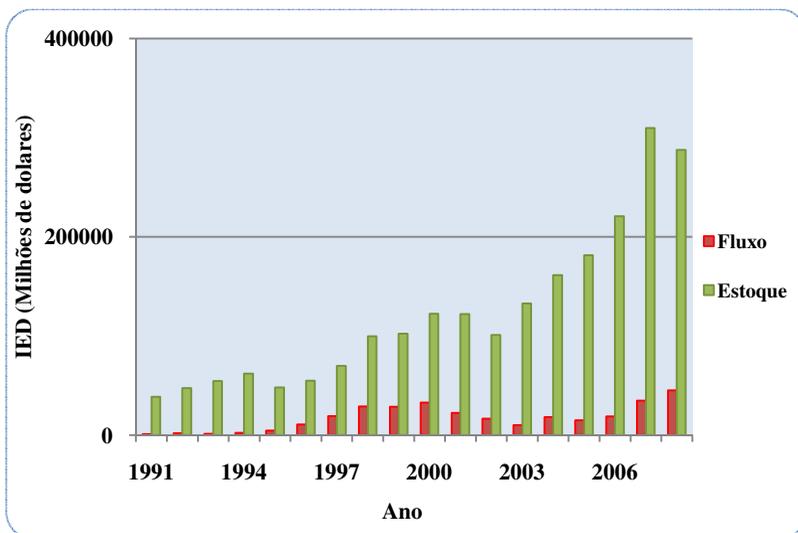


Gráfico 8 - IED- Brasil.

Fonte: OCDE, construção do autor.

Serie: Investissement direct dans l'économie déclarante (IDE entrant)

Mesure: Dollars des États-Unis aux prix courants et taux de change courants en millions.

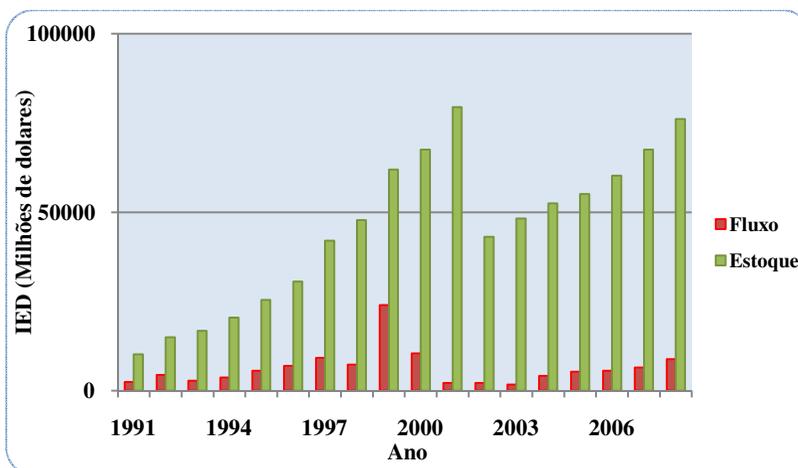


Gráfico 9 - IED- Argentina.

Fonte: OCDE, construção do autor.

Serie: Investissement direct dans l'économie déclarante (IDE entrant)

Mesure: Dollars des États-Unis aux prix courants et taux de change courants en millions.

Em 2008 a CCSCS resume estas condições não como um problema local da região, mas sim como uma situação que atinge as tendências globais assinalando:

[...] La crisis del capitalismo es el resultado de las políticas de liberalización financiera y comercial impuestas a todos los gobiernos en las últimas décadas del siglo XX. (Declaração cúpula 2008, Salvador, p.2)

Reivindica-se desta forma as críticas ao modo de produção capitalista, e como as políticas econômicas de tipo neoliberal²⁵ levam a crises sucessivas, afetando diretamente o emprego e o investimento. Assim, novas categorias aparecem na retórica política, como a financiarização que tem como característica importante o mercado controle da esfera financeira sobre a esfera produtiva:

El proceso de financierización desmedido ya causó una pérdida de miles de millones de dólares y viene provocando millones de despidos en varias regiones del planeta (Declaração cúpula 2008, Salvador, p.2).

Embora a magnitude do IED seja de grande importância para a criação de emprego, também são relevantes em matéria de trabalho, as políticas de comércio exterior que foram assinaladas pela CCSCS:

[...] A internacionalização da economia - impulsionada pela abertura financeira, comercial e principalmente com a política de valorização cambial, produziu-se a quebra das cadeias produtivas da estrutura industrial e nossos países se tornaram mais dependentes de importações e menos possibilidades de geração de tecnologia; [...] Uma onda recessiva e com ela a queda do volume de comércio - o principal êxito que apresentava o Mercosul - e em 2000 as trocas

²⁵ Faz referência aos mecanismos de ajuda dos órgãos financeiros multilaterais com os governos.

comerciais intra-zona caíram em mais de 30% em relação a 1998;

[...] 60% do comércio intra-zona é intra-empresas, o que vale dizer que a maior parte das médias empresas e a quase totalidade das pequenas empresas tem uma posição marginal nesse movimento comercial (Declaração Cúpula 2002, Brasília, pag.2).

Temas de abertura econômica, comércio e indústria etc. ainda continuam aparecendo nas declarações da CCSCS desde o ano de 1998. Portanto, parece obedecer a políticas programáticas dos governos que representam interesses de alguns setores de sociedade ou, que respondem aos mandatos de organismos multilaterais.

Anteriormente foi assinalado que em uma das maiores economias da região a concentração do IED esta acima de 65%, tornando-se necessário a adoção de políticas diferenciadas e encaminhadas à proteção da indústria e, sobretudo das exportações de países como Uruguai e Paraguai. Na mesma cúpula de 2003 é salientada a necessidade de:

Reconocimiento de asimetrías y combate a la guerra fiscal

Es necesario promover una reglamentación coordinada para el manejo de las inversiones externas directas, de defensa comercial, con vistas a combatir la guerra fiscal y promover una distribución equilibrada de los logros económicos y beneficios sociales. Para esto es fundamental que se reconozcan las asimetrías de regiones y países de menor desarrollo económico relativo a través de medidas de tratamiento diferenciado como la extensión de plazos en el cobro de aranceles intra-zona para algunos productos, así como la apertura de líneas de financiamiento para la inversión en Uruguay y Paraguay.

Fondo de Financiamiento de la Producción

Creación de instrumentos financieros para promover inversiones productivas, La creación del Fondo de Financiamiento para el apoyo a la producción es una antigua reivindicación de la CCSCS (presentada por primera vez en 1994), que defiende que ese Fondo tenga como prioridad el apoyo a la pequeña y mediana empresa, desarrollo de programas y proyectos de reconversión

productiva, programas de recalificación profesional y otros (Cumbre de Montevideo, 2003, p.3).

As propostas sobre a criação de um banco paralelo ao BM e aos outros organismos financeiros internacionais tem sido, uma e outra vez colocadas, por vários governos nacionalistas da região como da Republica Bolivariana da Venezuela. Sugere-se como condição necessária para um crescimento mais equitativo das exportações da região, a criação de um órgão que financie e apóie as pequenas e médias empresas.

Em um panorama mundial, no qual, o motor de desenvolvimento econômico recai no ingresso de capital estrangeiro, se faz necessária a existência de uma entidade bancária que controle e proveja as condições necessárias para a consolidação de um aparelho exportador forte, e além de tudo forneça as verbas suficientes para a materialização de tais tentativas.

Apesar das tentativas da CCSCS, o MERCOSUL parece não ter reconhecido a necessidade e a prioridade destas políticas. Assim, na cúpula de Córdoba em 2006, se faz um novo chamado ao MERCOSUL para sua revisão, acrescentando a necessidade de identificação de políticas em uma perspectiva mais abrangente entre setores da economia:

Políticas de Complementação Produtiva

Implementar uma política de complementação das cadeias produtivas que tenha mecanismos e fundos de financiamento, que promova políticas de exportação comum e que facilite a incorporação das pequenas e médias empresas nos fluxos de comércio.

Devem ser objetivos prioritários as ações destinadas à competitividade sistêmica dos setores, tanto em escala nacional, como do bloco regional, a elaboração de planos intersetoriais de indústria, comércio, infraestrutura e finanças e regimes especiais para o fortalecimento de micro-empresas, pequenas e médias empresas (Cúpula de Córdoba, 2006, p.2).

Em 2003 em Montevideu, várias denúncias aparecem novamente:

A partir del Protocolo de Ouro Preto teóricamente el bloque avanza en sus objetivos iniciales, pero

sin embargo, no se avanzó en los temas macroeconómicos, políticos y sociales, porque la lógica de conducción del Mercosur quedó subordinada a las medidas nacionales de estabilización financiera y de ajuste fiscal. En función de esto no fueron adoptadas políticas integradas de financiamiento, tributación, de relación con los organismos financieros internacionales. Además de esto, el cuadro arancelario externo pasó a ser descaracterizado por medidas nacionales unilaterales y exigencias de las negociaciones comerciales externas.

[...] En este marco, el fuerte crecimiento del comercio intra-Mercosur entre 1994/1997, no produjo un esperado desarrollo económico y social, porque en la forma como se desarrolló - baja regulación y inexistencia de medidas intergubernamentales para la complementación y reconversión - privilegió una situación en que el mercado fue el señor de la vida y muerte de empresas y sectores productivos, aumentó la concentración de los intercambios comerciales entre las economías más grandes y de las transacciones intra-empresas.

[...] La conjunción de estos factores, mas la profundización de una apertura comercial multilateral incondicional, llevaron al desmantelamiento productivo de nuestras economías, a la acumulación de un déficit comercial extra-bloque y a una creciente dependencia de capitales externos. Consecuentemente, pero al contrario de lo pregonado, el Mercosur se tornó mas vulnerable a las presiones de los organismos financieros multilaterales, y terminó por llevarlo a una fuerte crisis económica y política, que estalló con la devaluación cambiaria brasilera, en 1999, y se agudizó con la crisis económica y social argentina a fines del 2001.

[...] No se avanzó en la construcción de mecanismos de solución de controversias y se mantuvo una estructura institucional de bajo perfil que pasó a tratar una agenda de poco peso político, por estar limitada en su capacidad de decisión (Cumbre Montevideo, 2003, p.1).

Embora a ideia da construção de novos espaços de debate apareça como uma novidade, orientado no projeto de ganhar espaços e poder político, infelizmente a participação sindical na agenda é irrelevante e os processos econômicos continuam a ser utilizados.

A CCSCS na Declaração da Cúpula de 2006 salienta:

[...] Deve-se avançar para uma integração plena, senão seguirá prevalecendo a lógica do “livre comércio” que favorece o intercâmbio comercial entre as grandes empresas, mas não se traduz em mais empregos e maior inclusão social;

[...] O Mercosul avançou na agenda da integração de cadeias produtivas ou cadeias de valor de grandes empresas que operam na região, em especial transnacionais, mas relegou aquelas cadeias produtivas compostas pelas pequenas e médias empresas, que são as maiores geradoras de emprego;

[...] Os governos do Mercosul têm que colocar em marcha as metas e objetivos políticos que vêm afirmando nas suas recentes declarações e documentos firmados por seus Presidentes;

[...] Defendemos que o Mercosul mantenha o condicionamento de somente negociar se houver a eliminação dos subsídios agrícolas, se houver garantias de tratamento e prazos diferenciados e não aceite as pressões dos países centrais por uma maior abertura de serviços e bens industriais em troca de alguma melhora no tema agrícola.

Na Cúpula de 2008 em Salvador, aparecem de novo todas as demandas nos temas econômicos que, ratificam desconhecimento por parte do CMC dos postulados sindicais, assinalando que:

[...] Los gobiernos de los países desarrollados y en desarrollo han adoptado un conjunto de acciones, como la aplicación de mecanismos de socorro a las instituciones afectadas, el aumento de liquidez de la economía y las alteraciones en la tasa básica de interés y las tasas de cambio, etc. Pero estas medidas son simplemente transferencia de dinero público para la especulación;

[...] En nuestro continente los efectos ya son visibles, Defendemos que los estados nacionales

de los países de AL y organismos como – MERCOSUR, UNASUR - intervengan activamente en este proceso y hagan valer el papel del Estado en el gerenciamiento del mercado y la promoción de la producción;

[...] Los gobiernos deben adoptar medidas urgentes que garanticen la normalización de la producción, del comercio y de los niveles de inversión. Pero la intervención de los Estados no puede significar la “socialización de las pérdidas” del sector financiero;

[...] La garantía del Trabajo decente debe ser un referente obligatorio para los gobiernos de la región al momento de adoptar salidas a la crisis;

[...] Después de lograr mejorar los niveles salariales, los beneficios sociales y lentamente reducir la precarización de los empleos, no podemos aceptar que esos derechos sean desconocidos en nombre del aumento de la competitividad para que las empresas recuperen sus niveles de exportación. (Declaração cúpula 2008, Salvador)

Embora, novos elementos em matéria de emprego e direitos laborais fazem parte das preocupações da Coordenadora em face às novas dinâmicas produtivas, elementos tais como: trabalho descente, melhores salários, políticas sociais menos excludentes tornaram-se necessárias em relação à nova realidade e aos novos padrões de competitividade empresarial.

No período 1998-2008, o contexto econômico esteve marcado por políticas com tendências claramente encaminhadas a favorecer o capital, com centralidade no capital financeiro. Para além da esfera puramente econômica, a CCSCS fez ênfase no vínculo real entre o econômico e o social, portanto suas propostas estão ligadas à “questão social”, mesmo que ainda no campo dos direitos.

III.3 DIREITOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Desde os primórdios do MERCOSUL em 1991, os sindicatos dos países membros do bloco reclamaram da necessidade de estabelecer uma Carta Social ou um Protocolo Social, como regra geral que garantisse os direitos dos trabalhadores

A CCSCS apresentou um rascunho desta Carta Social, que depois do debate com governos, sindicatos e o setor privado, terminou como uma declaração presidencial sobre o nome de Declaração Sócio – laboral, que significou um grande avanço na luta política sindical.

É na Cúpula de Florianópolis onde a CCSCS (2000) reconhece e:

[...] Aprovação da Declaração Sóciolaboral em 1998 e a instalação da Comissão Sócio Laboral tripartite para que os princípios e direitos que aí estão inscritos sejam respeitados e aplicados.

A aprovação da declaração significou um grande avanço no reconhecimento dos direitos trabalhistas, mas também significou um conquista política da coordenadora. Mesmo assim este fato não repercutiu na prática, e muitas ações aconteceram por abusos cometidos pelos empresários.

Daí que uma subcomissão da CCSCS para os anos 2003 estabeleceu como prioridade a criação da comissão de seguridade social:

Para 2004 se presenta como acción prioritaria la coordinación de acciones concretas con el objetivo de que los gobiernos ratifiquen y/o apliquen los convenios sobre seguridad social (CCSCS, 2003).

Prova-se que, uma grande parte das demandas feitas geralmente não é aplicada por parte dos empresários e se faz necessária a criação de órgãos de controle nos quatro países, por exemplo, as questões de previdência social que se tornaram pontos de discussão.

As propostas da CCSCS não se restringem a discussões de políticas econômicas adotadas pelos países do MERCOSUL, senão também houve ênfase na discussão da esfera social principalmente no que se refere aos direitos sociais e trabalhistas bem como de políticas públicas como destaque para saúde e para previdência social.

A participação de organizações da sociedade civil nas reuniões dos diferentes órgãos do MERCOSUL tem sido reduzida, embora tenham sido criados vários espaços complementares ao CMC. Como produto desta luta tem se reconhecido por parte dos presidentes os direitos laborais, mas com algumas restrições importantes como assinala a CCSCS na Declaração de 1998:

[...] Después de seis años de constante presión, finalmente los Presidentes firmarán el primer instrumento de regulación, aunque mínima, de los derechos laborales en el Mercosur: la Declaración Socio Laboral del Mercosur. Es un documento sin efecto jurídico vinculante, donde los Estados parte se comprometen a garantizar la igualdad de oportunidad y la no discriminación de ningún trabajador y trabajadora en razón de sexo, raza o religión; a eliminar el trabajo infantil y esclavo; a proteger los derechos de los migrantes fronterizos; a respetar y garantizar la libertad de organización sindical y la libre negociación colectiva; a promover el empleo y la protección de los desempleados; a garantizar salud y condiciones de trabajo y a mantener una inspección de trabajo activa.

Nesse contexto a declaração sócio-laboral de 1998 contempla um leque de temas fundamentais como são:

DIREITOS INDIVIDUAIS

-Não discriminação

Os Estados Partes comprometem-se a garantir a vigência deste princípio de não discriminação. Em particular, comprometem-se a realizar ações destinadas a eliminar a discriminação no que tange aos grupos em situação desvantajosa no mercado de trabalho.

-Promoção da igualdade

Art. 2º As pessoas portadoras de necessidades especiais serão tratadas de forma digna e não discriminatória, favorecendo-se sua inserção social e no mercado de trabalho.

-Trabalhadores migrantes e fronteiriços

Art. 4º Todos os trabalhadores migrantes, independentemente de sua nacionalidade, têm direito à ajuda, informação, proteção e igualdade de direitos e condições de trabalho reconhecidos aos nacionais do país em que estiverem exercendo suas atividades.

-Trabalho infantil e de menores

Os Estados Partes comprometem-se a adotar políticas e ações que conduzam à abolição do

trabalho infantil e à elevação progressiva da idade mínima para ingressar no mercado de trabalho.

DIREITOS COLETIVOS

-Liberdade de associação

Art. 8º Todos os empregadores e trabalhadores têm o direito de constituir as organizações que considerem convenientes, assim como de afiliar-se a essas organizações, em conformidade com as legislações nacionais vigentes.

-Liberdade sindical

Art. 9º Os trabalhadores deverão gozar de adequada proteção contra todo ato de discriminação tendente a menoscabar a liberdade sindical com relação a seu emprego.

-Negociação coletiva

Art.10 Os empregadores ou suas organizações e as organizações ou representações de trabalhadores têm direito de negociar e celebrar convenções e acordos coletivos para regular as condições de trabalho, em conformidade com as legislações e práticas nacionais.

-Greve

Art. 11 Todos os trabalhadores e as organizações sindicais têm garantido o exercício do direito de greve, conforme as disposições nacionais vigentes. Os mecanismos de prevenção ou solução de conflitos ou a regulação deste direito não poderão impedir seu exercício ou desvirtuar sua finalidade.

-Promoção e desenvolvimento de procedimentos preventivos e de auto-composição de conflitos

Art. 12 Os Estados Partes comprometem-se a propiciar e desenvolver formas preventivas e alternativas de autocomposição dos conflitos individuais e coletivos de trabalho, fomentando a utilização de procedimentos independentes e imparciais de solução de controvérsias.

-Proteção dos desempregados

Art. 15 Os Estados Partes comprometem-se a instituir, manter e melhorar mecanismos de proteção contra o desemprego, compatíveis com

as legislações e as condições internas de cada país, a fim de garantir a subsistência dos trabalhadores afetados pela desocupação involuntária e ao mesmo tempo facilitar o acesso a serviços de recolocação e a programas de requalificação profissional que facilitem seu retorno a uma atividade produtiva.

-Saúde e segurança no trabalho

Os Estados Partes comprometem-se a formular, aplicar e atualizar em forma permanente e em cooperação com as organizações de empregadores e de trabalhadores, políticas e programas em matéria de saúde e segurança dos trabalhadores e do meio ambiente de trabalho, a fim de prevenir os acidentes

-Seguridade social

Art. 19 Os trabalhadores do MERCOSUL têm direito à seguridade social, nos níveis e condições previstos nas respectivas legislações nacionais.

Os Estados Partes comprometem-se a garantir uma rede mínima de amparo social que proteja seus habitantes frente à contingência de riscos sociais, enfermidades, velhice, invalidez e morte, buscando coordenar as políticas na área social, de forma a suprimir eventuais discriminações derivadas da origem nacional dos beneficiários.

Cabe destacar que em relação a temas de direitos de empregadores e controle se salientou:

Direitos dos empregadores

Art. 7º O empregador tem o direito de organizar e dirigir econômica e tecnicamente a empresa, em conformidade com as legislações e as práticas nacionais.

APLICAÇÃO E SEGUIMENTO

- a) examinar, comentar e encaminhar as memórias preparadas pelos Estados Partes, decorrentes dos compromissos desta Declaração;
- b) formular planos, programas de ação e recomendações tendentes a fomentar a aplicação e o cumprimento da Declaração;
- c) examinar observações e consultas sobre dificuldades e incorreções na aplicação e

- cumprimento os dispositivos contidos na Declaração;
- d) examinar dúvidas sobre a aplicação dos termos da Declaração e propor esclarecimentos;
- e) elaborar análises e relatórios sobre a aplicação e o cumprimento da Declaração;
- f) examinar e instruir as propostas de modificação do texto da Declaração e lhes dar o encaminhamento pertinente.

Chama a atenção como o empregador tem o direito a levar o processo produtivo segundo as legislação vigente, o que na realidade representa liberdade para implementar e praticar todos os procedimentos que lhe permitam aumenta o lucro. Enquanto ao controle, se limita a comentar, encaminhar, examinar e elaborar análises que dificilmente vão ter alguma materialização.

A partir da Declaração Sócio-Laboral foi criada a:

Comisión de Erradicación de Trabajo Infantil - CETI

Hacia 2004 la CETI centrará acciones en:

- Migraciones -Vincular las actividades sobre trabajo infantil, trabajo migrante y fronterizo.
- Inspecciones de Trabajo - Incluir esta temática en las inspecciones de trabajo definidas en el Plan Regional de los Órganos Sociolaborales.
- Indicadores -Definición de variables e indicadores sobre trabajo infantil, trabajo migratorio y enfoque de género. Dichos indicadores y variables serán utilizados en la producción de los dos textos de Informe temático que formarán parte del Boletín del Observatorio del Mercado de Trabajo del MERCOSUR

A rejeição às políticas dos organismos multilaterais é cada vez mais evidente, a denúncia das infaustas conseqüências das políticas econômicas externas que afetam a autonomia dos governos e sua capacidade de manobra em temas de estabilidade macroeconômica aparece quase que de maneira reiterativa em todas as declarações. Assim na cúpula de Florianópolis, em 2000, a CCSCS salienta:

[...] É necessária a alteração das políticas econômicas dos países, rejeitando o receituário e

as pressões do FMI e do Tesouro Norteamericano, reduzindo a dependência de nossos países em relação ao capital especulativo internacional e recriando as condições para uma política econômica soberana orientada ao desenvolvimento nacional e regional.

[...] Priorizar na agenda do MERCOSUL de médio e curto prazo a adoção de políticas de desenvolvimento integradas nos campos produtivo, fiscal e social.

Para tal fato a CCSCS propõe no ano seguinte, uma agenda na qual seja possível discutir e debater novos rumos e objetivos que, permitam adotar políticas diferentes às monetarista e fiscal que, garantam direitos laborais e em geral, tudo o que está relacionado aos direitos sociais.

Evidentemente, cumprir estes objetivos não representa uma tarefa fácil, sobretudo quando a tendência internacional obriga os países a abrir suas fronteiras e entrar na grande concorrência mundial do comércio, desconhecendo as diferenças próprias de suas economias.

Em 2003, na cúpula de Montevideú, a agenda macroeconômica é criticada uma vez que se sobrepõe à agenda social:

1. Agenda macroeconómica

Hay que ampliar los conceptos y objetivos de la agenda "Mercosur 2000", construida sobre la base del modelo monetarista y fiscal. No basta con promover el monitoreo de la coyuntura económica y la armonización macroeconómica para dar cumplimiento a las metas fiscales y financieras exigidas por los acreedores externos. Las metas sociales tienen que subordinar a las medidas económicas para garantizar la estabilidad.

Desta maneira, a CCSCS destaca que os objetivos da política devem estar mais voltados a favor do bem-estar da sociedade, e no caso particular, da classe trabalhadora. Embora cabe assinalar que não é suficiente só sugerir, pois no processo de consolidação do MERCOSUL percebe-se que os órgãos superiores incorporam tais demandas com uma mensagem mais diplomática que real. Assim se tem a sensação de ser uma discussão e um debate mais democrático, quando na realidade as diretrizes da política estão pré-estabelecidas por setores econômicos privados.

Assim em Salvador 2008 a CCSCS indica que:

[...] Para mejorar de la calidad de vida y la plena vigencia de los derechos humanos, es imprescindible la paz del mundo y una mejor distribución de la riqueza.

Los Estados deben asumir su rol conductor desarrollando inversiones en áreas productivas, sociales y servicios públicos.

Defendemos el rol estratégico de las empresas estatales y mantendremos nuestra lucha contra la privatización de los servicios públicos.

É de grande importância que o Estado tenha o monopólio de alguns setores produtivos, sobretudo naqueles onde o nível de emprego seja mais significativo. Só dessa forma é possível garantir o direito ao trabalho e de alguma maneira permitir diminuir as diferenças sociais.

É na Cúpula de Brasília 2002 que a CCSCS ressalta:

[...] É necessário instaurar a livre circulação de pessoas no Mercosul precedida de uma série de medidas como: o debate da Carta de Direitos Sociais, definição de um sistema de aposentadoria integralizado e a criação de um sistema de certificação ocupacional regional.

...Para solucionar os problemas de Integração fronteiriça (crescimento do desemprego e o alto grau de informalidade das relações de trabalho). Propomos a adoção de algumas medidas como: a) Implementação de projetos específicos para o desenvolvimento integrado das regiões; b) elaboração de um estatuto trabalhista específico para os trabalhadores das regiões fronteiriças, a ser incorporado como parte da Declaração Sociolaboral (o qual deixaria de ter vigência quando se implantar a livre circulação de pessoas);

c) criação de Comitês de Fronteira integrados pelas autoridades executivas e legislativas e organizações sociais locais, para que seja agilizada a negociação de soluções e a sociedade local possa participar de forma mais propositiva nas tarefas de integração.

Portanto, não deve ser uma iniciativa de apenas um dos países da região e sim, uma política não excludente que garanta equidade em todos os setores. O MERCOSUL é composto por países de notáveis diferenciais econômicas, sociais e culturais tornando-se necessária uma política migratória que leve a minimizar tais tendências, e que permita manter os direitos dos trabalhadores em toda a região.

Essa proposta se repete novamente na Cúpula de Montevidéu em 2003:

Promoción de los derechos laborales

Con la perspectiva de aprobarse el Acuerdo sobre Residencia de Nacionales, se estará caminando hacia la libre circulación de personas, lo que puede requerir mayor armonización legislativa en materias como derechos laborales, salud laboral, previsión social, certificación ocupacional, etc., y va a requerir cambios en la Declaración Sociolaboral aprobada en 1998.

Uma política migratória geral deve estar ligada a políticas sociais includentes de emprego. Porém, para isso é necessário garantir projetos de desenvolvimento com uma ampla participação da sociedade civil local.

Para garantir direitos laborais em toda a região é importante a manutenção de órgãos como a Comissão Sócio-Laboral e o Observatório do Mercado de Trabalho com toda a logística necessária para desenvolver pesquisas que levem a melhoria das condições de trabalho, questão assinalada na mesma Cúpula:

Dotar a Comissão Sociolaboral de efetivas e concretas condições de trabalho, não só por meio do fortalecimento de sua capacidade resolutive, como também da dotação de verbas para a realização de estudos e investigações que sejam necessárias para zelar pelo cumprimento da Declaração Sociolaboral e os documentos internacionais e as convenções da OIT

[...] Condições efetivas de funcionamento ao Observatório do Mercado de Trabalho para que possa tornar-se um organismo técnico capaz de gerar indicadores próprios confiáveis sobre os diferentes impactos da integração sobre o mercado

de trabalho (ao nível setorial e micro, além do macro) e transformá-lo num espaço de análise de problemas e proposição de políticas e medidas para a geração de emprego e melhoria da qualificação profissional. Por tanto o Observatório do Mercado de Trabalho do Mercosul deve ser integrado e vinculado à secretaria técnica (Cúpula de Brasília, 2002, p.6).

Para o ano 2003, acrescenta-se a criação de um instituto de tipo social que tenha, no início, uma função mais consultiva e que desempenhe o papel de articulador entre os vários órgãos e centros de pesquisa. Sobre a política social destaca-se:

Creación de un Instituto Social que cuente con un Consejo Consultivo integrado por representaciones sociales y políticas, además de los Estados, que, partiendo de las decisiones y programas aprobados en el Mercosur en el área social, principalmente en: la integración social, la mejora y universalización de la educación, la salud; el combate al trabajo, la violencia y la prostitución infantil; la igualdad de oportunidades, etc.

El Instituto debe integrar un conjunto de programas de cooperación social, articular los centros de investigación y formulación de políticas sociales, desarrollar indicadores sociales armonizados (Cumbre Montevideo, 2003, p.2).

A CCSCS, durante o período de 1998-2008, enfatizou a importância de desenhar políticas que abranjam não só o setor econômico, senão também aspectos sociais importantes. Na Cúpula de 2006 a CCSCS enfatiza:

A integração dos povos do Mercosul deve realizar-se através da execução de um paradigma econômico-social que priorize a geração de emprego, as condições dignas de vida, de trabalho e equidade de gênero para todos os cidadãos e cidadãs da região e a distribuição mais justa da renda.

Uma Estratégia Mercosul de Crescimento do Emprego deve se desenvolver a partir de duas

bases conceituais: 1) a articulação de políticas macro, meso e microeconômicas com as trabalhistas, sociais e educativas 2) o respeito e cumprimento dos direitos fundamentais do trabalho digno e emprego de qualidade, através de cinco pilares fundamentais (emprego, proteção social, direito ao trabalho, equidade de gênero e diálogo social) (Cúpula Córdoba, 2006, p.2).

Dois anos depois as políticas de geração de emprego continuam sendo parte das declarações, como na Cúpula de Salvador 2008:

Defender los empleos, los salarios y los derechos de los trabajadores. Defendemos la ampliación de las políticas de generación de empleo en el sector privado y en el sector público, especialmente para los segmentos más vulnerables, por ejemplo las mujeres, la juventud y la población negra.

Reivindicamos la Reforma Agraria en nuestros países y la implementación de programas especiales de generación de empleo y renta de la agricultura a partir del fortalecimiento de la agricultura familiar y garantía de crédito y precios mínimos.

Além da ideia de uma reforma agrária de difícil concretização, se faz ênfase em políticas sociais desenvolvidas em alguns países, como o Brasil, e que podem ser de grande importância para diminuir as diferenças e as iniquidades sociais. Portanto, 2002 na Cúpula de Brasília a CCSCS salienta:

[...] A adoção da bolsa escola como ação positiva que contribua para a erradicação do trabalho infantil e através da presença das crianças nas escolas.

[...] Fortalecer os sistemas de seguridade social e saúde

[...] Fortalecimento dos instrumentos de promoção dos direitos trabalhistas

O fato de estas demandas estarem presentes em quase a totalidade das declarações, levam-nos a inferir que não são prioridade para o bloco e sim uma questão apenas secundária dentro de seus objetivos em curto

prazo. A adoção de políticas sociais como Bolsa Família, sistema de saúde em regiões de fronteira e a promoção de direitos trabalhistas, por se representam um desafio e um grande obstáculo para os governos.

Essa situação não se alterou na região e no período seguinte à cúpula simplesmente se limitou a colocar fatos mais gerais em relação aos direitos humanos e à distribuição da riqueza. Também se reitera a importância do controle estatal nas empresas envolvidas nos setores que fornecem os serviços básicos e que não podem, nem devem estar submetidas a altas e baixas do mercado.

As propostas sindicais, ao menos no plano teórico, estão contra a avalanche de medidas neoliberais. A pretensão de reverter estas tendências parece uma tarefa difícil no contexto internacional pela diminuição do poder do Estado. Portanto, urge uma revisão dos procedimentos de ação política por parte dos sindicatos, que abordem este tipo de temáticas.

Em geral, a Declaração Sócio-Laboral abriu o caminho para o debate trabalhista, a CCSCS a partir desse acontecimento determinou que, a criação de órgãos e comissões relacionadas ao MERCOSUL, era de vital importância para defender os direitos dos trabalhadores como começo de uma longa luta, ao menos no plano consultivo.

III.4 PROPOSTAS DE AÇÃO POLITICA E AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO

A luta política desenvolvida pela CCSC a partir da assinatura do tratado de Ouro Preto tem sido pela busca de espaços de debate e discussão. Nesta perspectiva as vias democráticas se tornaram o meio mais viável para atingir um peso maior na toma das decisões.

Poder-se-ia dizer que, a partir da assinatura da Declaração Socio-Laboral se concretizou o caminho para o reconhecimento e para a participação política dos sindicatos e da CCSCS, assim surgiram as primeiras tentativas para criar mecanismos de controle:

[...] Para garantizar la aplicación de esa Declaración será creada una Comisión Sociolaboral integrada por representantes de los Ministerios de Trabajo, de los empresarios y de los trabajadores de los 4 países (Declaración, cumbre 1998).

Outras formas diferentes de participação foram sugeridas para avançar na conquista de espaços democráticos, sobretudo na universalização das decisões de tipo comercial ao interior do MERCOSUL. Portanto, é a partir da Cúpula do ano 2000 que se enfatiza sobre:

Realização de plebiscitos nos nossos países para que seja a própria população quem decida se aceita ou não a decisão governamental de aderir à ALCA (Cúpula Florianópolis, 2000, p.2).

No ano seguinte, a CCSCS estabelece a necessidade de criar Foros de discussão sobre temas econômicos, principalmente de competitividade comercial, apontando a importância da participação sindical nas mesas de debate.

Foros tripartitos de Competitividad e integración de las cadenas productivas regionales solo podrán ser un buen instrumento si tienen como foco central la formulación de acuerdos de complementación productiva y comercial y son capaces de incluir en su agenda negociadora temas compartidos con las partes sindicales, cuales sean, entre otros: metas de producción y de beneficios sociales, correspondencia entre las negociaciones de acuerdos de producción y comercio y condiciones de trabajo, salud y seguridad del trabajo y, cuando corresponda, la creación de comités bi o trinacionales de trabajadores (Cumbre Montevideo 2003, p.3).

Em 2006, outras formas de participação democrática são salientadas pela CCSCS. Estas formas poderiam articular as políticas produtivas com políticas de desenvolvimento social. Sobre a Reforma Institucional destaca:

Reclamamos a criação de uma Comissão de Desenvolvimento Produtivo e de uma Comissão de Desenvolvimento Social, para que as mesmas articulem os debates e medidas aprovadas pelos distintos espaços de negociação institucional relacionados com as mesmas (Cúpula de Córdoba, 2006, p.2).

Neste período, diversos tratados de comércio exterior se desenvolveram na região. Portanto, tais temas precisam ser discutidos por amplos setores da sociedade civil, ou como assinala a coordenadora, com um parlamento regional elegido democráticamente em cada um dos países pertencentes.

Sobre as negociações comerciais externas, indica-se:

1. Las negociaciones externas (en el ALCA, con la UE y en la OMC) deben ser establecidas a partir de las necesidades e intereses del Mercosur y no a la inversa. Para eso es fundamental que se actúe y negocie como bloque, con transparencia y con el compromiso de consultar a la sociedad.
2. Ampliación de acuerdos y esfuerzos para la creación de una asociación económica y comercial en la América del Sur (Cumbre Montevideo, 2003, p.4).

Em relação ao plano político-institucional, refere-se à criação do Parlamento²⁶ do MERCOSUL:

Apoyamos la creación del Parlamento del Mercosur, que puede ser un instrumento para avanzar en la democracia del bloque. es positivo que determinadas materias sean consultadas previamente a la toma de decisión por el CMC. Defendemos que los miembros del Parlamento del Mercosur sean electos por voto directo en sus países (Cumbre Montevideo, 2003, p.4).

²⁶ El Parlamento del Mercosur es el órgano de representación de la pluralidad ideológica y política de los pueblos de los países miembros del Mercosur: Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay y Venezuela. Creado legalmente el 9 de diciembre de 2005.

[...] La creación del Parlamento del Mercosur es parte de un proceso abierto en 2002, de constitución de organismos y procedimientos que tienen como fin evidente institucionalizar el bloque y darle permanencia y autonomía política. En ocasión de la XXVII Cumbre de Presidentes de Ouro Preto, el 17 de diciembre de 2004 el Consejo del Mercado Común (CMC) encomendó a la Comisión Parlamentaria Conjunta (CPC) la redacción de una propuesta de Protocolo Constitutivo del Parlamento del Mercosur, con el mandato de entregar la misma antes de la finalización de 2006. La CPC realizó el proyecto con gran antelación a la fecha de vencimiento y el 9 de diciembre de 2005, los presidentes de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, firmaron el Protocolo Constitutivo del Parlamento del Mercosur constituyendo el nuevo organismo (PARLAMENTO DO MERCOSUL, 2010).

O evidente desequilíbrio entre empresários e trabalhadores nas negociações do CMC, leva os sindicatos a denunciar a urgência de uma maior participação dos segmentos sociais por meio de:

El Foro Consultivo Económico Social del Mercosur – FCES

Establecimiento de una agenda de trabajo sistemática entre este y los órganos de negociación y la garantía de igualdad de participación a las representaciones de empresarios, trabajadores y otros segmentos sociales, a través de la dotación de fondos presupuestarios propios.

Conferencia Política y Social del Mercosur

Realización de una Conferencia Política y Social del Mercosur en 2004 que profundice el debate de las prioridades del proceso de integración, su profundización política y democrática y la priorización de políticas sociales (Cumbre Montevideo, 2003, p.5).

Mas não é suficiente com uma maior participação, também é necessário ter a verba adequada às exigências das pesquisas, que permita realizar estudos mais profundos por parte das comissões alternativas do MERCOSUL.

Na Declaração de Córdoba 2006, se postula:

O Observatorio do Mercado de Trabalho – OMT deve ter os recursos humanos e financeiros, para que este tenha efetivas condições de funcionamento e possa desenvolver pesquisas, coleta, análise e difusão de informação sobre o mercado de trabalho no Mercosul, assim como assessorar os países na formulação de planos, na identificação de indicadores nacionais de monitoramento e no desenvolvimento de mecanismos de seguimento.

Comunidade Sulamericana de Nações

Apoiar os importantes passos que foram dados para o avanço na conformação da Comunidade Sulamericana de Nações – CSN

Também na Cúpula de Salvador 2008 se assinala:

Las medidas contenidas en la Plataforma Laboral de las Américas, que expresan las propuestas consensuadas por el movimiento sindical para la superación del neoliberalismo y la promoción del desarrollo sostenible en nuestros países.

O predomínio econômico ainda presente no MERCOSUL esquece, voluntaria ou involuntariamente, fatores vitais para um maior êxito da suas políticas. Não reconhecer questões essenciais onde a heterogeneidade da população, as diferenças políticas, históricas, culturais e raciais, levará com segurança a uma inoperância e à continuação e agravamento de desigualdades e dos problemas que ainda atravessa a região latino-americana.

Esse panorama político adverso representa um desafio para a CCSCS e, em geral, para as associações sindicais pertencentes a ela. Assim a ampliação da ação sindical e as alianças com outras formas organizacionais são fundamentais para a busca de uma maior integração com organizações da sociedade civil conforme aponta a Cúpula de Florianópolis (2000):

Estabelecer uma aliança com as organizações mais representativas da sociedade civil e fortalecer a representação das organizações sociais no Foro Consultivo Econômico Social do MERCOSUL, para que os problemas do MERCOSUL sejam cada vez mais debatidos e as decisões governamentais tenham que decorrer de consultas prévias

A importância do bloco dos países do sul e suas políticas são de interesse geral para a sociedade. A ideia de fortalecer a representação das organizações sociais, que pelas vias democráticas dos governos encontram-se afastadas da tomada de decisões, torna-se uma necessidade de primeira ordem. Assim, na Cúpula de Montevidéu (2003) assinala a importância das alianças com outros setores:

-Debemos profundizar nuestra política de alianzas con sectores organizados que compartan nuestras preocupaciones e intereses. En esta línea hay sectores de la pequeña y mediana empresa con quienes se puede acordar acciones comunes. Sin embargo principalmente se debe incorporar a jóvenes y mujeres.

-Es en este sentido que nos proponemos para 2004: -Realizar un encuentro masivo de jóvenes (3000 a 4000 personas) en ciudad a definir en el primer semestre del próximo año.-Conformación de una quinta comisión temática de la Coordinadora, la Comisión de Jóvenes.-Implementar a través de las Centrales Sindicales una campaña de sindicalización de jóvenes con plazos y metas concretas.-Fortalecer las secretarías de jóvenes en cada una de las centrales sindicales.

A participação dos jovens e mulheres é um ponto vital por diferentes razões: - a tendência atual do capital é a diminuição dos custos de produção, e eles são hoje a força de trabalho que cumpre esse objetivo, pois seu salário é um 25% menor. – A faixa etária inferior aos 30 anos dificilmente contará, no futuro, com contratos de trabalho regular e com garantias sociais e trabalhistas.

O direito universal de protestar e a participação é salientada na Cúpula de Salvador 2008:

[...] Demandamos el derecho del movimiento sindical y de otros sectores organizados de la sociedad civil de participar y ser consultados sobre la construcción de las salidas a estas crisis, y solicitamos la implementación de mecanismos concretos que lo viabilicen.

Assim, segundo a CCSCS é necessária a participação da sociedade civil nos debates e na execução das políticas, cujo objetivo deve ser o desenvolvimento econômico da região, voltado a superar os problemas do aumento da pobreza, do desemprego, e a imposição de novas condições de trabalho contrária ao bem-estar do trabalhador.

A CCSCS na Cúpula em Florianópolis 2000 salienta que se deve:

[...] Intensificar os contatos com o sindicalismo dos demais países do continente para discutir uma agenda comum e uma ação unitária dos trabalhadores e trabalhadoras de todo o continente.

Um ano depois, segundo a CCSCS, se têm novas perspectivas e espaços de luta em relação ao cenário político:

[...]Con los cambios políticos en la región se han generado nuevas condiciones políticas para promover un cambio en el modelo de construcción del Mercosur. Para el movimiento sindical organizado este nuevo escenario es todo un desafío, que debemos aceptar presentando nuestras propuestas, apoyando y participando (Cumbre de Montevideo, 2003, p.5).

Porém, só no ano seguinte vai se insistir no imperativo de estreitar os vínculos com as organizações sindicais de outros países, não só na América Latina, senão também na Europa retomando velhos conceitos sindicais. É na Cúpula de Montevideú 2003 que se enfatiza a necessidade de articulação externa:

-Articulación con las Centrales Sindicales del Pacto Andino: Pensando en una nueva geografía basada en un modelo de desarrollo humano inclusivo, con justicia social y empleo para todas y todos los trabajadores del continente, se deben articular políticas y estrategias a mediano plazo con las centrales sindicales de la región andina.

-Articulación con la Confederación Europea de Sindicatos-CES: Con la perspectiva de constitución de un Foro Laboral Mercosur - UE podemos avanzar más en esa dirección y actuar sobre las negociaciones en curso entre los dos bloques y sobre las políticas de las transnacionales europeas en nuestros países.

Nessa perspectiva, para a CCSCS se faz importante a interação com outras organizações sindicais que representem outros setores da economia no sentido de enriquecer os debates e as propostas de duas maneiras, articulação setorial e articulação intersetorial:

-Es clave para que el Movimiento Sindical de la Región elabore propuestas a partir de la realidad de los distintos sectores de la economía. Se ha iniciado (2002) la creación de la Comisión de Desarrollo Productivo. Simultáneamente iniciamos también un trabajo de seguimiento de las Empresas Multinacionales con la articulación

de varios sectores (metalúrgico, banca, energía y comercio).

-También se incentivará a las organizaciones nacionales y regionales, a que retomen e intensifiquen las problemáticas de Integración articulándolas al CDP

La Comisión de Desarrollo Productivo de la Coordinadora, creada en 2002, tiene como objetivo la articulación sindical intersectorial a nivel de industria, agroindustria e infraestructura de cara a ir construyendo desde el sector sindical propuestas concretas de integración y complementación productiva de los países que tengan una fuerte incidencia en el incremento del nivel de empleo, y por tanto en la calidad de vida. (Cumbre de Montevideo, 2003, p.6)

As propostas da CCSCS em relação à ação sindical apenas aparecem em duas das dez declarações. Estas não apresentam grandes novidades, nem inovações significativas enquanto a novas formas de luta política conforme ao contexto internacional.

Embora, como ponto importante, a ideia de incluir mulheres, jovens e diversas organizações sociais nos movimentos de luta representa hoje um grande avanço em um contexto onde, as diferentes camadas de classe têm construído novos espaços para reivindicar seus direitos. No entanto, os sindicatos hoje ainda não têm desenvolvido ações mais eficazes no sentido de reconhecer essas novas formas participativas.

Prova-se que, uma grande parte das demandas feitas geralmente não é aplicada por parte dos empresários e se faz necessária a criação de órgãos de controle nos quatro países, por exemplo, as questões de previdência social que se tornaram pontos de discussão.

Outros ganhos no campo político viriam nos anos seguintes, com a criação do Tribunal de Controvérsias:

[...] Otimismo pelas decisões tomadas na última reunião do Conselho do Mercado Comum-CMC em julho passado, relativas à criação do Tribunal Mercosul, à instalação dos foros de competitividade para integração das cadeias produtivas, à campanha pela erradicação do

trabalho infantil e a instalação da Secretaria Técnica do Mercosul (CCSCS,2002).

Nestes foros os movimentos sociais e principalmente os sindicatos tinham grande relevância e participação, mas seu caráter era apenas consultivo, que na realidade é muito importante porque mesmo que sejam levados em conta todos os estudos feitos, sua aplicação foi mínima como demonstra a realidade.

Tanto assim que na Cúpula de Córdoba 2006 a CCSCS assinala:

Há urgência em um reforma da estrutura institucional do Mercosul, que permita a existência de organismos capazes de resolver controvérsias comerciais, sociais e políticas. (CCSCS, 2006)

No entanto, para atingir melhores níveis de participação, a CCSCS vem realizando trabalhos de pesquisa por meio de comissões setoriais criadas no seu interior e que são resenhadas na Cúpula de Montevideu 2003:

Comisión de las Mujeres-CCSCS

-Incorporar la perspectiva de género en los convenios supranacionales que se logren establecer a nivel de los sectores.

-Asegurar la participación de las compañeras en los diversos ámbitos de participación institucional (SGT10, CSL, OMT, REM, FCES) presentando propuestas.

-Asegurar el cumplimiento del derecho de igualdad de oportunidades establecido en la DSL haciendo denuncias concretas de violación del mismo.

Nos documentos analisados outros temas se destacaram nos debates e encaminhamentos da CCSCS tais como: Meio-ambiente, direitos humanos, integração latino-americana, projeto bolivariano, prosseguimento do ALBA e da UNASUL e outras questões de acordo com a particularidade de cada país. Cabe salientar que dadas as diferenças político-ideológicas das centrais sindicais integrantes da coordenadora, pode-se inferir que, no terreno nacional, as discussões nem sempre tinha possibilidades de pactos e acordos mais orgânicos e isso, certamente se reflete na tomada de decisões no âmbito do

MERCOSUL. Não entanto, essa linha de argumentação foge dos objetivos do presente trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando os objetivos propostos nesta dissertação algumas considerações podem ser salientadas, ao final, em relação ao papel realizado pelas organizações sindicais representadas pela CCSCS no MERCOSUL.

Como se tem assinalado ao longo do trabalho, na perspectiva marxista, os sindicatos são os órgãos chamados a defender os interesses da classe trabalhadora contra a força do capital. Em relação à CCSCS, as propostas apresentadas nas declarações desde o ano 1998 até 2008, fornecem diversos elementos, não só no tema econômico, senão também em todos os diferentes planos da classe que eles representam.

Em primeiro lugar, muitas das propostas da coordenadora não significam discussões de fundo das maneiras como se tem encaminhado os processos produtivos na região. Ao contrário, propostas como a de priorizar na agenda do MERCOSUL de médio e curto prazo a adoção de políticas de desenvolvimento integradas nos campos produtivo, fiscal e social podem ser apenas superficiais, não aprofundar nas orientações destas propostas deixa aberta uma diversidade de possibilidades. O desenho de políticas que integrem diferentes campos, não significa maiores conquistas para os trabalhadores. Ao contrario, podem reforçar o processo de acumulação de capital.

Do mesmo modo o debate da Carta de Direitos Sociais é uma questão que deve ser tomada com muito cuidado, pois é importante estabelecer se apresenta mudanças reais nas relações do capital trabalho. Deve-se começar por definir que direitos sociais ou laborais estão realmente encaminhados (Exemplo se fazem referencia aos direitos e convenções reconhecidos pela Organização Mundial do Trabalho OIT) a uma mudança estrutural do sistema produtivo e não ao seu serviço.

Neste mesmo sentido, a definição de um sistema de aposentadoria integral e a criação de um sistema de certificação ocupacional regional inicialmente poder conter a mesma tendência do neoliberalismo globalizado, e até pode significar facilidades para os empresários se tal sistema for nivelado pelos países mais pobres.

Se a tendência atual do modo de produção capitalista é a separação e categorização do trabalhador, medidas como a implementação de projetos específicos para o desenvolvimento integrado das regiões e elaboração de um estatuto trabalhista específico para os trabalhadores das regiões de fronteira podem fragmentar ainda mais a classe trabalhadora, sendo coadjuvante do capital ao aprofundar as diferenças subjetivas do trabalho embora manifestadas simplesmente

no nível salarial. Além disso, a adoção de programas especiais para camadas de trabalhadores particulares e excepcionais segundo sua condição geográfica, social ou qualquer uma que seja, pode gerar além de rivalidades e confrontos dos trabalhadores, também gerar migrações a estas regiões criando novos problemas sociais.

A defesa dos trabalhadores por parte da CCSCS passa apenas por manter e garantir os direitos trabalhistas, zelar pelo cumprimento da Declaração Sócio-Laboral e os documentos internacionais e as convenções da OIT, isto sem fazer nenhum tipo de sugestões às tendências que têm sofrido tais órgãos. Ao final pode estar propondo simplesmente a manutenção da exploração condicionada aos ciclos do capital, ou o fortalecimento das precárias condições de trabalho na América do Sul.

No tema econômico as propostas estão encaminhadas à autonomia nacional ou do bloco nas relações comerciais, mas não se propõem câmbios profundos nas políticas de globalização. Simplesmente se opta pelo fortalecimento da burguesia local em detrimento da internacional.

A coordenadora defende uma negociação em favor do MERCOSUL sem a interferência de países estrangeiros integrantes de outros blocos. No entanto, esse processo não aponta para uma participação ampla dos trabalhadores, como os principais atores dessa discussão. Ao contrário, defende um modelo mais voltado aos interesses dos produtores e industriais locais.

Assim no plano político - institucional apoio à criação do Parlamento do MERCOSUL: “Puede ser un instrumento para avanzar en la democracia del bloque. Es positivo que determinadas materias sean consultadas previamente a la toma de decisión por el CMC” (Cumbre de Montevideú, 2003).

A CCSCS não rejeita o IED nem o aperfeiçoamento das cadeias produtivas, mas propõe acordos comerciais e de complementações produtivas defendendo a ideia de maiores benefícios sociais recorrendo à mesma retórica burguesa de produtividade, de apoio à pequena empresa, e de reconversão produtiva, o que na realidade não concebe uma maior defesa dos interesses dos trabalhadores e sim, uma maximização dos lucros do modelo produtivo atual.

Neste sentido economistas vêm defendendo os benefícios da globalização e se perguntam: Por que a globalização sendo uma força que tem produzido tanto bem-estar tem chegado a ser tão controversa? Ao que Stiglitz (2004, p. 41) responde:

La apertura al comercio internacional ayudó a numerosos países a crecer mucho más rápidamente de lo que habrían podido en caso contrario. El comercio exterior fomenta el desarrollo cuando las exportaciones del país lo impulsan; el crecimiento propiciado por las exportaciones fue la clave de la política industrial que enriqueció a Asia y mejoró la suerte de millones de personas. Gracias a la globalización muchas personas viven hoy más tiempo y con un nivel de vida muy superior. Puede que para algunos en occidente los empleos poco remunerados de NIKE sean explotación, pero para multitudes en el mundo subdesarrollado trabajar en una fábrica es ampliamente preferible a permanecer en el campo y cultivar arroz.

No entanto os “benefícios” não param por ai, segundo Stiglitz (2004, p. 41-42):

La globalización ha reducido la sensación de aislamiento experimentada en buena parte del mundo en desarrollo y ha brindado a muchas personas de esas naciones acceso a un conocimiento que hace un siglo ni siquiera estaba al alcance de los más ricos del planeta. Las propias protestas antiglobalización son resultado de esta mayor interconexión.

[...] Incluso aunque la globalización presente facetas negativas, a menudo ofrece beneficios; la apertura del mercado lácteo de Jamaica a las importaciones desde EEUU en 1992 pudo perjudicar a los productores locales pero también significó que los niños más pobres pudieran consumir leche más barata. Las nuevas empresas extranjeras pueden dañar a las empresas públicas protegidas, pero también fomentan la introducción de nuevas tecnologías, el acceso a nuevos mercados y la creación de nuevas industrias.

Segundo este reconhecido economista, a possibilidade de trabalhar para uma multinacional é bem melhor que cultivar a terra, e o que é mais importante é que o crescimento econômico está condicionado pela exploração nos setores produtivos destinados às

exportações. Portanto, a CCSCS na suas propostas apóia em algum grau tais políticas entrando assim na lógica capitalista, não defende o trabalhador e sim ressalta os “benefícios” do modelo.

As análises de Bernardo e Pereira (2008, p.119) corroboram essa perspectiva indicando que "em épocas de mudança, instituições com funções sociais distintas e até opostas podem coexistir", o que vêm ocorrendo em boa medida com grande parte das organizações sindicais.

Uma das características do MERCOSUL tem sido a livre mobilidade de cidadãos nos países que, segundo a coordenadora, exige unanimidade e harmonização legislativas dos direitos laborais e previsão social. Assim a CCSCS entende que a situação laboral vai ser solucionada por meio de leis gerais aos quatro países, mas muitas vezes as particularidades de suas condições socioeconômicas são minimizadas.

A grave situação pela qual atravessam os trabalhadores e o novo mundo do trabalho não pode ser solucionada com políticas que só mexam na forma e não na estrutura do sistema. Ao contrário, tais propostas permitem ao capital se manter ainda por mais tempo.

A coordenadora defende os interesses da classe trabalhadora com a criação de institutos sociais que permitam uma integração social com universalização de saúde e da educação, além de impor igualdade de oportunidades de trabalho. No entanto, não propõe opções contra as tendências do regime produtivo e opta por universalizar e generalizar a precariedade dos direitos. Não se nega que em épocas de crise, a luta por direitos é também uma luta contra o capital, porém, no horizonte, esta é apenas um campo de mediação para a conquista de outro projeto societário.

Finalmente, a defesa dos interesses dos trabalhadores se limita a uma volta do modelo Keynesiano com empresas de controle estatal e amplo controle das decisões econômicas, à defesa e manutenção das conquistas conseguidas no passado, e neste ponto, não se oferecem novas práticas que permitam, na conjuntura atual, avanços em matéria social diferentes das já experimentadas, e que possam representar algum ganho na luta política.

A CCSCS propõe na atual conjuntura a possibilidade de plebiscitos para que seja a população quem decida sobre a adesão a tratados de livre comércio, o qual representa altos custos para os países membros, sobretudo para uma decisão particular e que na prática não determina uma mudança na situação dos trabalhadores, pois as condições de trabalho em nada mudam se é o capital estrangeiro ou o capital local que define as leis laborais.

A forma como a CCSCS tem defendido os interesses dos trabalhadores não apresenta mudanças significativas e se remetem a discutir apenas temas pontuais em alguns casos nas regiões de fronteira e tendem a minimizar as contradições próprias entre os empresários e os trabalhadores.

As ações propostas pela coordenadora se definem, principalmente, nas alianças com diferentes atores da sociedade civil e com outras organizações sindicais internacionais, alianças tais, que levem a uma maior participação política dos sindicatos e não da classe trabalhadora. Mas também se salienta a importância de estabelecer alianças com setores empresariais para combinar ações comuns, desconhecendo que estes setores têm interesses totalmente contrários aos trabalhadores.

Mas, o que se observa a partir dos documentos analisados é que não se salienta a importância de vincular à luta política às diversas camadas da classe trabalhadora, a necessidade de leis que permitam que trabalhadores se vinculem aos sindicatos sem importar suas condições de trabalho.

A CCSCS propõe um seguimento às empresas multinacionais nos diferentes setores da economia, mas não diz nada sobre as consequências que traz a presença e a atividade de tais gigantes econômicos no bloco. Portanto, aceita-se o modelo neoliberal que garanta algumas conquistas e direitos para os trabalhadores que ainda desfrutam de tais benefícios, mas nega-se as condições de outros setores da classe trabalhadora.

Algumas propostas abrem espaços políticos de discussão e debate como é o caso do Observatório do Mercado de Trabalho, que poderia tornar-se um organismo técnico capaz de gerar indicadores próprios confiáveis sobre os diferentes impactos da integração sobre o mercado de trabalho (ao nível setorial e micro, além do macro) e transformá-lo num espaço de análise de problemas e proposição de políticas e medidas para a geração de emprego.

Portanto, a ampliação da participação permite que diferentes setores da classe trabalhadora participem colocando novos desafios e sugestões à CCSCS, também permite a renovação das diretivas dos sindicatos, e assim estes passem a ter uma melhor defesa dos direitos dos trabalhadores à luz das novas condições de trabalho.

As principais falhas das propostas da coordenadora podem ser explicadas por que:

Ao separar a luta econômica, e meramente sindical, da luta política mais geral, a maioria dos

sindicatos, ao longo do século XX no Brasil e no mundo, deixaram de cumprir um papel, que apesar de limitado, era e é imprescindível para a luta socialista (FRANÇA, 2010).

Assim pode-se analisar as propostas que estão mais encaminhadas à questões econômicas de luta e de conservação e aperfeiçoamento do modelo de produção que beneficia principalmente aos proprietários do capital e, em contrapartida, precariza os trabalhadores, isto em um ambiente de um suposto bem-estar para a sociedade em geral.

Se uma das características da crise sindical são as mudanças no mundo do trabalho e o crescimento da informalidade, as propostas não estão encaminhadas a reverter tais processos, acentuando-se ainda mais a brecha ao interior da classe trabalhadora. A CCSCS não tem proposto a urgência de uma única forma de contratação geral que permita resgatar alguma consciência de classe, mas tendo a clareza de contratação no sentido de estabilidade ao longo prazo e não condicionada à sindicalização como ocorre em alguns países da América Latina.

As demandas não estão encaminhadas para reverter a situação da perda de postos de trabalho. Ao contrário, só estão encaminhadas a manter ou recuperar conquistas atingidas em épocas anteriores sem se preocupar com a grande massa de novos trabalhadores quantificados na PEA crescente no mercado.

A coordenadora não tem salientado que a proliferação de movimentos sociais é positiva para a democracia, mas que em alguns casos não discute as questões fundamentais do trabalho e limita-se a ganhos em espaços políticos, criando a ilusão de um mundo mais equitativo e justo quando na realidade as diferenças sociais são cada vez mais intensas e reais.

Em resumo, as propostas sindicais da CCSCS estão mais dirigidas à defesa da situação econômica que à luta política, os desequilíbrios de poder entre o capital e o trabalhador. Isso tem levado a um recuo no poder negociador dos sindicatos, cabendo assinalar que o importante não é negociar, senão o que se deve negociar. Cabe ainda pontuar que problemas relativos à própria burocracia e disputa interna no interior dos sindicatos, também são fatores de desmobilização destes institutos representativos de classe.

A situação atual da economia mundial e do capitalismo classifica, subdivide, fragmenta a classe trabalhadora; o maior acesso às tecnologias que trouxe a globalização produziu uma disponibilidade de informação

astronômica, a qual cria a percepção de uma subjetividade superficial em cada indivíduo, que a sua vez decorre na negação de pertença a uma determinada classe social.

Ao final este é o grande desafio do movimento sindical, é imperativo reverter tal situação reclamando a centralidade do trabalho na ação humana, voltando à necessidade de intensificar a luta política e econômica articulada às outras formas de organização social como o partido político. Nesse aspecto, novamente vale a pena retomar Bernardo e Pereira (2008, p.119) quando apontam para a necessidade de maior interlocução dos sindicatos com os demais movimentos sociais:

[...] Quanto mais os movimentos sociais conseguirem pressionar os sindicatos.

[...] E quanto mais juntarem suas iniciativas à reivindicações salariais, tanto mais as bases dos sindicatos sentir-se-ão animadas a manifestar-se diretamente e fortalecidas para tomar decisões autônomas.

Se o fracasso do socialismo real atingiu impiedosamente a figura do sindicato, enquanto instituto coletivo de classe, urge aos sindicatos mudar esta situação estabelecendo novamente a luta política como caminho à revolução social, e não apenas como uma forma de negociação de salários e de conquista de direitos sociais.

Finalmente, ao concluir o presente trabalho é imprescindível assinalar que as problemáticas dos movimentos sindicais materializadas na CCSCS urge de uma maior abordagem voltando aos chamados “clássicos” para redescobrir as concepções ainda vigentes, incorporando a complexidade que hoje nos apresenta a sociedade burguesa e retomar a centralidade da luta de classes, questão central da concepção de sociedade civil gramsciana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACORDO MULTILATERAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO MERCADO COMUM DO SUL, 1997. Disponível em: < http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/forumCorteSupremaNorma/forumCorTeSupremaNorma_AP_75317.pdf > Acesso em 13 Agosto de 2010.

AGUERRE, Maria Julia; BALBIS, Jorge; SERRACHU, Juan José. **A Sociedade Civil no MERCOSUL**: guia de atores. Montevidéo: centro de participação popular, 2004.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo de trabalho, reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BEHRING, Elaine. **O Serviço Social e o Mercosul**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo: v. 79, p. 173-196, 2004.

BERNARDO, João e PEREIRA, Luciano. **Capitalismo sindical**. São Paulo: Xamã, 2008.

BRENNER, Robert. **A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão?**. Revista Outubro, São Paulo, n°3, p. 7-18, out. 1999.

CANDIA, João Paulo. **Práticas sindicais e acordos preferenciais de comércio: um novo caminho para o sindicalismo?**. In: CHALOULT, Yves; DE ALMEIDA, Paulo Roberto. **Mercosul, Nafta e Alca, a dimensão social**. São Paulo: LTr, 1999.

CENTRAL NACIONAL DE TRABAJADORES, 2010. Disponível em: < http://www.cnt.org.py/quienes_somos.html > Aceso em 9 de Agosto de 2010.

CENTRAL OBRERA BOLIVARIANA, 2010. Disponível em: < http://en.wikipedia.org/wiki/Bolivian_Workers'_Center > Aceso em 9 de Agosto de 2010.

CENTRAL DE TRABAJADORES DA ARGENTINA, 2010. Disponível em: < <http://www.cta.org.ar/institucional/institucional.shtml> > Acesso em 9 de Agosto de 2010.

CENTRAL ÚNICA DE TRABALHADORES DO BRASIL, 2010. Disponível em: < <http://www.cut.org.br/content/view/2883/289/> > Acesso em 9 de Agosto de 2010.

CENTRAL UNITARIA DE TRABAJADORES DE CHILE, 2010. Disponível em: < <http://www.cutchile.cl/> > Acesso em 9 de Agosto de 2010.

(CENTRAL UNITÁRIA DE TRABAJADORES DO PARAGUAI, 2010). Disponível em: < <http://www.eurosur.org/FLACSO/mujeres/paraguay/part-6.htm> > Acesso em 9 de Agosto de 2010.

CONFEDERACIÓN GENERAL DE TRABAJO ARGENTINA, 2010. Disponível em: < http://www.cgtra.org.ar/htdocs/index.php?id_seccion=52 > Acesso em 9 de Agosto de 2010.

CONFEDERACIÓN PARAGUAYA DE TRABAJADORES, 2010. Disponível em: < <http://www.eurosur.org/FLACSO/mujeres/paraguay/part-6.htm> > Acesso em 9 de Agosto de 2010.

CCSCS. **Declaração cúpula Salvador**, 2008. Disponível em: < <http://www.ccs.org/home/content/view/209/1/lang,es/> > Acesso em 16 de Agosto de 2009.

CCSCS. **Declaração cúpula Córdoba**, 2006. Disponível em: < <http://www.ccses.org/home/content/view/151/lang,br/> > Acesso em 16 de Agosto de 2009.

CCSCS. **Declaração cúpula Montevidéu**, 2003. Disponível em: < <http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=10448> > Acesso em 16 de Agosto de 2009.

CCSCS. **Historia**. Buenos Aires, 2003. Disponível em: <<http://www.ccscs.org/la-coordinadora/historia>> Acesso em 16 de Agosto de 2009.

CCSCS. **Declaração cúpula Brasília**, 2002. Disponível em: <<http://www.ccscs.org/home/content/view/8/lang,br/>> Acesso em 16 de Agosto de 2009.

CCSCS. **Declaração cúpula Florianópolis**, 2000. Disponível em: <<http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=472>> Acesso em 16 de Agosto de 2009.

CCSCS. **Declaración cumbre Rio de Janeiro**, 1998. Disponível em: <<http://www.ccscs.org/noticias/cumbres-sind.-del-mercosur/15-declaracion-cumbre-dic-98>> Acesso em 16 de Agosto de 2009.

CHALOULT, Yves; ALMEIDA, Paulo Roberto. Cronologia dos processos de integração nas Américas. In: CHALOULT, Yves; ALMEIDA, Paulo Roberto. **Mercosul, Nafta e Alca, a dimensão social**. São Paulo: LTr, 1999.

CHESNAIS, François. **Contribution au debat sur le cours du capitalisme à la fin du XX siècle**. Actualiser l'économie de Marx. Actuel Marx confrontation. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

_____. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COLLIN, Denis. **Compreender Marx**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CORIAT, Benjamín. **El taller y el cronómetro**: Ensayo sobre el taylorismo, el fordismo y la producción en masa. México: Siglo XXI, 1991.

_____. **El taller y el robot**. México: Siglo XXI, 1992.

DE LA GARZA, Enrique. **Alternativas sindicais en América Latina**. En publicação: Documentos de la Escuela no. 53. ENS, Escuela Nacional Sindical, Colombia. 2004. ISSN: 1794-9270 Disponível em: <

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/colombia/ens/DOC-53.pdf>
> Acesso em 4 de Agosto de 2009.

DE OLIVEIRA, Ariovaldo. A nova crise do sindicalismo internacional. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DUMENIL, Gerard; LEVY, Dominique. Salida de crisis y nuevo capitalismo. In: CHESNAIS, François et al (org). **La globalización y sus crisis**. Interpretaciones desde la economía crítica. Madrid: Viento sur, 2004.

DUPAS, Gilberto. A ALCA e os interesses do MERCOSUL. As relações entre os EUA e o continente: Liderança, hegemonia ou coerção?. In: VIGEVANI, Tullo; LORENZETTI, Jorge (org.). **Globalização e integração regional: atitudes sindicais e impactos sociais**. São Paulo: LTr,1998.

DUPAS, Gilberto. Governos, agentes econômicos e atores sociais: riscos e desafios da globalização e da política de blocos. In: CHALOULT, Yves; ALMEIDA, Paulo Roberto. **Mercosul, Nafta e Alca, a dimensão social**. São Paulo: LTr, 1999.

FERREIRA, Claudia; ZEETANO, José Paulo. O MERCOSUL e a integração econômico regional: estágio atual da área trabalho. In: VIGEVANI, Tullo; LORENZETTI, Jorge (org.). **Globalização e integração regional: atitudes sindicais e impactos sociais**. São Paulo: LTr, 1998.

FORÇA SINDICAL DO BRASIL, 2010. Disponível em:<
<http://www.fsindical.org.br/> Aceso em 9 de Agosto de 2010.

FRANÇA, Teones. **O marxismo clássico e a prática sindical**, 2010. Disponível em:<
http://www.pstu.org.br/teoria_materia.asp?id=7366&ida=0> Acesso em 2 de Agosto de 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 5, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v.4, 2001.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2001.

HOBSBAWM, Eric. **Historia Del siglo XX**. Buenos Aires: Crítica, 1999.

JACOBSEN, Kjeld. Movimento sindical, integração econômica e acordos de comércio. In: VIGEVANI, Tullo; LORENZETTI, Jorge (org.). **Globalização e integração regional: atitudes sindicais e impactos sociais**. São Paulo: LTr, 1998).

KATZ, Claudio. **El rediseño de América Latina: ALCA, MERCOSUR y ALBA**. Buenos Aires: Luxemburg, 2006.

LENIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução: a doutrina marxista do Estado e as tarefas do proletariado na revolução**. São Paulo: Global Ed., 1987.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe: estudo sobre a dialética marxista**. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, Georg. **Sociologia**. Tradução de José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ática S.A., 1992.

MANDEL, Ernest. **El capitalismo tardio**. Mexico: Ediciones Era, 1976.

_____. **Las ondas largas del desarrollo capitalista: una interpretación marxista**. Madrid: Siglo XXI, 1990.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cartas filosóficas e O Manifesto Comunista de 1848**. São Paulo: Ed. Moraes, 1983.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

Mello y Silva, Leonardo; Vella Nozaki, William. Entrevista com Geraldino dos Santos (FS) e Carlos Alberto Grana (CUT). In: ESTANQUE, Elisio et al (org.). **Mudanças no trabalho e ação sindical: Brasil e Portugal no contexto da transnacionalização**. São Paulo: Cortez, 2005.

MERCOSUL. **Tratado de Assunção**. Assunção, 1991. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/>> Acesso em 10 de Agosto de 2009.

MERCOSUL. **Tratado de Ouro Preto**. Ouro Preto, 1994. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/>> Acesso em 10 de Agosto de 2009.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOTA, E. Ana. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social Brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

OFFE, Claus. **Disorganised Capitalism**, Cambridge, Polity Press, 1985.

OLIVEIRA, Ariovaldo. A nova crise do sindicalismo internacional. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PARLAMENTO DO MERCOSUL. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.parlamentodomercosul.com.br/apresentacao.htm>> Acesso em 24 de Outubro 2010.

PLENÁRIO INTERSINDICAL DE TRABAJADORES – CONVENCIÓN NACIONAL DE TRABAJADORES, 2005. Disponível

em: < <http://www.fahnenversand.de/fotw/flags/uy%7Dpicn.html> >
Aceso em 9 de Agosto de 2010.

PORTELA de Castro, Maria Silvia. El sindicalismo frente al mercosur. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas, V.1, n. 211, pag.66-80, sept./oct. 2007.

_____. **Integración, libre comercio y la acción sindical en América Latina y Caribe**. ORIT/CIOSL, 2005.

RODRIGUEZ, Martins Francisco. **Marx no seu tempo**. Tradução de Ana Barradas. Lisboa: Dinossauro, 2001.

SIMIONATTO, Ivete. A participação democrática no âmbito do MERCOSUL. **Políticas Públicas, Derechos y Trabajo Social en el MERCOSUR**. Córdoba: Espaço Editorial, 2009, p.89-104.

Touraine, Alain. Clase obrera y sociedad global. In: Friedman Georges; Naville, Pierre. **Tratado de sociología del trabajo**. México: FCE, 1970.

VASSAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital, no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

VIGEVANI, Tullo. MERCOSUL e globalização: sindicato e atores sociais. In: VIGEVANI, Tullo; LORENZETTI, Jorge (org.). **Globalização e integração regional: atitudes sindicais e impactos sociais**. São Paulo: LTr, 1998.

VIGEVANI, Tullo. MERCOSUL e globalização: sindicato e atores sociais. **Cadernos CEDEC**, n. 63, São Paulo: FAPESP, 1997.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.